



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO  
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA  
MESTRADO ACADÊMICO**



**ANDREZA SIQUEIRA DOS SANTOS**

**AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS  
PROMOTORAS DA IGUALDADE DE GÊNERO: O CASO DE HUMAITÁ-AM**

MANAUS/AM  
2023

ANDREZA SIQUEIRA DOS SANTOS

**AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS  
PROMOTORAS DA IGUALDADE DE GÊNERO: O CASO DE HUMAITÁ-AM**

Orientador: Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia como requisito para a obtenção do título de Mestra em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas.

MANAUS/AM  
2023

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S237a Santos, Andreza Siqueira dos  
Avaliação de efetividade de políticas públicas municipais  
promotoras da igualdade de gênero: o caso de Humaitá-Am /  
Andreza Siqueira dos Santos . 23  
107 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Henrique dos Santos Pereira  
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e  
Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do  
Amazonas.

1. Avaliação. 2. Ods 5. 3. Igualdade de Gêneros. 4. Efetividade. 5.  
Eficácia. I. Pereira, Henrique dos Santos. II. Universidade Federal  
do Amazonas III. Título

**ANDREZA SIQUEIRA DOS SANTOS**

**AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS  
PROMOTORAS DA IGUALDADE DE GÊNERO: O CASO DE HUMAITÁ-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, e, na área de concentração de Dinâmicas Socioambientais.

Aprovada em 18 de setembro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Flávia Melo da Cunha  
Universidade Federal do Amazonas-UFAM

---

Profa. Dra. Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt  
Universidade Federal do Amazonas-UFAM

---

Profa. Dra. Carolina Cassia Batista Santos  
Universidade Federal do Amazonas-UFAM

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente quero agradecer a Deus pela oportunidade que ele me deu em poder estudar no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia PPG/CASA da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, um dos melhores do estado do Amazonas. Gostaria de agradecer a todas as pessoas que me ajudaram/contribuíram direta ou indiretamente para a realização da minha dissertação, do meu mestrado, como colegas de curso, de trabalho, de modo particular o Secretário Municipal de Assistência Social do município de Humaitá o Sr. Emanuel do N. Rodrigues, aos meus pais, meus irmãos, meus filhos, que tantas vezes tive que me privar de estar aos seus lados para estudar, ao meu esposo Alzir Falcão dos Santos, meu amor, meu amigo, o meu braço direito que sempre esteve ao meu lado me ajudando, me dando forças quando fraquejava, me estimulando para não desistir, ao meu professor e orientador o Dr. Henrique dos Santos Pereira, que nunca mediu esforço em me ajudar independente do dia ou da hora, e, com ele o meu conhecimento deu um giro de 180 graus, gratidão por tudo.

## **MEMORIAL**

Me chamo Andreza Siqueira dos Santos, filha de Antônio Benigno Siqueira e Lucirene da Silva Siqueira, nasci em 22 de setembro de 1982 na cidade de Humaitá-AM. Sou funcionária pública municipal (efetiva), atualmente sou Secretária Executiva da Assistência Social-SEMÁS, do município de Humaitá.

Minha formação profissional: Sou graduada em Administração pela Faculdades Integradas Aparício Carvalho-FIMCA (2009), Pedagogia pela Faculdade FACESE (2021), e especialização em MBA Gestão de Recursos Humanos pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER (2013). E agora finalizando o curso de mestrado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade da Amazônia-PPGCASA da Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

Minha carreira profissional: Articuladora Municipal do Selo Unicef de Humaitá-AM (2021 a 2022); Secretária Executiva da Cultura e Turismo do município de Humaitá-AM no ano de 2020. Como docente trabalhei na Universidade do Estado do Amazonas-UEA, no Núcleo de Ensino Superior de Humaitá/NES, nos cursos de Ciências Econômicas no período de abril de 2014 a julho de 2015. Técnico em Logística no período de março a julho de 2015. Também já lecionei nos cursos de Tecnologia em Gestão Comercial no Centro de Estudos Superiores em Parintins-CESP/UEA e no Centro de Estudos Superiores em Lábrea-CESLA/UEA de 1 agosto de 2018 á de 31 de outubro de 2019. Curso de Pós-graduação em Gestão Pública no Centro de Estudos Superiores em Parintins-CESP/UEA e no Centro de Estudos Superiores em Lábrea-CESLA/UEA de 1 agosto de 2018 á de 31 de outubro de 2019. Professora do Centro Tecnológico do Estado do Amazonas- CETAM, em diversos cursos como: qualificação profissional pelo projeto Oportunidade e Renda nos anos de 2013 a 2018. Curso Técnico em nível médio nos anos de 2013 a 2017, Projeto Soldado Cidadão no ano de 2015 e Projeto PRONATEC no ano de 2017. Fui presidente da Associação do Clube de Mães Unidas e Criativas da Olaria, gestão 2015-2017, e 2018-2021. E, possuo experiência também na área administrativa, financeira e de recursos humanos.

A razão pela qual escolhi o tema da minha dissertação, referente ao ODS 5 “Igualdade de Gênero”, se deve a minha lida diária na Secretaria Municipal de Assistência Social no acompanhamento de mulheres e meninas que sofrem todo tipo de violência e constrangimento e devido ao meu trabalho social na Associação Clube de Mães que busca trabalhar nas mulheres sua autoestima, dando a elas oportunidade de gerar renda, empreender seu próprio negócio e melhorar a qualidade de vida de sua família, o qual apresento com muita gratidão e êxito por chegar até aqui.

## RESUMO

O objetivo do presente estudo foi avaliar a efetividade e a eficácia das políticas públicas e ações governamentais e não governamentais desenvolvidas no município de Humaitá-AM que visam o empoderamento de mulheres e meninas. No que se refere à natureza do estudo, trata-se de uma pesquisa documental e exploratória descritiva, quanto aos procedimentos trata-se de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo de cunho exploratória. Para os procedimentos metodológicos foram feito um mapeamento das políticas públicas de gênero nacionais, estaduais, municipais e das iniciativas locais e da sociedade civil para avaliar as políticas públicas e ações para promoção da igualdade de gênero no município de Humaitá-AM. Foi aplicado o método de avaliação continuada do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que tem como finalidade reduzir as desigualdades regionais e ativar as potencialidades de desenvolvimento regional nos territórios que interessam menos aos agentes do mercado, valorizando as diversidades locais. Esse método capaz de avaliar o ciclo de avaliação das políticas públicas e seus impactos, econômicos e sociais e, ainda, é composto por quatro blocos de avaliações, os quais podem ser realizados em um período de quatro anos, que corresponde ao mesmo período do planejamento do Plano Plurianual (PPA), no âmbito governamental e não governamental o período de dois anos, que corresponde ao planejamento de cada gestão de presidente. Além disso, acompanha a implementação e aplicabilidade dos instrumentos da Política Nacional, Estadual, Municipal e ações para promoção da igualdade de gênero, verificando a sua eficácia, eficiência e continuidade. Participaram da pesquisa 06 (seis) instituições governamentais da Prefeitura Municipal entre algumas Secretarias municipais e 08 (oito) instituições não governamentais entre associações: urbanas, rural, ribeirinhas e indígenas. Também foi realizada uma análise *ex-post* dos programas já implementados no município, através de 06 (seis) indicadores sociais e 02 (duas) metas do ODS 5 sobre a igualdade de gênero para se avaliar a eficácia das políticas públicas. Para isso, foram construídas séries históricas com os índices estaduais e municipais no período de 2015 a 2021. Os dados secundários levantados foram obtidos dos sistemas de monitoramento do desenvolvimento social, econômico e ambiental, como IBGE, IPEA, DATASUS, ATLAS ODS, SEMSA, TSE, RH da Prefeitura de Humaitá, 4.º Batalhão da Polícia Militar e CDL de Humaitá. Os resultados apresentaram dados concretos e mensuráveis sobre evolução das conquistas das mulheres no campo político, com maior participação das mulheres nos cargos comissionados, maior participação nos cargos eletivos para o parlamento municipal. No campo econômico maior participação das mulheres nos diversos órgãos públicos presentes nos municípios, e no campo social, com maior participação das mulheres sociedade humaitaense, ocupando cargos de gerência, como presidente e membros de associações. O que indica, até certo nível, a efetividade e a eficácia das políticas existentes voltadas para as mulheres no município. Porém, ainda há muito a se fazer, em virtude das barreiras, culturas machistas e paradigmas a serem quebrados e enfrentados, requerendo uma maior participação feminina para a construção de uma democracia plena e equitativa nas sociedades locais e nacional.

**Palavras-chave:** avaliação; ODS 5; igualdade de gênero; efetividade; eficácia.

## ABSTRACT

This study aimed to evaluate the effectiveness and efficacy of public policies and governmental and non-governmental actions developed in the municipality of Humaitá-AM aimed at empowering women and girls. As far as the nature of the study is concerned, it is a descriptive documentary and exploratory study. As far as the procedures are concerned, it is a bibliographical, documentary, and exploratory field study. For the methodological procedures, a mapping of national, state, and municipal public gender policies and local and civil society initiatives was conducted to evaluate public policies and actions to promote gender equality in the municipality of Humaitá-AM. The continuous evaluation method of the National Regional Development Plan (PNDR) was applied, which aims to reduce regional inequalities and activate regional development potential in territories that are of less interest to market agents, valuing local diversities. This method can assess the evaluation cycle of public policies and their economic and social impacts and is also made up of four blocks of evaluations, which can be carried out over four years, which corresponds to the same planning period as the Multi-Year Plan (PPA), in the governmental and non-governmental spheres the period which corresponds to the planning of each president's administration. It also monitors the implementation and applicability of national, state, and municipal policy instruments and actions to promote gender equality, checking their effectiveness, efficiency, and continuity. Six (6) governmental institutions in the Municipality took part in the research, including some municipal secretariats and eight (8) non-governmental institutions, including associations: urban, rural, riverside and Indigenous. An ex-post analysis of the programs already implemented in the municipality was conducted, using six (6) social indicators and two (2) SDG5 targets on gender equality to assess the effectiveness of public policies. To this end, historical series were constructed with state and municipal indices for the period 2015 to 2021. Secondary data was obtained from social, economic, and environmental development monitoring systems, such as IBGE, IPEA, DATASUS, ATLAS ODS, SEMSA, TSE, Humaitá City Hall HR, the 4th Military Police Battalion and Humaitá CDL. The results presented concrete and measurable data on the evolution of women's achievements in the political field, with greater participation of women in commissioned positions, greater participation in elective positions for the municipal parliament. In the economic field, there has been greater participation by women in the various public bodies present in the municipalities, and in the social field, with greater participation by women in Humaitaense society, occupying management positions, such as president and members of associations. This indicates, to a certain extent, the effectiveness and efficiency of existing policies aimed at women in the municipality. However, there is still much to be done, due to the barriers, macho cultures and paradigms that need to be broken down and confronted, requiring greater female participation to build a full and equitable democracy in local and national societies.

**Keywords:** evaluation; SDG5; gender equality, effectiveness; efficacy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1. Mapa do município de Humaitá-AM .....	18
Figura 2. Diagrama de alinhamento das políticas públicas nas três esferas administrativas .....	40
Figura 3. Gráfico de percentual de meninas de até 15 anos sujeitas à violência sexual cometido por familiares ou conhecidos .....	79
Figura 4. Gráfico do total e do percentual de meninas de até 14 anos em relação ao total sujeitas à violência sexual .....	81
Figura 5. Gráfico de candidatos a prefeito (%) Figura 6. Gráfico de prefeitos eleitos (%) .....	83
Figura 7. Gráfico de candidatos a vereador (%) Figura 8. Gráfico de vereadores eleitos (%) .....	84
Figura 9. Gráfico percentual de mulheres em posições gerenciais-CDL de Humaitá-AM .....	85
Figura 10. Gráfico ocupantes de cargos de confiança (%) Figura 11. Gráfico ocupantes de cargos de confiança .....	86
Figura 12. Gráfico de policiais mulheres militares no município de Humaitá .....	87

## LISTA DE QUADRO

Quadro 1. Metas/indicadores sociais de equidade de gênero.....	22
Quadro 2. Eixos de avaliação dos instrumentos da política regional .....	32
Quadro 3. Programas de políticas públicas, nacionais estaduais e municipais.....	38
Quadro 4. Políticas públicas e ações governamentais municipais para promoção da igualdade de gênero .....	41
Quadro 5. Resultado do programa de apoio agroindústria.....	43
Quadro 6. Resultado do programa de fortalecimento da economia criativa.....	44
Quadro 7. Resultado do programa de valorização da mulher .....	45
Quadro 8. Resultado do programa de geração de emprego e renda da SEMAS .....	46
Quadro 9. Resultado do programa de enfrentamento a violência - PAEFI .....	47
Quadro 10. Resultado do programa da criação da Coordenadoria da Mulher.....	49
Quadro 11. Resultado do programa de apoio as ações de educação em saúde.....	50
Quadro 12. Resultado do Programa saúde da mulher .....	51
Quadro 13. Resultado do programa de humanização no pré-natal, nascimento e rede cegonha .....	52
Quadro 14. Políticas públicas e ações não governamentais para promoção da igualdade de gênero ....	53
Quadro 15. Política pública sobre o agroindústrias familiares rurais e ribeirinhas .....	55
Quadro 16. Política pública do programa economia solidária, geração de emprego e renda, e, valorização da mulher .....	58
Quadro 17. Política pública do programa valorização da mulher indígena.....	60
Quadro 18. Política pública do programa da saúde da Diocese de Humaitá-AM .....	62
Quadro 19. Síntese das políticas públicas e ações para promoção da igualdade de gênero .....	64
Quadro 20. Metas/indicadores sociais do ODS 5 .....	75

## **LISTA DE SIGLAS SÍMBOLOS E ABREVIATURAS**

CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
DAS	Documento de Arrecadação do Simples Nacional
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONU	Organização das Nações Unidas
ODS	Objetivo do Desenvolvimento Sustentável
PAEFI	Proteção e Atendimento às Famílias e Indivíduos
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPA	Plano Plurianual
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEMGAB	Secretaria Municipal de Gabinete
SEMAPA	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
SEDECTI	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação
SEMCULT	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
SEMUPI	Secretaria Municipal de Povos Indígenas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
2.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	17
2.2. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	18
2.3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
2.4. COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS .....	24
2.5. PROCEDIMENTOS ÉTICOS .....	25
<b>3. CAPÍTULO I - POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO .....</b>	<b>26</b>
3.1. INTRODUÇÃO .....	26
3.2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO .....	27
3.3. A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO .....	30
3.4. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO CONTINUADA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO .....	32
3.5. MATERIAIS E MÉTODOS .....	34
3.6. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	35
3.6.1. Resultado da pesquisa de campo governamental .....	41
3.6.2 Resultado da Pesquisa de Campo nas Organizações Não – Governamentais.....	53
3.7. CONCLUSÃO.....	66
3.8. REFERÊNCIAS .....	67
<b>4. CAPÍTULO II - OS INDICADORES DO ODS 5 PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE HUMAITÁ-AM.....</b>	<b>70</b>
4.1. INTRODUÇÃO .....	70
4.2. AGENDA 2030 E A IGUALDADE DE GÊNERO .....	71
4.3. OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS 5 .....	72
4.4. MATERIAIS E MÉTODOS .....	75
4.5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	78
<i>Meta 5.2 (Brasil): Eliminar todas as formas de violências contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos .....</i>	<i>78</i>
<i>Meta 5.5 (Brasil): Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública .....</i>	<i>82</i>
4.6. CONCLUSÃO.....	89
4.7. REFERÊNCIAS .....	90
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>93</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>94</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>97</b>
APÊNDICE A – PESQUISA DE CAMPO - FORMULÁRIO .....	97
APÊNDICE B – PESQUISA DE CAMPO - FORMULÁRIO .....	98
APÊNDICE C – TERMO LIVRE E ESCLARECIDO .....	100
APÊNDICE D – TERMO LIVRE E ESCLARECIDO .....	103
<b>ANEXO.....</b>	<b>106</b>
ANEXO A – PARECER CONSUSBTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA DA CONEP.....	106
ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA DA PREFEITURA DE HUMAITÁ-AM.....	107

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a desigualdade de gênero é um fato identificado em vários setores na sociedade, como no mercado de trabalho (FERNANDES, 2019), na saúde (REIS et al., 2021), na educação (SIGOLO; GAVA; UNBEHAUM, 2021), no meio ambiente (OLIVEIRA et al., 2021), etc., ou seja, é um problema multidimensional que precisa ser resolvido dentro e entre as políticas públicas específicas para cada área. Assim sendo, para que o país, estados e municípios alcancem as metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5 – ODS 5<sup>1</sup>, são necessárias ações em todas as esferas do poder público. No Brasil, sobretudo a partir dos anos 1980 (OLIVEIRA, 2018), o Governo Federal vem buscando formular e implementar na agenda política, políticas públicas de gênero, por meio de uma gestão democrática participativa, capaz de incluir em seu debate a transversalidade de gênero como política pública, comprometida com a reorganização do curso das ações públicas, orientadas para a igualdade de gênero, a partir de convergências no campo de política pública e estudos feministas (FARAH et al., 2021).

No ano de 1995, logo após a IV Conferência Mundial de Mulheres, o Brasil, seguindo as orientações de Beijing, buscou reestruturar as políticas públicas de gênero, criando a Política Nacional para as Mulheres, interligada por “planos e conferências”, a serem realizadas “em cada quadriênio de 2003 a 2015” (FARAH et al. 2018), como resultado desse planejamento, no ano de 2004, ocorreu a elaboração do I PNPM (2004-2007) durante 1.ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM), em seguida ocorreu a 2.ª CNPM realizada no ano de 2007, que serviu como subsídios para elaborar o II PNPM (2008-2011) e no ano de 2011, aconteceu a 3.ª CNPM que deu origem ao III PNPM (2013-2015), no qual teve “maior inserção das temáticas de gênero em diversas frentes do governo” (BRASIL, 2013).

Em 2013, o Amazonas contava com uma Coordenadoria Estadual dos Serviços de Atenção em Defesa dos Direitos da Mulher, criada em 2012, que centralizava as ações da política estadual de atenção à mulher, e um Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedem/AM), criado em 13 de novembro de 2006, tendo como objetivo formular e implementar diretrizes e programas visando eliminar as formas de discriminação que atingem as mulheres, assegurando-lhes a plena participação no plano político, econômico, social e cultural. Em março de 2013, foi criada a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, vinculada à Secretaria de Governo através da Lei N.º 3.873, de 20 de março de 2013 (BRASIL, 2013). Mais

---

<sup>1</sup> ODS 5 - Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

recentemente, o Governo tem criado algumas ações, com a finalidade de promover o empoderamento e estimular mulheres e meninas, em vários campos do trabalho e áreas do conhecimento, que vão desde pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação, como o Programa Mulheres das Águas e o Programa Cunhã – CT&I no Amazonas, através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas-FAPEAM, até programas de geração de emprego e renda para mulheres, como o Projeto oportunidade e renda do Governo do estado do Amazonas, desenvolvido em todos os municípios do Estado. Porém, essas ações não têm sido suficientes para se alcançar as metas propostas pelo ODS 5 da Agenda 2030 (FAPEAM, 2022).

Cabe ressaltar que, dentre as dificuldades encontradas no ano de 2013, que prejudicavam a implementação e interiorização das políticas públicas e a construção de um diagnóstico que retratavam os principais problemas de gênero enfrentados pelas mulheres, estavam a ausência dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher na maioria dos municípios do interior do estado do Amazonas, (MIRANDA e BARROSO, 2013).

Os municípios do estado do Amazonas, atendem parcialmente os objetivos propostos pelo ODS 5 da Agenda 2030, em virtude das dificuldades encontradas pelos gestores municipais na execução das políticas públicas específicas, transversais que tratam das questões de gênero e ações em favor das mulheres e meninas na estrutura da gestão governamental.

A presente pesquisa baseia-se nas ações planejadas e implementadas por organizações governamentais e não governamentais, que podem contribuir para o atingimento das metas propostas no âmbito do ODS 5, da Agenda 2030, que tem como foco a “igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas”. Este estudo tem como foco a escala local, e como estudo de caso o município de Humaitá, localizado no Sul do estado do Amazonas, levando-se em consideração as dimensões técnica, econômica, ambiental, social e política do desenvolvimento local sustentável.

É importante destacar que os municípios do Amazonas possuem características diferentes dos municípios de outras regiões do país, em virtude da dificuldade de acesso a estes, as grandes distâncias regionais, falta de infraestrutura para o estabelecimento de indústrias, aumentando os desafios para os gestores municipais no desenvolvimento de políticas públicas e ações que garantam a equidade de gênero.

Face ao exposto, cabe questionar quais são as políticas públicas, iniciativa e ações implementadas pelos governos federal, estadual, municipal e organizações não governamentais presentes no município de Humaitá-AM, para alcançar os objetivos propostos no ODS 5 da Agenda 2030. A análise dos processos envolvidos na execução das políticas públicas de gênero

pode ser tratada em duas dimensões: i) efetividade, i. e., o cumprimento de metas de implementação; e si) eficácia, i.e., se os processos levantados produzem ou contribuem diretamente para os impactos e alcance dos objetivos estabelecidos (CASA CIVIL DA REPÚBLICA, 2018).

O presente estudo tem como objetivo avaliar a efetividade e a eficácia<sup>2</sup> das políticas públicas (MARINHO e FAÇANHA, 2001) e ações governamentais e não governamentais desenvolvidas no município de Humaitá-AM que visam o empoderamento de mulheres e meninas. Em termos específicos visa: a) Analisar a efetividade das ações e programas públicos transversais de gêneros locais, considerando-se as políticas públicas nacionais, estaduais e as iniciativas da sociedade civil; e b) Avaliar a eficácia do conjunto das políticas públicas e ações governamentais e não governamentais para promoção da igualdade de gênero, no município de Humaitá-AM, tendo como referência o desempenho municipal quanto aos indicadores do ODS 5.

Neste trabalho, optou-se por construir a dissertação com a seguinte estrutura: introdução; metodologia; capítulo I – Políticas Públicas no município de Humaitá-AM e Ações para Promoção da Igualdade de Gênero; capítulo II – Os indicadores do ODS 5 para a Igualdade de Gênero no município de Humaitá-AM; considerações finais e referências.

No Capítulo I são apresentadas as políticas públicas para promoção da igualdade de gênero, bem como, as estratégias de políticas de transversalidade de gênero para garantir a promoção social, econômica, política e cultural, além das políticas públicas e ações governamentais e não governamentais existentes no município de Humaitá-AM, para alcançar a igualdade de gênero. Foram realizadas pesquisas documentais, para levantamento de dados quanto à performance de programas ao nível nacional, estadual e municipal, bem como, pesquisa de campo, com visitas e entrevistas com representantes/lideranças de organizações governamentais e não governamentais de Humaitá-AM.

No Capítulo II, é apresentada a Agenda 2030, com foco nas metas propostas no ODS 5 para a igualdade de gênero. A análise das metas por meio dos indicadores estabelecidos do ODS 5, permite avaliar a eficácia das políticas públicas no município de Humaitá, mediante a comparação das séries históricas com as médias estaduais e municipais. As séries históricas dos indicadores selecionados foram construídas a partir de dados secundários levantados dos sistemas de monitoramento do desenvolvimento social, econômico e ambiental, como IBGE,

---

<sup>2</sup> A efetividade diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos e a eficácia, por sua vez, remete a condições controladas e a resultados desejados dos programas sociais.

IPEA, DATASUS, TSE, ATLAS ODS, Secretaria Municipal de Saúde, Setor Pessoal da Prefeitura, 4.º Batalhão da Polícia Militar e Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL de Humaitá-AM.

A pesquisa seguiu a proposta de indicadores do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), que no âmbito nacional, fez o esforço de acolher e avançar nos indicadores já produzidos pelos consensos internacionais, para avaliar a eficiência do conjunto de políticas públicas para o enfrentamento e promoção da igualdade de gênero no município de Humaitá-AM. Após análise estatística descritiva, os indicadores finais selecionados foram validados através da aplicação destes por meio de questionários com a participação dos gestores públicos e órgãos da iniciativa privada.

Por fim apresentou-se, as políticas públicas e ações governamentais e não governamentais, bem como, as estratégias de políticas de transversalidade de gênero para garantir a igualdade de gênero, além da viabilidade dessas ações, após a análise de campo realizada no Capítulo I, somados a construção das séries históricas dos indicadores analisados no Capítulo II.

## **2. METODOLOGIA**

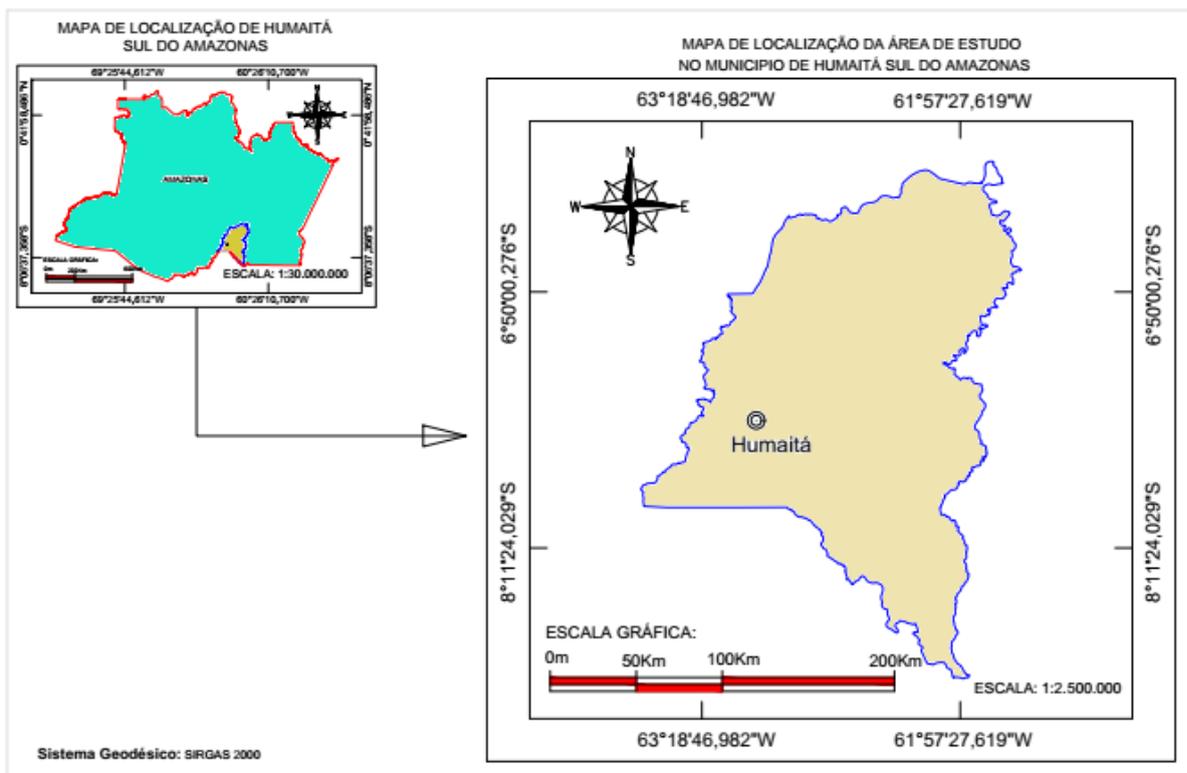
Os procedimentos aplicados nesse estudo são descritos em termos da caracterização da área de estudo, da classificação da pesquisa, dos procedimentos metodológicos, da coleta e de tratamento dos dados.

### **2.1. Caracterização da área de estudo**

A área de estudo na qual foi realizada a pesquisa está localizada no Município de Humaitá-AM (Figura 1), no sul do estado do Amazonas, pertencente à mesorregião do Sul Amazonense e microrregião do Madeira. O município faz limites com os municípios de Manicoré ao norte e leste, Porto Velho e Machadinhod'Oeste, no estado de Rondônia, ao sul Tapauá e Canutama a oeste. O município de Humaitá é banhado pelo Rio Madeira, um dos principais afluentes do Rio Amazonas, sua população em 57.195 habitantes (IBGE, 2022). De acordo com dados do mapa da violência contra a mulher, no ano de 2019, a Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher, no município de Humaitá-AM, instaurou no ano de 2019, 107 (cento e sete) inquéritos policiais para apurar crimes cometidos contra mulheres (QUEIROZ e INÁCIO, 2021).

O município é beneficiado geograficamente pelo entroncamento das rodovias BR-230 (Transamazônica) e BR-319 que liga o estado do Amazonas com os demais estados brasileiros e sua economia baseia-se no extrativismo mineral e vegetal (extração de ouro e exploração de madeira), o segundo setor é pouco desenvolvido devido à falta de infraestrutura como, por exemplo a energia gerada e por ser um centro regional possui um terceiro setor bastante desenvolvido com a presença de muitos órgãos públicos e empresas de prestação de serviços. A figura 1, apresenta o mapa do município de Humaitá-AM, objeto de estudo deste trabalho.

Figura 1. Mapa do município de Humaitá-AM



Fonte: Autoria própria, 2022

A área de estudo se diferencia dos demais municípios do estado do Amazonas, em virtude de ser uma fronteira agrícola, possuir acesso aos demais estados do país, possuir garimpos no curso do Rio Madeira e ainda conflitos agrários, ocasionados pela disputa de posse de terras, requerendo a implementação de políticas públicas efetivas para alcançar a igualdade de gênero e, que possam mudar a realidade de mulheres e meninas residentes em áreas urbanas e rurais, em conformidade com a proposta do ODS 5, da Agenda Global 2030 para o desenvolvimento sustentável a qual propõe um modelo de desenvolvimento econômico, onde ninguém fica para trás.

## 2.2. Classificação da pesquisa

Metodologicamente a pesquisa foi classificada quanto aos objetivos, procedimentos e abordagem, seguindo padrões descritos por Profano e Freitas (2013):

a) No que se refere aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com vistas a apresentar a relação existente entre determinada política social e seus efeitos as pessoas beneficiadas.

A pesquisa exploratória descritiva descreveu os fatos e fenômenos, bem como, o registro dos dados, análise e correlação dos fatos ou fenômenos a eles relacionados, com vista a compreender os fenômenos sociais e o processo de implementação das políticas públicas inclusivas de gênero, raça e sexualidade, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los, fazendo-se necessário para explicar as possíveis causas que constituem a problemática em questão.

A pesquisa descritiva observa, registra e analisa fatos ou fenômenos a serem manipulados. Os dados coletados, são extraídos da realidade a ser trabalhada, os quais são registrados e ordenados de forma a facilitar seu estudo, requerendo por parte do pesquisador, um exame crítico das informações colhidas, a fim de evitar erros (TRIVIÑOS, 1987).

b) No que se refere aos procedimentos trata-se de uma pesquisa documental e pesquisa de campo de cunho exploratória.

Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica envolve vários fatores e deles depende, como o grau de conhecimento do pesquisador, bem como, a natureza do problema a ser estudado. Além disso, há necessidade de um levantamento bibliográfico detalhado da literatura especializada, com anotações dos textos mais importantes.

A pesquisa de campo se deu pela busca de coleta de dados por meio da observação, uso de questionários e entrevistas, semiestruturadas ou não. A pesquisadora se propôs a deslocar-se entre os locais de interesse para o estudo, a partir de um processo contínuo de cooperação transversal entre a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e os demais Ministérios, a sociedade civil e a comunidade internacional.

c) No que se refere à abordagem, trata-se de uma pesquisa quantitativa-qualitativa.

Na abordagem qualitativa, busca-se adequar o fenômeno ao método, com vistas a alcançar os resultados pretendidos. Já a pesquisa quantitativa utiliza-se a quantificação na coleta de dados e informações e ainda no tratamento desses dados por meio de técnicas estatísticas.

### **2.3. Procedimentos metodológicos**

Os procedimentos metodológicos foram divididos de acordo com os objetivos específicos do estudo, sendo que neste item serão apresentados de forma sucinta seus respectivos detalhamentos serão apresentados a cada capítulo. No primeiro capítulo, adota-se o conceito proposto por Marinho e Façanha (2001) para a análise de programas sociais:

A efetividade do programa social diria respeito, portanto, à implementação e ao aprimoramento de objetivos, independentemente das insuficiências de orientação e das falhas de especificação rigorosa dos objetivos iniciais declarados do programa. Organizações são efetivas quando seus critérios decisórios e suas realizações apontam para a permanência, estruturam objetivos verdadeiros e constroem regras de conduta confiáveis e dotadas de credibilidade para quem integra a organização e para seu ambiente de atuação. (MARINHO e FAÇANHA, 2001, p. 6)

Segundo Boschetti (2009), para avaliar uma política pública, deve-se verificar se há uma relação de causalidade entre um programa social e seu resultado, considerando a realidade em que está sendo avaliada em seus aspectos positivos e negativos, e, ainda, a compreensão e explicação dos motivos que levaram os governantes a escolherem determinada política pública e não outra.

Para alcançar o objetivo específico 1, foi feito um mapeamento das políticas públicas de gênero nacionais, estaduais, municipais, e das iniciativas locais e da sociedade civil implementadas ou em implementação no município de Humaitá-AM. Para isso, foram realizadas pesquisas documentais, para levantamento de dados quanto à performance de programas ao nível nacional, estadual e municipal que orientam as ações voltadas para a equidade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas. Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo, com visitas e entrevistas com representantes e lideranças de organizações não governamentais de Humaitá, a fim de obter dados e ações de iniciativa da sociedade civil organizada, voltadas para a autonomia financeira e empoderamento da mulher.

No objetivo 2, buscou-se realizar uma análise *expost*, ou seja, uma avaliação somativa considerando-se que os programas já estão implementados há algum tempo que permitiria o estudo de sua eficácia (CASA CIVIL DA REPÚBLICA, 2018). Para o objetivo 2, foram construídas séries históricas dos indicadores com os dados secundários levantados a partir de bases públicas governamentais dos sistemas de monitoramento do desenvolvimento social, econômico e ambiental, como IBGE, IPEA, DATASUS, TSE, ATLAS ODS, Secretaria Municipal de Saúde, Setor Pessoal da Prefeitura, 4.º Batalhão da Polícia Militar em Humaitá e CDL, os quais irão compor as metas e indicadores para alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

A proposta do estudo foi selecionar indicadores ambientais, sociais e econômicos, capazes de avaliar as políticas públicas de igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas e ainda, as iniciativas da sociedade civil organizada, implementadas no município de Humaitá-AM, bem como, medir os níveis de potencialidades e limitações que se encontram essas políticas públicas, além de sua adequação a realidade do município de Humaitá-AM, por ocasião da avaliação (MANDL et al., 2008). Ainda que a análise das séries históricas dos

indicadores não permita estabelecer uma relação de causalidade entre as políticas efetivamente implementadas no município e os impactos avaliados (i.e., trajetórias de aproximação ou distanciamento das metas) vez que não haveria um grupo controle, essa abordagem permite identificar, no caso desempenho insatisfatório, que o conjunto de ações implementadas não estaria sendo eficaz.

No entanto, tal fragilidade metodológica foi compensada por uma avaliação qualitativa na dimensão da eficácia em políticas públicas, uma vez que, a avaliação qualitativa, busca adequar o fenômeno ao método, ou seja, ordenar a realidade das políticas públicas e sua complexidade, ao objeto da análise social, por meio de informações que indiquem os resultados positivos que essa política pública tem alcançado, ou, caso os resultados sejam insuficientes, indicativo de não melhoria da qualidade de vida das pessoas nos aspectos propostos, leva a intervenção favorável perante essa política pública para ser orientada a alcançar os objetivos propostos (DEMO, 2001).

Dessa forma, a avaliação implicou em verificar se as metas estabelecidas com a implementação da política estão sendo atingidas e se houve falhas no desenho da política causadas por avaliação inadequada do problema, objetivos incoerentes ou obscuros, meios inadequados de intervenção ou implementação impraticável, que tenham resultado no não atingimento do público-alvo. Essa avaliação qualitativa foi feita mediante entrevista com os gestores municipais e lideranças de organização não governamental do município.

A metodologia utilizada seguiu a proposta de indicadores do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), que no âmbito nacional, fez o esforço de acolher e avançar nos indicadores já produzidos pelos consensos internacionais, fazendo convergir os diversos acordos globais ao compromisso nacional de efetivar os avanços do ODS 5, impulsionando medidas que visem mudanças. Primeiramente, foi feita a análise de viabilidade, por meio de um estudo preliminar para verificação da existência de lacunas dos dados disponibilizados pelos órgãos públicos, além de adequação da meta proposta pelo IPEA à realidade do município de Humaitá.

Neste estudo seguiu-se a metodologia descrita pelo IPEA, com a finalidade de avaliar as metas e os indicadores sociais de equidade de gênero, apresentados no ODS 5, conforme quadro 1, a seguir discriminado.

Quadro 1. Metas/indicadores sociais de equidade de gênero

<b>Meta 5.2</b>	Eliminar todas as formas de violências contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
<b>Indicador 5.2.1:</b>	Proporção de mulheres e meninas de 15 anos de idade ou mais que sofreram violência física, sexual ou psicológica, por parte de um parceiro íntimo atual ou anterior, nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade.
<b>Definição</b>	Notificações de violência sexual registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), cuja vítima tenha até 14 anos completos e cujo agressor tenha sido pai, mãe, padrasto, madrasta, irmão, filho, cônjuge, ex-cônjuge, namorado, ex-namorado, amigos/conhecidos, cuidador ou patrão/chefe. Uma mesma notificação pode incluir mais de um tipo de agressor. Uma mesma pessoa pode ser vítima de mais de um caso notificado. São considerados, para notificação, os casos suspeitos ou confirmados de violência.
<b>Fórmula</b>	Número absoluto.
<b>Periodicidade</b>	Anual.
<b>Fonte de dados</b>	Sinan/Ministério da Saúde (MS).
<b>Indicador 5.2.2:</b>	Proporção de mulheres e meninas de 15anos ou mais que sofreram violência sexual por outras pessoas não parceiras íntimas, nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência.
<b>Definição:</b>	Feminicídio é o homicídio de uma mulher por ser do sexo feminino (Lei No 13.104/2015).
<b>Fórmula:</b>	Número de feminicídios registrados nos órgãos estaduais de segurança pública dividido pela população total feminina multiplicado por 100.000.  <b>VS=NFM/PF*100.000</b> VS= Violência Sexual NFM= Número de Feminicídio Municipal PF= População Feminina
<b>Periodicidade:</b>	Anual.
<b>Fonte de dados:</b>	Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
<b>Meta 5.5</b>	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.
<b>Indicador 5.5.1:</b>	Percentual de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais.
<b>Definição:</b>	Indica quantas mulheres se candidataram aos cargos eletivos do Executivo e do Legislativo em níveis federal, estadual e municipal em relação ao total de candidatas a cada um dos cargos.

<b>Fórmula:</b>	<p>Número de mulheres eleitas como deputadas federais multiplicado por 100 e dividido pelo total de eleitos para a Câmara. Número de mulheres senadoras multiplicado por 100 e dividido pelo número total de senadores. Número de mulheres eleitas como deputada estadual multiplicado por 100 e dividido pelo total de vagas da Assembleia Legislativa de cada Unidade da Federação. Número de mulheres eleitas vereadoras, multiplicado por 100 e dividido pelo total de vagas da Câmara de Vereadores de cada município do país.</p> <p><b>Fórmula:</b> <math>MP = NMEV * 100 / VCV</math></p> <p>MP= Mulheres no Parlamento</p> <p>NMEV= Número de Mulheres Eleitas Vereadoras</p> <p>VCV= Total de Vagas na Câmara de Vereadores</p>
<b>Periodicidade:</b>	Quadrienal.
<b>Fonte de dados:</b>	TSE.
<b>Indicador 5.5.2:</b>	Percentual de mulheres em posições gerenciais.
<b>Definição:</b>	<p>A participação das mulheres em cargos gerenciais corresponde à proporção de mulheres no total de cargos na administração sênior e intermediária, correspondendo às categorias 11 (legisladores e altos funcionários) ou 12 (gerentes corporativos) da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (Internationale Standard Classificativo off – ISCO 08), da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O indicador nacional foi construído com dados da PNAD Contínua, nos anos de 2012 a 2016. A PNAD Contínua utiliza, contudo, a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD), que tem compatibilidade a dois dígitos com a ISCO-08. Assim, foram considerados cargos gerenciais todos aqueles classificados no nível 1 – diretores e gerentes – da COD, com exceção dos cargos codificados no nível 1.4 – gerentes de hotéis, restaurantes, comércios e outros serviços.</p>
<b>Fórmula:</b>	<p>Número total de mulheres em cargos gerenciais multiplicado por 100 e dividido pelo número total de pessoas em cargos gerenciais no país, em um determinado ano.</p> <p><b>MPG=NMCG*100/NTPCG</b></p> <p>MPG= Mulheres em Cargo Gerencial</p> <p>NMCG= Número de Mulheres em Cargos Gerencial</p> <p>NTPCG= Número de Pessoas em Cargos Gerencial</p>
<b>Periodicidade:</b>	Anual.
<b>Fonte de dados:</b>	PNAD Contínua/IBGE.
<b>Indicador 5.5.5:</b>	Proporção de mulheres que ocupam cargos de confiança (DAS) no Poder Executivo municipal, segundo o nível de DAS.
<b>Definição:</b>	Indica quantas mulheres ocupam os cargos de DAS, por nível, em relação ao total de cargos de DAS existentes no âmbito da estrutura da administração pública brasileira (direta e indireta).

<b>Fórmula:</b>	Número de mulheres ocupantes de cargos de DAS, por nível de DAS, multiplicado por 100 e dividido pelo total de cargos de DAS, por nível de DAS. <b>MOCC=NMOCC*100/NTCC</b> MOCC= Mulheres em Cargos de Confiança NMOCC= Número de Mulheres em Cargos de Confiança NTCC= Número de Total de Cargos de Confiança
<b>Periodicidade:</b>	Mensal.
<b>Fonte de dados:</b>	Painel Estatístico de Pessoal, do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE).
<b>Indicador 5.5.8:</b>	Proporção de policiais mulheres, militares e civis, segundo UFSC.
<b>Definição:</b>	O indicador contabiliza a quantidade de mulheres em relação ao total dos efetivos ativos da Polícia Civil e da Polícia Militar, instituições no âmbito dos governos estaduais, mais capilarizadas pelo território nacional.
<b>Fórmula:</b>	Número total de mulheres nas polícias Civil e Militar multiplicado por 100 e dividido pelo total de pessoas que compõem os efetivos ativos de cada uma dessas forças. <b>PMPCM= MPCM*100/NTPCF</b> <b>PMPCM=</b> Proporção de Mulheres Policiais Civis e Militares MPCM= Número total de Mulheres Policiais Civis e Militares NTPCF= Número de Pessoas que compõem cada força
<b>Periodicidade:</b>	Anual.
<b>Fonte de dados:</b>	Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadia)/IBGE.

Fonte: IPEA, 2018

## 2.4. Coleta, tratamento e análise dos dados

De acordo com Lakatos e Marconi (2001), as técnicas de coleta de dados podem ser entendidas como um conjunto de processos ou regras que a ciência utiliza para seu desenvolvimento. A metodologia aplicada nesse estudo, tem como principais meios de coleta dos dados os questionários das entrevistas semiestruturada com representantes e lideranças de organizações não governamentais e governamentais de Humaitá, além de registros fotográficos e análise de documentos.

Na primeira etapa, para atender o primeiro objetivo específico realizou-se a pesquisa de campo, de entrevistas semiestruturadas para os gestores das organizações governamentais e não

governamentais para avaliar a efetividade<sup>3</sup> do conjunto das políticas públicas para o enfrentamento/promoção da igualdade de gênero, no município de Humaitá-AM. Considera-se efetiva a política que tenha sido implementada e que tenha alcançado suas metas primárias.

Para atender o segundo objetivo específico, em que se avaliou o desempenho dos municípios em relação às metas do ODS 5, foram analisadas as séries históricas dos dados por meio de uma estatística descritiva. Os dados compilados deram origem a um conjunto de 6 indicadores de Igualdade de Gênero, necessário para explicar as possíveis causas de convergências e divergências, calculados a partir das informações levantadas na pesquisa de campo.

Os dados obtidos foram tabulados em uma planilha do programa Microsoft Excel e padronizados, para fins de análise. Por conseguinte, foram construídos gráficos no próprio Excel, para avaliar os dados, as convergências e divergências das políticas públicas para igualdade de gênero no município de Humaitá, com o estabelecido pelo Brasil para o ODS 5.

## **2.5. Procedimentos éticos**

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Amazonas através do Parecer Consubstanciado N.º 6.042.595, datado do dia 10/05/2023. Cabe informar que o TCLE foi apresentado a todas e todos os entrevistados, para o preenchimento e ao aceite do termo.

---

<sup>3</sup> A efetividade, por sua vez, é um índice de resultados, que avalia o grau de sucesso alcançado em relação aos objetivos esperados (IPEA, 2017).

### 3. CAPÍTULO I - POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

#### RESUMO

O objetivo deste estudo foi mapear e avaliar as políticas públicas nacionais, estaduais, municipais e ações para promoção da igualdade de gênero no município de Humaitá-AM. Foi aplicado o método de avaliação continuada (PNDR), com o objetivo de se avaliarem os impactos econômicos e sociais, além de acompanhar a implementação e aplicabilidade dos instrumentos da Política Nacional, Estadual, Municipal e ações para promoção da igualdade de gênero, verificando a sua eficácia, eficiência e continuidade. Participaram da pesquisa 06 (seis) instituições governamentais da Prefeitura Municipal entre algumas Secretarias municipais e 08 (oito) instituições não governamentais entre associações: urbanas, rural, ribeirinhas e indígenas. Após aplicação dos questionários, via entrevista com os gestores e presidentes das associações, verificou-se que as organizações governamentais e não-governamentais do município de Humaitá-AM desenvolvem políticas públicas e iniciativas que visam promover a igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas, apresentando resultados positivos em sua execução, constatando a sua eficácia, eficiência e continuidade. Cabe ressaltar que, essas políticas públicas são desenvolvidas a mais de dois ciclos do PPA, para as instituições públicas e do Plano de trabalho, para as Instituições não governamentais. Contudo, segue havendo a necessidade de se alcançarem mais avanços, mediante a fortalecimento das atuais ações e a implementação de outras políticas públicas e iniciativas para promoção da igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas.

**Palavras-chave:** políticas públicas; transversalidade de gêneros; efetividade.

#### 3.1. Introdução

A expressão “política pública” engloba os processos que vão desde a formulação de propostas, tomada de decisões até a execução por instituições públicas, de intervenções abrangendo setores de interesse da coletividade, resultantes da atividade política e que buscam solucionar de forma pacífica conflitos sociais e demandas de interesse da sociedade, com a finalidade de mudar ou transformar uma realidade (RUA, 2009).

Os primeiros estudos sobre políticas públicas surgiram nos Estados Unidos, na década de 1950, nas áreas de Ciências Políticas e de Administração Pública. O campo das políticas públicas no Brasil surgiu sob influência dos EUA, por volta de 1960, e decorre da separação entre “Política e Administração Pública”, onde se procurava entender o funcionamento das políticas públicas, com a finalidade de subsidiar as ações governamentais na resolução de problemas públicos. Nesse período, o processo decisório nas políticas públicas era centralizado

e não havia debate aberto sobre a temática políticas públicas, pelos atores políticos (FARAH, 2011; FARAH et al., 2018).

As Políticas Públicas são o conjunto de ações e decisões de governo nas três esferas administrativas, por meio de planos e metas a serem alcançadas com a finalidade de promover o bem-estar da sociedade e o interesse público. Essas ações são definidas pelos gestores públicos (governos), de acordo com o entendimento deles sobre as expectativas e o bem-estar da sociedade (SEBRAE/MG, 2008).

Cabe destacar que a Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi a primeira instituição a realizar estudos sobre políticas públicas no Brasil, por volta dos anos de 1960, contudo, por conta do regime militar que governava o país na época, os estudos foram interrompidos, sendo retomados anos depois, com o fim do regime militar, ganhando força na década de 1980 (FARAH, 2013).

De acordo com Farah (2004), a partir dos anos 1970 com o processo de democratização do país e a crise fiscal, outros atores foram incluídos na agenda de reformas do Estado brasileiro, os quais contribuíram para a democratização dos processos decisórios e resultados das políticas públicas, por meio da descentralização das ações com a participação da sociedade civil na elaboração e execução das políticas públicas e inclusão de novos segmentos da população como beneficiários das políticas públicas.

Por fim, Silva e Simioni (2021), descrevem que as políticas públicas voltadas para a questão de gêneros foram um dos novos segmentos beneficiários das políticas públicas, sendo elaboradas no final da década de 1970. Afirmam que tais políticas surgiram em decorrência da discussão das diferenças entre os gêneros nos espaços públicos e privados, pelos movimentos de mulheres, pela participação de mulheres em movimentos sociais e partidos políticos, somado ao contexto da redemocratização do Estado e em meio a lutas por melhores condições de vida da população e melhores condições de trabalho.

### **3.2. Políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero**

As políticas públicas para mulheres não compreendem necessariamente a concepção de gênero, uma vez que, as políticas públicas para as mulheres são centradas no feminino e na relação entre os sexos, com ações que visam garantir a conservação e continuidade da família e não necessariamente o seu empoderamento e autonomia (BRASIL, 2005).

Por sua vez, as políticas públicas de gênero, vão além de manter os laços afetivos e familiares e da diferenciação do processo de socialização entre o masculino e feminino, por

incluir a natureza dos conflitos e das negociações produzidos nas relações interpessoais, entre homens e mulheres, bem como, a dimensão da subjetividade feminina no desenvolvimento individual do sujeito, que proporciona a mulher mais visibilidade, sobretudo pela sua inserção no mercado de trabalho, ganhando autonomia financeira (BRASIL, 2005).

É importante destacar que, as políticas públicas para as mulheres foram criadas como estratégias de Estado para alcançar a equidade e inclusão social, além de ofertar serviços públicos essenciais (saúde, educação assistência social, habitação, saneamento básico), orientados inicialmente, para uma gestão não democrática incorporando demandas seletivas de interesse da sociedade civil e do mercado, no processo de formulação das políticas públicas, beneficiando segmentos restritos de trabalhadores (FARAH, 2001).

Os movimentos de mulheres, no âmbito internacional, deram origem à primeira conferência mundial de mulheres, no ano de 1975, no México, a qual deu origem as primeiras propostas com indicações de políticas para melhorar o tratamento e modo de vida das mulheres no mundo e, do direito as mesmas oportunidades dadas aos homens. Porém, apesar do comprometimento da maioria dos líderes mundiais nas sucessivas conferências realizadas, pouco se avançou nesse sentido, aumentando o debate sobre o tema, sobretudo no continente europeu, onde os movimentos de mulheres reivindicavam políticas mundiais de promoção da igualdade e de oportunidades das mulheres, a serem implementadas nos governos nacionais (BRASIL, 2005).

A Política Pública de Gêneros no Brasil surgiu em decorrência da mobilização de mulheres, que por volta dos anos de 1980, sob influência dos movimentos feministas de cunho internacional como o movimento britânico sufragista entre outros, que contribuíram para a “redemocratização e (ré)surgimento dos movimentos sociais” no país, exigindo que os governos executassem políticas públicas específicas para mulheres (FARAH et al., 2018).

Após a IV Conferência Mundial de Mulheres, realizada em Pequim em 1995, o país buscou reestruturar as políticas públicas de gênero, seguindo as orientações de Beijing, visando o comprometimento com a igualdade de gênero, criando a Política Nacional para as Mulheres, interligada por “planos e conferências”, a serem realizadas “em cada quadriênio de 2003 a 2015” (FARAH et al., 2018).

Cabe destacar que, durante a realização da 1.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM) em julho de 2004, participaram 1.787 delegadas (representantes) na elaboração do I PNPM (2004-2007) envolvendo diretamente mais de 120 mil mulheres de todos os lugares do país. Na 2.<sup>a</sup> CNPM realizada em agosto de 2007, foram 2.800 delegadas as quais

constituíram a delegação nacional, com a participação de 200 mil mulheres, tendo como resultado o II PNPM (2008-2011) sendo elaborado a partir das resoluções da 2.<sup>a</sup> CNPM.

Já na 3.<sup>a</sup> CNPM que aconteceu em dezembro de 2011, participaram também cerca de 200 mil pessoas representantes de todo o país com 2.125 delegadas na “etapa nacional”, com uma diferença de 675 mulheres a menos em comparação a 2.<sup>a</sup> CNPM, que resultou no III PNPM (2013-2015). Apesar de os números de delegadas serem menor que na 3.<sup>a</sup> CNPM o III Plano Nacional de Políticas para as mulheres PNPM, teve “maior inserção das temáticas de gênero em diversas frentes do governo” de acordo com os “princípios orientadores” do III PNPM, (BRASIL, 2013):

- a) autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida;
- b) busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos;
- c) respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação;
- d) caráter laico do Estado;
- e) universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado;
- f) participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e
- g) transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

Em 2015, houve uma unificação das pastas (Direitos Humanos, Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres), para Ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos) de acordo com a Medida Provisória N.º 696, de 2 de outubro de 2015. Contudo, em 2016, este ministério foi extinto e recriado com o nome de Ministério dos Direitos Humanos (BRASIL, 2015).

No ano de 2019, o Ministério dos Direitos Humanos foi transformado em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Neste Ministério esteve vinculada à Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres-SNPM, cujo principal objetivo é “promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2022).

A descentralização do Ministério: da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos pelo Governo Federal, na gestão que iniciou em janeiro de 2023 e vai até dezembro de 2026, foi um marco importante para a transformação do Ministério da Mulher, possibilitando que o novo Ministério tenha autonomia para desenvolver políticas e projetos específicos para promoção das mulheres, trabalhando as seguintes temáticas (BRASIL, 2023):

1. Formulação, coordenação e execução de políticas e diretrizes de garantia dos direitos das mulheres;
2. Políticas para as mulheres;

3. Articulação e acompanhamento de políticas para as mulheres nas três esferas federativas;
4. Articulação intersetorial e transversal junto com aos órgãos e às entidades, públicos e privados, e às organizações da sociedade civil;
5. Articulação, promoção e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, para a implementação de políticas para as mulheres;
6. Elaboração e implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de abrangência nacional; e
7. Acompanhamento da implementação da legislação sobre ações afirmativas e definição de ações para o cumprimento de acordos, convenções e planos de ação sobre a garantia da igualdade de gênero e do combate à discriminação.

A promoção da igualdade de gênero é um processo contínuo, que conta com a participação de toda a sociedade e envolve mecanismos de difusão, coerção e aplicação, que podem ser resumidos da seguinte maneira: a) Políticas públicas para garantir a igualdade de oportunidades e o acesso a direitos e serviços para homens e mulheres; b) políticas e ações de igualdade salarial, licença-maternidade e paternidade, combate à violência contra a mulher, dentre outras; c) Políticas educacionais como mecanismo fundamental para a promoção da igualdade de gênero, uma vez que esta é capaz de mudar valores e comportamentos; d) Empoderamento econômico, garantindo acesso ao trabalho remunerado e o empreendedorismo feminino e participação em cargos de liderança; e, e) Participação das mulheres na política é fundamental para garantir que suas demandas sejam ouvidas e atendidas (VITALE e NAGAMINE, 2018).

### **3.3. A Transversalidade de gênero**

O crescimento dos movimentos feministas ocorridos a partir da década de 1970, contribuiu para a luta das mulheres que se intensificou e conseqüentemente, conquistou mais espaços ao nível internacional, mobilizando e cobrando dos chefes de Estados a implantação de mais políticas públicas específicas para sua classe, a fim de solucionar de forma pacífica conflitos sociais e igualdade de gênero (RUA, 2009).

Como resultado, no ano de 1975, ocorreu a realização da I Conferência Mundial de Mulheres no México, considerado um momento importante para apresentar as primeiras recomendações e problemáticas na questão da igualdade de gênero. Já no ano de 1995, em Pequim, aconteceu a IV Conferência Mundial de Mulheres que resultou no *Gender Mainstreaming*, uma “estratégia Internacional”, que visa defender políticas públicas na questão de gênero em todos os níveis internacional, regional, nacional e subnacional (MARCONDES, 2018).

O conceito de *Gender Mainstreaming* foi definido pelo o Council, 2004 como:

(Gender Mainstreaming) is the (re)organization, improvement, development and evaluation of policy processes, so that a gender equality perspective is incorporated in all policies, at all levels, and at all stages by the actors normally involved in policy making. (COUNCIL, 2004, p. 12)

É perceptível a abrangência da definição de “*gender maisntreaming*” buscando alcançar em todos os níveis e etapas, a formulação das políticas públicas voltada para a igualdade de gênero, porém, ainda existem grandes dificuldades para sua execução, na prática (REINACH, 2013).

Enquanto na Europa discutiam-se, na época, os caminhos voltados para essa temática, no Brasil, a realidade era outra. Em 31 de março de 1964, o país sofreu um golpe, com instalação da ditadura militar que durou o período de 1965 a 1985, com o movimento nacional constituinte. Nesse período a preocupação além da igualdade de gênero, buscava-se “igualdade racial e preservação dos direitos humanos”, por causas das sequelas deixadas no povo brasileiro (FRANCO, 2021). Assim, após a IV Conferência Mundial de Mulheres, o Brasil “adotou” a *transversalidade de gênero*, que visa a reestruturação de políticas públicas e o compromisso com a igualdade de gênero. Essa estratégia utilizada, ganhou força não só na Secretaria de Políticas para as Mulheres-SPM, mas, nas Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SPPIR, Secretaria Nacional da Juventude - SNJ e na Secretaria de Direitos Humanos - SDH (MARCONDES et al., 2018).

A transversalidade de gênero é uma estratégia de política pública para promoção da equidade e busca, de forma não hierarquizada trabalhar a condição de desigualdade em várias áreas de interesse da sociedade, setores de políticas para mulheres, como habitação, geração de emprego e renda, saúde, educação, violência contra a mulher, além da capacidade de autossustentação (ANDRADE et al., 2019). Sua implantação de forma efetiva ocorreu com a criação da SPM no primeiro ano de mandato do então presidente na época Luís Inácio Lula da Silva, que materializou as práticas e reestruturou as políticas para mulheres e igualdade de Gênero.

Por sua vez, foram criadas outras diretrizes e ações para a consolidação da transversalidade de gênero no país como, por exemplo a 1.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres-CNPM realizada em 2004, que propôs dois importantes objetivos, o primeiro foi a Política Nacional, instituída para ser a linha mestra das diferentes ações que integram os planos nacionais. E o segundo, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres-PNPM, com a finalidade de estabelecer ações governamentais para “conjunturas específicas” (BRASIL,

2008).

Nesse sentido, a transversalidade de gênero foi “adotada” pela, a SPM como uma “estratégia” a ser seguido na reestruturação e formulação de políticas públicas não só na questão de gênero mais em várias instâncias ao nível federal, que visa diminuir a desigualdades de gênero e racial, bem como, melhorar os direitos humanos. (PAPA, 2012; REINACH, 2013).

Por fim, as políticas públicas nacionais voltadas para as mulheres, foi se fazendo presente cada vez mais em diversos setores e segmentos para a implantação da inclusão e igualdade de gênero, aumentando o número de mulheres em todos os setores a frente de gestão, em lideranças organizacionais, comunitárias, “políticas, corporações a esportes e STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática)”, porém é necessário ainda fazer concretizar a transversalidade na igualdade de gênero, ter mais políticas públicas para combater o assédio no trabalho, a discriminação como a gravidez, um plano a carreira em certas profissões que são destinadas ao sexo masculino.(ONU MULHERES, 2021).

### **3.4. Metodologia para avaliação continuada das políticas públicas e ações para promoção da igualdade de gênero**

A metodologia aplicada segue a proposta do IPEA (2017), pelo método de avaliação continuada, composto por uma aplicação sistemática de métodos de avaliação, com o objetivo de verificar os impactos econômicos e sociais, além de acompanhar a implementação e aplicabilidade dos instrumentos da Política Nacional, Estadual, Municipal e ações para promoção da igualdade de gênero. Essa metodologia recorre a vários métodos de avaliação para um mesmo período, com a finalidade de analisar e implementar melhorias no planejamento, no monitoramento, na eficácia e na eficiência dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Nessa metodologia, toma-se por base os objetivos e as atribuições legais e institucionais das políticas públicas e ações para promoção da igualdade de gênero, onde a avaliação proposta deve ser orientada pelos eixos temáticos enquadrados esquematicamente nos seguintes níveis de avaliação.

Quadro 2. Eixos de avaliação dos instrumentos da política regional

<b>Avaliação de eficácia</b>	<b>Avaliação de eficiência</b>	<b>Avaliação qualitativa</b>	<b>Avaliação do impacto sobre o problema</b>
A. Avaliação da eficácia das políticas públicas e ações não governamentais	B. Avaliar a eficiência políticas públicas e ações não governamentais para	C. Pesquisa qualitativa para esclarecer pontos	D. Avaliação – ex ante e ex post – do impacto políticas públicas e ações não

para promoção da igualdade de gênero.	promoção da igualdade de gênero. E traçar quais estratégias poderiam ser seguidas para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas.	ou resultados obscuros em pesquisa qualitativa anterior.	governamentais para promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas.
---------------------------------------	--	--	--

Fonte: Adaptado de IPEA, 2017

No que se refere aos Órgãos da Administração Pública, a proposta de avaliação continuada, segue a ideia de ciclo de avaliação, composto nos quatro blocos de avaliações apresentados no Quadro 2, os quais podem ser realizados em um período de quatro anos, no que corresponde ao mesmo período de planejamento do Plano Plurianual (PPA), ou seja, a cada ciclo de avaliação, pode ser melhorado e fazer constar do PPA seguinte. No que se refere às organizações não governamentais, a proposta de avaliação continuada pode ser realizada no período de dois anos, que correspondem ao planejamento de cada gestão de presidente, (IPEA, 2017).

Cabe ressaltar que, caso haja dados disponíveis, todos os instrumentos podem ser utilizados e seguir a mesma estrutura de avaliação a cada ano. Na impossibilidade de coleta de dados para determinados instrumentos da PNDR, para realizar as avaliações propostas, pode ser realizado uma análise descritiva e exploratória dos dados disponíveis, a fim de avaliar seu desempenho.

De acordo com Peixoto et al. (2012), a avaliação dos impactos de uma política pública ou programa social podem ocorrer em três momentos a saber: (i) antes do início do programa (*ex ante*), (ii) durante a execução do programa (*ex-post* de percurso) e (iii) após a conclusão do programa (*ex-post* de encerramento). A avaliação caracteriza-se por metodologias e objetivos distintos e está condicionada a disponibilidade de dados sobre o programa no período pesquisado.

Nesta pesquisa, seguiu-se uma abordagem exposta de percurso, utilizando técnicas econométricas com base em dados de painel, os quais monitoram unidades de observação ao longo do tempo e permitem aos pesquisadores explorarem questões que não podem ser analisadas de forma separada, através de dados *cross-section* ou séries temporais, ou, ainda, não estão disponíveis em escalas menores. Além disso, a capacidade de criar vários indicadores nos níveis, municipal, microrregional, mesorregional e estadual será útil para avaliar o impacto das ferramentas da PNDR nos índices, com o uso de modelos de dados de painel com efeitos

fixos, permitindo a inclusão de características observáveis e não observáveis que são constantes ao longo do tempo - por exemplo, características institucionais, se consideradas estáveis durante o período estudado. O objetivo dessas análises é responder as seguintes questões: “Quais mudanças são observáveis na questão (disparidades regionais)?” e “Essas disparidades regionais foram atenuadas como resultado do programa?” (PEIXOTO et al., 2012).

### **3.5. Materiais e métodos**

Foi utilizado para a coleta de dados durante a pesquisa de campo, um formulário semiestruturado, para entrevistas com o público-alvo do município de Humaitá-AM, com vistas a obter respostas relacionadas ao tema políticas públicas e ações voltada para as mulheres e meninas referente ao ODS 5 “Igualdade de Gênero”, tendo-se como entrevistados representantes e lideranças de organizações não governamentais e governamentais. Também foram feitos registros fotográficos, por ocasião das visitas técnicas e das entrevistas. Foram visitadas 06 (seis) organizações governamentais da Prefeitura Municipal entre estas, secretarias municipais, e 08 (oito) não governamentais sendo associações urbanas, rurais, ribeirinhas e indígenas.

Primeiramente foi realizada pesquisa documental, com documentações obtidas do site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Plano Plurianual-PPA Estadual 2020/2023 do Amazonas e o PPA (2022-2025), da Prefeitura Municipal de Humaitá, para levantamento de dados quanto à performance de programas em nível municipal, estadual e federal que orientam as ações voltadas para a equidade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas, posterior aplicação das entrevistas.

A seleção para as entrevistas na esfera municipal foi feita em acordo com os resultados da análise do PPA, ou seja, as secretarias municipais que têm programas/ projetos específicos para mulheres e meninas, foram escolhidas para ser realizadas as entrevistas com os seus gestores. E, na esfera não governamental, foi realizado um levantamento das organizações que trabalham diretamente com políticas públicas voltadas para as mulheres.

A construção do roteiro de entrevistas se deu a partir dos objetivos do estudo, com a finalidade de se investigar o tema dessa pesquisa: Políticas Públicas e Ações para promoção da Igualdade de Gênero. Para a realização das entrevistas foram criados dois questionários:

A - Sobre as políticas públicas e ações voltada para as mulheres e meninas referente ao ODS 5, contendo 9 (nove) perguntas, sendo 7 (sete) fechadas e 2 (duas) abertas (Apêndice A); e, B – Sobre o empoderamento feminino nas instituições (governamental e não governamental)

no município de Humaitá-AM, contendo 8 (oito) perguntas fechadas (Apêndice B).

Após as realizações das entrevistas, as respostas foram tabuladas em uma planilha eletrônica e disponibilizadas em tabelas para análises das respostas e avaliação das políticas públicas e autonomia financeira e empoderamento da mulher no município de Humaitá-AM.

### **3.6. Resultados e discussão**

As políticas públicas para mulheres estão centradas nas relações entre os sexos, garantia e conservação da família (BRASIL, 2005). Já as políticas públicas “de gênero” resultam do processo de mobilização das próprias mulheres e compreendem ações voltadas para o gênero feminino, que tem como base a concepção de que homens e mulheres devem ser tratados de forma igualitária e as diferenças biológicas não devem ser usadas como justificativa para as desigualdades de oportunidades existentes (BRASIL, 2005; BRASIL, 2012).

As políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero são estratégias de políticas públicas para que as mulheres tenham autonomia financeira, possam se sustentar e tomar decisões importantes em suas vidas, com acesso a ações que as empoderam, como capacitações profissionais, criação de programas de empreendedorismo feminino, incentivo à educação, entre outros (BRASIL, 2005; BRASIL, 2012).

As estratégias de políticas públicas voltadas para igualdade de gênero no município de Humaitá-AM foram levantadas e mapeadas nos 03 (três) níveis da administração pública, Federal, Estadual e Municipal e, ainda, as iniciativas locais e da sociedade civil implementadas ou em implementação no município de Humaitá-AM. Os dados apresentados retratam os resultados do mapeamento em relação à performance de programas nas três esferas governamentais:

#### a) Nível Federal:

O Governo Federal implantou no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, para o quadriênio de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, sete programas nacionais de políticas públicas de gêneros, voltados a mulheres e contra o feminicídio no Brasil, são eles:

1. Plano Nacional de Enfrentamento a Feminicídio (PNEF);
2. Programa Mulher Segura e Protegida;

3. Maria da Penha vai à Escola;
4. Qualifica Mulher;
5. Mais Mulheres no Poder;
6. Meninas nas ciências exatas, engenharias e computação;
7. Mães Unidas.

b) Nível Estadual:

O estado do Amazonas possui 04 (quatro) Secretarias Estaduais que desenvolvem programas e ações que envolvem políticas públicas voltadas para mulheres e meninas, descritas no Plano Plurianual-PPA Estadual 2020/2023, em conformidade com os ODS da Agenda Global 2030 (AMAZONAS,2019):

A Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania-SEJUSC, trabalha especificamente com o ODS 5, em diversos setores na Secretaria, com 5 (cinco) programas e 01 (uma) Secretaria Executiva para as Mulheres-SEPM:

- a) Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher-CREAM;
- b) Serviço de Apoio Emergencial a Mulher-SAPEM;
- c) Unidade Móvel Itinerante- Ônibus da Mulher;
- d) Serviço de Apoio à Mulher, Idoso e Criança;
- e) Casa de Maria -SAMIC, (Legislação da Mulher e o disque denúncia).

Além destes programas e ações, a SEJUSC trabalha também com o Programa Pacto Pela Vida: Gestão, operacionalização e ampliação dos serviços voltados ao atendimento à mulher (mulher assistida). Cabe ressaltar que, outras três Secretarias Estaduais implantaram programas e ações seguindo políticas públicas voltadas para as mulheres de acordo com PPA 2020 a 2023, que são:

- Secretaria de Estado de Saúde, possui um Programa Saúde em Rede: Operacionalização da linha de cuidado a saúde da mulher e da criança (parto realizado);
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação-SEDECTI, possui o Programa Ciência Tecnologia e Inovação no Amazonas: Meninas e mulheres na Ciência e no Empreendedorismo Científico (menina/mulher beneficiada); e

- Secretaria de Estado da Casa Civil trabalha o Programa Amazonas Presente: Operacionalização e Promoção dos serviços de Direitos humanos, mulher e cidadania (atendimento realizado).

c) Nível Municipal:

O estado do Amazonas possui 62 municípios, sendo a cidade de Manaus sua capital e principal cidade do Estado. O município de Humaitá está localizado no sul do Amazonas, com uma população com origens diversificadas por ser a única cidade do Amazonas que possui acesso via BR para as demais capitais do país. O município também tem histórico de implementação de políticas públicas específicas para a questão de gênero e o empoderamento da mulher.

O Plano Plurianual do município de Humaitá, para o quadriênio 2022/2025, contempla 06 (seis) Secretarias que trabalham diretamente programas e ações voltado para empoderamento das mulheres, são elas:

- Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEMAPA: Programa de apoio agroindústria;
- Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS: Programa de geração de emprego e renda; Programa de Enfrentamento a violência-PAEFI e Coordenadoria da Mulher;
- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SEMCULT: Programa de fortalecimento da economia criativa;
- Secretaria Municipal de Gabinete - SEMGAB: Programa de valorização da mulher.
- Secretaria Municipal dos Povos Indígenas - SEMUPI: Programa de apoio as ações de Educação em Saúde;
- Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA: Programa saúde da mulher; Programa de humanização no pré-natal, nascimento e rede cegonha.

Os programas e ações apresentados no âmbito nacional, voltados à questão de gênero, são políticas públicas frutos da implementação da Agenda Global 2030 no Brasil, os quais buscam trabalhar um diagnóstico da situação do país em relação ao ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (IPEA, 2018).

No âmbito estadual, o governo do estado do Amazonas vem implementando diversas políticas públicas e ações governamentais voltadas para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, em consonância com o ODS 5, por meio da

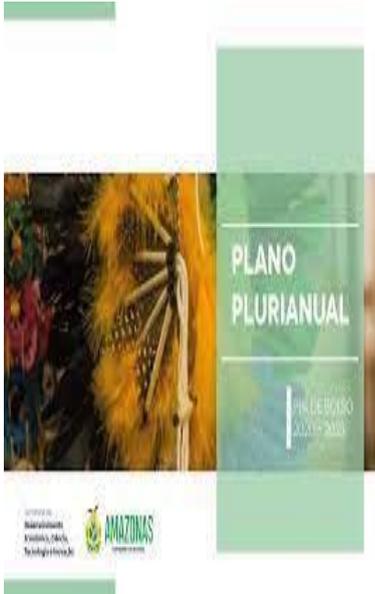
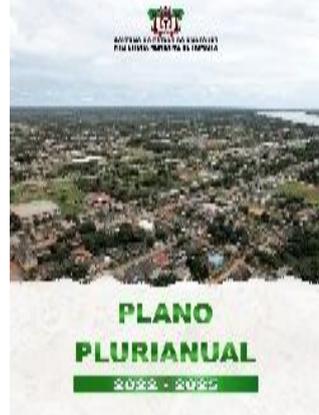
implementação de medidas concretas para alcançar esse objetivo, como a criação de programas de capacitação e empreendedorismo para mulheres, ações de conscientização sobre a importância da igualdade de gênero e o estímulo à participação feminina na política e em cargos de liderança, sendo que a principal iniciativa nesse sentido é a criação da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, que tem como uma de suas principais atribuições a promoção da igualdade de gênero e o combate à violência contra as mulheres. Com essas ações, o Amazonas, busca garantir que mulheres e meninas tenham as mesmas oportunidades e possam desfrutar de uma vida plena e livre de discriminação (AMAZONAS, 2019).

No que se refere às políticas públicas no âmbito municipal, o poder público do município de Humaitá tem trabalhado de forma consistente no desenvolvimento e implementação de políticas públicas voltadas para questões de gênero, com programas e ações envolvendo todas as secretarias, propostos no PPA. A principal iniciativa local é o programa "Mulheres Empreendedoras", que visa oferecer capacitação e apoio para mulheres que desejam abrir o próprio negócio, fomentando o empreendedorismo feminino, por meio da ação governamental, possibilitando reduzir a desigualdade de gênero e promovendo a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Além disso, a municipalidade busca desenvolver atividades para sensibilizar a população a respeito da importância da igualdade de gênero e do combate à violência contra as mulheres, alinhados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, que tem como meta alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas até 2030 (HUMAITÁ, 2022).

Os dados e informações apresentadas a seguir, tratam das políticas públicas e iniciativas nas três esferas de Governo, no âmbito Federal, Estadual e Municipal, com vista a implementação de ações voltadas para as questões de gênero no Brasil, que buscam melhorar a vida de mulheres e meninas, alinhado a questão da igualdade de gênero do ODS 5, da agenda 2030, conforme apresentado no quadro 3:

Quadro 3. Programas de políticas públicas, nacionais estaduais e municipais

FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
<b>Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres</b>	<b>04- Secretarias Estaduais:</b>	<b>06- Secretarias Municipais:</b>
1. Plano Nacional de Enfrentamento a Femicídio (PNEF);	SEJUSC: (05 programas e 01 Secretaria Executiva-SEPM);	SEMAPA: 01 programa;

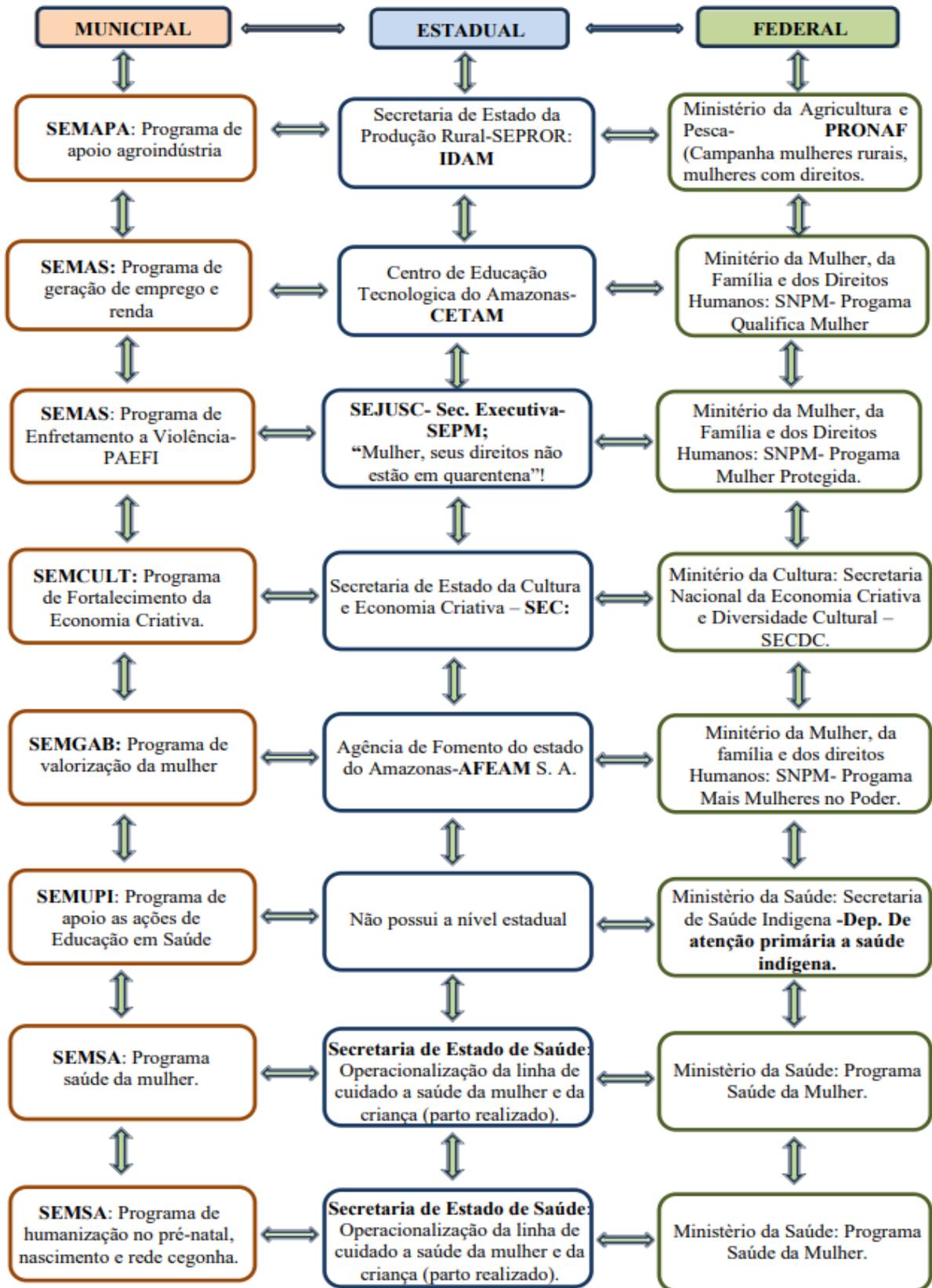
2. Programa Mulher Segura e Protegida;	SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE: 01 programa;	SEMAS: 03 programas;
3. Maria da Penha vai à Escola;	SEDECTI: 01 programa;	SEMCULT: 01 programa;
4. Qualifica Mulher;	Secretaria de Estado da Casa Civil: 01 programa.	SEMUPI: 01 programa;
5. Mais Mulheres no Poder;		SEMGAB: 01 programa;
6. Meninas nas ciências exatas, engenharias e computação;		SEMSA: 02 programas
7. Mães Unidas;		
		
Fonte: Brasil, (2022)	Fonte: Amazonas, (2022)	Fonte: Humaitá-AM, (2022)

Fonte: Autoria própria, 2022

O quadro 3 apresenta o alinhamento das políticas públicas, com a definição dos programas e ações por cada secretaria de acordo com o PPA municipal, (2022-2025), com o PPA estadual (2020-2023) e com as informações da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, nas três esferas de governo, com vistas a implementação e efetivação das políticas públicas voltadas para as mulheres e meninas que buscam a equidade de gênero.

Cabe destacar que, o princípio para o levantamento do alinhamento das políticas públicas foi a partir dos programas municipais planejadas no PPA (quadriênio 2022-2025), que pode ser resumida no diagrama 01.

Figura 2. Diagrama de alinhamento das políticas públicas nas três esferas administrativas



Fonte: Autoria própria, 2022

O diagrama acima apresenta uma avaliação cuidadosa das inter-relações e dependências das políticas públicas municipais com o alinhamento para as políticas nas esferas estaduais e federais em outros ministérios sem ser específico o Ministério da Mulher. Primeiramente, identificou-se quais políticas estão alinhadas com as diretrizes e metas federais e se essas políticas implementadas localmente correspondem às prioridades nacional. Ao analisar as políticas públicas, verificou-se o grau de cooperação e coordenação entre os diferentes níveis de governo, e de que forma afeta a implementação e eficácia das políticas públicas, uma vez que, o alinhamento efetivo das políticas públicas entre as diferentes esferas de governo é fundamental para garantir a coerências delas, otimizar os recursos e melhorar a eficácia da implementação.

### 3.6.1. Resultado da pesquisa de campo governamental

No que se refere à efetividade das políticas públicas, pode ser analisado, a partir dos dados coletados na pesquisa de campo, por meio de uma abordagem qualitativa, com vistas a verificar a relação de causalidade entre o programa social e o resultado alcançado, observando os aspectos positivos e negativos, obtidos por meio das entrevistas com representantes e lideranças de organizações governamentais de Humaitá (Formulários apêndice A e B), os quais indicam que os resultados convergem para a efetivação das ações, voltadas para a autonomia financeira e empoderamento da mulher. Os dados obtidos na pesquisa de campo sobre o desenvolvimento das políticas públicas e ações governamentais e não governamentais, para promoção da igualdade de gênero no município de Humaitá estão representadas nos quadros de 4 a 13.

O quadro 04 apresenta o mapeamento das políticas públicas municipais, desenvolvidas por cada uma das 06 (seis) Secretarias, propostas no Plano Plurianual do Município de Humaitá-AM (quadriênio 2022-2025), que desenvolvem programas e ações voltadas para empoderamento de mulheres e meninas, nas áreas econômica, social, saúde, educação e política.

Quadro 4. Políticas públicas e ações governamentais municipais para promoção da igualdade de gênero.

Secretária Responsável	Política Pública	Local	Ações
SEMAS	Programa de geração de emprego e renda	Rede com Associação Clube de Mães da Olaria	Cursos de Qualificação Profissional para mulheres

<b>SEMAS</b>	Programa de Enfrentamento a violência-PAEFI	Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS	Realização de campanhas, oficinas, palestras, roda de conversas sobre a violência e exploração sexual contra mulheres e meninas; Acompanhamento psicossocial para as mulheres e meninas vítimas de violências, físicas, sexual, psicológica e moral.
<b>SEMAS</b>	Coordenadoria da Mulher	Gestão da Sede da Secretaria	Criação do Conselho da Mulher.
<b>SEMAPA</b>	Programa de apoio agroindústria	Feira do produtor rural e nas feiras de exposições	Venda dos produtos de agroindústria familiar rural e urbana: farinha de mandioca, polpas de frutas, fubá, bolos caseiros, conservas caseiras típicas, doces, dentre outros, e neste mercado a mulher produtora é a que maior se destaca.
		Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas-IDAM	Valorização das ações e iniciativas demandadas pelas mulheres, a partir das linhas de crédito do PRONAF.
<b>SEMCULT</b>	Programa de fortalecimento da economia criativa	Exposições de feiras de artesanatos e parcerias com as associações de artesanatos	Realização de eventos culturais para a geração de empregos e renda.
			Realização de editais de fomento para ajudar as artesãs locais.
<b>SEMGAB</b>	Programa de valorização da mulher	Apoio nos eventos culturais, de esportes e lazer	Promover a valorização da mulher, considerando toda a sua diversidade e interesses, visando garantir dignidade e participação cada vez mais expressiva da mulher nos mais diversos ambientes.
<b>SEMUPI</b>	Programa de apoio as ações de Educação em Saúde	Aldeias indígenas	Atendimento médico, odontológico e nutricional para as mulheres e meninas das aldeias.
			Realização de palestras, oficinas, rodas de conversas sobre prevenção a saúde da mulher e das meninas.
<b>SEMSA</b>	Programa saúde da mulher	Unidades Básicas de Saúde-UBS	Realização de palestras, oficinas, rodas de conversas sobre planejamento familiar, prevenção do colo de útero e rastreamento do colo de mama.
<b>SEMSA</b>	Programa de humanização no pré-natal, nascimento e rede cegonha	Unidades Básicas de Saúde-UBS	Orientações sobre gestação, acompanhamentos com as gestantes e orientações sobre os cuidados do pós-parto.

Fonte: Autoria própria, 2023.

No que se refere às políticas públicas na área econômica, são desenvolvidos pelo município de Humaitá 4 (quatro) programas para promover a igualdade de oportunidades econômicas entre homens e mulheres, como a promoção do empreendedorismo feminino (Programa de Apoio a Agroindústria e Programa de Fortalecimento da Economia Criativa), a equidade salarial (Programa de Valorização da Mulher), a ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho (Programa de geração de emprego e renda), pela SEMAS, SEMAPA, SEMGAB e SEMCULT.

O Programa de Apoio a Agroindústria, tem a finalidade de fomentar o empreendedorismo feminino, na agroindústria rural, com a oferta de produtos diversificados pela mulher produtora, conforme apresentado no quadro 05.

Quadro 5. Resultado do programa de apoio agroindústria

<b>Política Pública</b>	Programa agroindústria.
<b>Objetivo:</b>	Ajudar na qualidade de vida dos produtores rurais, capacitações sobre geração de emprego e renda.
<b>Ação</b>	Venda dos produtos de agroindústria familiar rural e urbana: farinha de mandioca, polpas de frutas, fubá, bolos caseiros, conservas caseiras típicas, doces, dentre outros, e neste mercado a mulher produtora é a que maior se destaca.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	PPA/Execução, possui orçamento e recebe financiamento federal, estadual e municipal.
<b>Metas alcançadas</b>	40% após o planejamento no PPA.

Fonte: Elaboração própria com dados da SEMAPA, 2023.

Os dados no quadro 5 apresentam informações relacionadas ao programa de apoio agroindustrial para as famílias produtoras da zona urbana e rural, que visa a valorização da produção com ações que agregam valor ao produto, para a venda nas feiras de produtores e mercadão municipal e, ainda, alcançar outros mercados consumidores. De acordo com o secretário municipal da SEMAPA, os participantes deste programa são na sua maioria mulheres, que a cada dia têm alcançado mais espaço na produção e comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar.

A participação da mulher na composição da renda familiar tem aumentado e favorecido a diversificação da renda, possibilitando que o homem perca o status de único provedor do lar. A pesquisa de campo mostra que em alguns casos, o papel de provedor, uma vez que, há famílias produtoras do município que são administradas por mulheres. Fato esse que foi

agravado, a partir do ano de 2020, com a pandemia do Coronavírus o “Covid-19 ” onde, infelizmente muitas mulheres ficaram viúvas, ou em situação financeira difícil, em virtude de terem sido abandonadas pelos seus companheiros, fazendo com que a mulher assumisse o papel de chefe do lar.

O Programa Agroindústria está em pleno desenvolvimento e é coordenado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura-SEMAPA, composto por uma equipe de 14 funcionários, sendo 12 (doze) homens e 02 (duas) mulheres e suas ações retratam os objetivos previstos no PPA, para promoção da igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas no município, com implementação de 40% da meta em relação ao PPA municipal (2022-2025), possui orçamento municipal para o desenvolvimento de suas atividades e recebe financiamento federal e estadual.

Nessa perspectiva, com vista a incentivar o empreendedorismo local criou-se o Programa de Fortalecimento da Economia Criativa (quadro 06), previsto no PPA (2022-2025), coordenado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo-SEMCULT e formado por uma equipe composta de 04 (quatro) funcionários, sendo 02 (dois) homens, 01(uma) mulher e (01) LGBTQIAPN+.

Quadro 6. Resultado do programa de fortalecimento da economia criativa

<b>Política Pública</b>	Programa de fortalecimento da economia criativa.
<b>Objetivo:</b>	Fortalecimento da Economia Criativa e o Empreendedorismo. E geração de renda para as associações e trabalhadores da cultura.
<b>Ação</b>	Realização de eventos culturais para a geração de empregos e renda; Realização de editais de fomento para ajudar as artesãs locais.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	PPA/Execução, possui orçamento e recebe financiamento estadual, municipal e privado.
<b>Metas alcançadas</b>	50% após o planejamento no PPA.

Fonte: Elaboração própria com dados da SEMCULT, 2023.

O Programa de Fortalecimento da Economia Criativa, apresentado no quadro 6, tem como objetivo a valorização do artesão e artesã, por meio da geração de emprego e renda nas exposições e feiras e, ainda, promoção do empreendedorismo com o financiamento por meio de agência de fomento. Essa política pública foi desenvolvida em edições anteriores do PPA (2022-2025), em virtude de ter gerado e continuar gerando impactos positivos na vida de muitas mulheres e meninas, que antes não tinham a oportunidade de custear sua própria produção e comercialização de artesanatos fabricados.

Segundo o secretário municipal da SEMCULT, o programa possui orçamento municipal, conta com financiamento do estado por meio das agências de fomento, além de parcerias privadas necessárias para a execução do programa de trabalho. Os dados apresentados mostram que do planejamento previsto no PPA (2022-2025), já foram alcançados 50% das metas planejadas até o mês de maio 2023.

Outra política pública importante na área econômica e política é o Programa de Valorização da Mulher (quadro 07), implementado na edição do PPA (2022-2025), por meio de políticas de gêneros transversais, direcionadas para superação das desvantagens econômicas, sociais e culturais das mulheres.

#### Quadro 7. Resultado do programa de valorização da mulher

<b>Política Pública</b>	Programa de valorização da mulher.
<b>Objetivo:</b>	Assegurar as políticas públicas direcionadas à superação das desvantagens econômicas, sociais e culturais das mulheres; instituir um comitê intersetorial, com representantes das demais secretarias municipais, para garantir a transversalidade das políticas de gênero em todas as áreas do governo municipal.
<b>Ação</b>	Promover a valorização da mulher, considerando toda a sua diversidade e interesses, visando garantir dignidade e participação cada vez mais expressiva da mulher nos mais diversos ambientes.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	PPA/Execução, possui orçamento municipal.
<b>Metas alcançadas</b>	55% após o planejamento no PPA.

Fonte: Elaboração própria com dados da SEMGAB, 2023.

Os dados apresentados no quadro 7, tratam do Programa de Valorização da Mulher, fundamentado nas atividades desenvolvidas por mulheres, independentemente da área de atuação das mesmas e da organização a que fazem parte, seja ela governamental ou não governamental. O programa é coordenado pela SEMGAB, composto por uma equipe formada por 11 funcionários, sendo 06 (seis) homens, 04 (quatro) mulheres e 01 (um) LGBTQIAPN+.

Desde sua implementação o programa já alcançou 55% da meta proposta no PPA (2022-2025), trabalhando em parceria com outras secretarias municipais, associações, igrejas, participação em campeonatos como jogos Inter ruas entre outros eventos que têm como objetivo a promoção e valorização da mulher, considerando aspectos relacionados a diversidade e interesses, com vistas a garantir a dignidade e participação cada vez mais expressiva da mulher

nos mais diversos ambientes, com impacto positivo em suas vidas.

Por fim, o Programa de Geração de Emprego e Renda (quadro 08), apresentado a seguir é desenvolvido pela SEMAS, em parceria com o Centro Tecnológico do Estado do Amazonas-CETAM e SEBRAE do município de Humaitá, juntamente com associações que desenvolve ações de interesse público.

Quadro 8. Resultado do programa de geração de emprego e renda da SEMAS

<b>Política Pública</b>	Programa de geração de emprego e renda.
<b>Objetivo:</b>	Fortalecer parcerias para realizar cursos profissionalizantes para mulheres que geram empregos e rendas; firmar parcerias com associações e promover campanhas, a fim de sensibilizar e despertar nas mulheres o espírito empreendedor e o empoderamento da mulher.
<b>Ação</b>	Cursos de Qualificação Profissional para mulheres.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	PPA/Execução, possui orçamento e recebe financiamento do governo federal.
<b>Metas alcançadas</b>	35% após o planejamento no PPA.

Fonte: Elaboração própria com dados da SEMAS, 2023.

O quadro 8, apresenta um retrato do Programa de Geração de Emprego e Renda, desenvolvido pela SEMAS, implementado no ano de 2013, pelo Governo Estadual, na época o Sr. Omar Aziz, que possibilitou a qualificação profissional por meio do Centro Tecnológico do Amazonas (CETAM), com oferta de cursos profissionalizantes para mulheres e meninas no município de Humaitá-AM, promovendo o empreendedorismo, fortalecendo a economia do município e impactando positivamente nos lares humaitaense.

O Programa é articulado e coordenado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, juntamente com uma equipe composta por 16 (dezesseis), funcionários, sendo 5 (cinco homens) e 11 (onze) mulheres que desenvolvem ações em prol das mulheres e meninas, conforme apresentado no Apêndice B.

Desde sua implantação o Programa de Geração de Emprego e Renda passou por adequação e foi contemplado com ações previstas na nova edição do PPA (2022-2025), em plena execução, com um alcance de 35% da meta prevista, até maio de 2023. O programa busca firmar parcerias com associações, Diocese de Humaitá, SEBRAE e CETAM, com vistas a alcançar a meta na sua totalidade até dezembro de 2025, tornando uma política pública contínua e efetiva.

Por fim, ao avaliarem-se as políticas públicas municipais na área econômica e política,

em relação ao PNDR, constatou-se que, os 04 (quatro) programas para promover a igualdade de oportunidades econômicas entre homens e mulheres, a promoção do empreendedorismo feminino (Programa de Apoio a Agroindústria e Programa de Fortalecimento da Economia Criativa), a equidade salarial (Programa de Valorização da Mulher), e a ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho (Programa de geração de emprego e renda), tem suas eficácias comprovadas, uma vez que os mesmos já vem sendo desenvolvidos em edições anteriores do PPA municipal, com suas metas alcançadas ao longo dos anos que foram desenvolvidos com efetividade e continuidade de suas ações, gerando um impacto positivo na vida de muitas mulheres, meninas e na economia local do município, o que se intensificou, durante o período da pandemia, onde, várias mulheres tiveram que reinventar seu empreendimento.

Na área social, são desenvolvidos 02 (dois) programas pela SEMAS e SEMGAB, nos quais as políticas públicas visam combater a violência de gênero, com a implementação de leis e programas de proteção às vítimas de violência doméstica (Programa de Enfrentamento à Violência PAEFI), a criação de serviços de acolhimento e apoio às mulheres em situação de risco (Coordenadoria da Mulher), a implementação de campanhas de conscientização e educação sobre direitos e igualdade de gênero, entre outras ações sociais.

O Programa de Enfrentamento a Violência PAEFI (quadro 09), é uma política pública de enfrentamento a qualquer tipo de agressão contra a mulher, seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral e se dar pelo acompanhamento psicossocial a essas mulheres e meninas vítimas de violência.

Quadro 9. Resultado do programa de enfrentamento a violência - PAEF

<b>Política Pública</b>	Programa de enfrentamento a violência-PAEF.
<b>Objetivo:</b>	Capacitar sobre o enfrentamento a violência contra as mulheres para os servidores do PAEFI; Acompanhamento psicossocial as famílias e indivíduos, bem como as visitas domiciliares.
<b>Ação</b>	Realização de campanhas, oficinas, palestras, roda de conversas sobre a violência e exploração sexual contra mulheres e meninas; Acompanhamento psicossocial para as mulheres e meninas vítimas de violências, físicas, sexual, psicológica e moral.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	PPA/Execução, possui orçamento e recebe financiamento do governo federal.
<b>Metas alcançadas</b>	50% após o planejamento no PPA.

Fonte: Elaboração própria com dados da SEMAS, 2023

Os dados apresentados no quadro 9, tratam de uma política pública municipal que faz parte da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais da Resolução N.º 109, de 11 de novembro de 2009, a qual foi aprovado os níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, o qual o Programa de Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEF) faz parte do combate contra os tipos de violência a mulher (MDS, 2014).

O programa de enfrentamento a violência contra mulheres e meninas é coordenado pela Secretaria de Assistência Social e desenvolvido no Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS, por uma equipe composta por 07 funcionários, sendo 01(uma) coordenadora, 01(um) homem e 05 (cinco) mulheres. O programa tem como objetivo diminuir o índice de violência contra as mulheres e meninas do município de Humaitá-AM, através de campanhas, oficinas, palestras, roda de conversas sobre a violência e exploração sexual contra mulheres e meninas, realizar acompanhamento psicossocial para as mulheres e meninas vítimas de violências, físicas, sexual, psicológica e moral.

De acordo com a coordenadora R. T. S, o programa estar sendo executado seguindo as normas da tipificação de 2014, em conformidade com o planejamento previsto no PPA Municipal (2022-2025). O programa tem muitos desafios a serem superados, que vão desde restrição orçamentaria, à rotatividade de funcionários e falta de mão-de- obra qualificada, dificultando o alcance da meta, que até a presente data (maio) de 2023, implementou 50% do planejado no PPA Municipal (2022-2025).

Outro desafio importante é o restabelecimento da vida pessoal e profissional de mulheres e meninas que foram abusadas e tiveram seus direitos violados, uma vez que, o município não possui uma casa de apoio para esta demanda, causando uma certa frustração nos trabalhos desenvolvidos. Contudo, este programa tem impactado positivamente na vida das mulheres que buscaram o CREAS, como fonte de ajuda e proteção, configurando-se como uma política pública contínua e efetiva.

As políticas públicas de gêneros são muito importantes para que mulheres e meninas e para que possam alcançar mais espaço na sociedade, a prefeitura municipal de Humaitá criou a Coordenadoria da Mulher (quadro 10), com programa de metas estabelecidas no PPA Municipal (2022-2025).

Quadro 10. Resultado do programa da criação da Coordenadoria da Mulher

<b>Política Pública</b>	Coordenadoria da mulher.
<b>Objetivo:</b>	Promover, articular, executar e monitorar políticas públicas para as mulheres no âmbito municipal, considerando toda a sua diversidade: geração, orientação sexual, raça/etnia, localização nos espaços rural e urbano, assim como sua condição de portadora ou não de deficiência.
<b>Ação</b>	Criação do Conselho da Mulher.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	PPA/Execução, possui orçamento municipal.
<b>Metas alcançadas</b>	0% após o planejamento no PPA.

Fonte: Elaboração própria com dados da SEMAS, 2023.

O quadro 10 apresenta o programa de trabalho da criação/reativação da coordenadoria da mulher, política pública específico para a criação do Conselho Municipal da Mulher no município, uma vez que, na última edição do PPA este conselho foi criado, porém, não foi dado continuidade aos trabalhos realizados.

A criação/reativação da coordenadoria da mulher, proposta no PPA Municipal (2022-2025) faz-se urgente, em virtude do aumento do quadro de violência contra as mulheres, no período da pandemia do novo coronavírus (Covid -19), segundo dados publicados no relatório do Fórum Econômico Mundial, representando um retrocesso na luta das mulheres, sendo necessário “três décadas ao tempo necessário para reduzir a disparidade econômica entre homens e mulheres”, segundo o qual a previsão passou de 99,5 para 135,6 anos em apenas doze meses (IBDFAM, 2021).

Ocorre que o programa está na fase de planejamento, conforme informações fornecidas pelo Sr. E N R, mas, já está em articulação com associações e outras instituições para a implantação do programa na atual gestão, não sendo possível mesurar sua meta, devido à falta de resultados palpáveis, o que pode ser alcançado até o final de 2025.

No que se refere às políticas de saúde, são desenvolvidos 03 (três) programas pela SEMSA e SEMUPI, para garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde para homens e mulheres, está no processo de implementação o programa de saúde sexual e reprodutiva, a prevenção e tratamento de doenças específicas que afetam principalmente as mulheres (Programa de apoio as ações de educação em saúde) e a promoção da saúde mental e emocional das mulheres.

Para atender essa demanda, a Secretaria Municipal de Povos Indígenas-SEMUPI tem buscado o apoio financeiro do gestor municipal para fortalecer a saúde, educação e valorização da mulher indígena, com implementação do plano de trabalho previsto no PPA (2022-2025), programa voltado para as ações de educação em saúde de mulheres e meninas no município, conforme apresentado no quadro 11:

Quadro 11. Resultado do programa de apoio as ações de educação em saúde

<b>Política Pública</b>	Programa de apoio as ações de educação em saúde.
<b>Objetivo:</b>	Fortalecer a prevenção da saúde e a autoestima da mulher indígena.
<b>Ação</b>	Realização de palestras, oficinas, rodas de conversas sobre prevenção a saúde da mulher e das meninas.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	PPA/Execução, possui orçamento municipal
<b>Metas alcançadas</b>	25% após o planejamento no PPA.

Fonte: Elaboração própria com dados da SEMUPI, 2023.

O quadro 11 apresenta o programa de apoio as ações de educação em saúde, e tem como objetivo fortalecer a prevenção da saúde e autoestima da mulher indígena nas 20 (vinte) comunidades e 12 (doze) etnias que fazem parte do município de Humaitá. Cabe ressaltar que o município de Humaitá-AM, é um dos poucos municípios do Amazonas e do Brasil, que possui uma secretaria municipal especialmente para os povos indígenas.

Segundo o relato na entrevista do Secretário Municipal o Sr. I.T., a Secretaria possui uma equipe composta por 04 (quatro) pessoas, sendo 03(três) homens e 01 (uma) mulher, possui orçamento municipal, e um dos grandes desafios na execução do programa é a demora nos atendimentos de saúde (médico, odontológico) e nas realizações dos exames em virtude do fator amazônico, que em sua maioria dificulta o acesso até a localidade esperada, fazendo com que muitas mulheres não tenham seus atendimentos e orientações conforme o desejado sobre os cuidados com a saúde.

Apesar dos desafios, o programa é realizado em passos lentos, já alcançou 25% de sua meta, com a ajuda e parceria da Secretaria Municipal de Saúde-SEMSA e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas-FUNAI, tendo como parâmetro o PPA Municipal (2022-2025). Em relação ao impacto positivo na vida das mulheres indígenas, ainda não é possível mensurar até a presente data (maio de 2023). É um programa que busca se estabilizar e dar continuidade em seu planejamento na execução para atingir os 100% da meta até o final de dezembro de 2025.

Em busca de melhorar a saúde de mulheres e meninas, Secretaria Municipal de Saúde-SEMSA, desenvolve 02 (dois) programa, de acordo com o PPA voltado para as mulheres e meninas no município: Em busca de melhorar a saúde de mulheres e meninas, Secretaria Municipal de Saúde-SEMSA, desenvolve 02 (dois) programas, de acordo com o PPA (2022-2025) voltados para as mulheres e meninas no município.

Quadro 12. Resultado do Programa saúde da mulher.

<b>Política Pública</b>	Programa saúde da mulher.
<b>Objetivo:</b>	Realizar de palestras, oficinas, rodas de conversas sobre planejamento familiar, prevenção do colo de útero e rastreamento do colo de mama.
<b>Ação</b>	Realizar de palestras, oficinas, rodas de conversas sobre prevenção a saúde da mulher e das meninas.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	PPA/Execução/ monitoramento pelo o Datasus; possui orçamento e recebe financiamento federal, estadual e municipal.
<b>Metas alcançadas</b>	75% após o planejamento no PPA.

Fonte: Elaboração própria com dados da SEMSA, 2023.

O quadro 12 apresenta o Programa Saúde da Mulher no município de Humaitá-AM, que tem a frente uma mulher como coordenadora e não possui uma equipe de apoio para o desenvolvimento das atividades administrativa e logística do programa.

O programa realiza várias ações voltadas para as mulheres, com o alcance de 75% da meta prevista no PPA Municipal. Ao analisar essa política pública em relação à avaliação do PNDR, constatou-se a eficácia, sua efetividade e continuidade, uma vez que este programa, já vem sendo desenvolvido em outras edições de PPA municipais, cujo objetivo e abrangência de suas ações vêm sendo ampliados ao longo dos anos, através das parcerias nas Unidades Básicas de Saúde -UBS/urbanas e rurais, gerando impactos positivos na vida de muitas mulheres que hoje buscam informações/orientações e ajuda para a sua saúde, o que não acontecia antes do programa devido à falta de esclarecimento e vergonha de pedir informações ou ajuda.

No mesmo sentido dessa política pública, a SEMSA desenvolve também o Programa de Humanização no Pré-natal, Nascimento e Rede Cegonha (quadro 13), que é uma política pública para as mulheres de acordo com o PPA Municipal (2022-2025).

Quadro 13. Resultado do programa de humanização no pré-natal, nascimento e rede cegonha

<b>Política Pública</b>	Programa de humanização no pré-natal, nascimento e rede cegonha.
<b>Objetivo:</b>	Fortalecer as estratégias, com humanização e qualidade nos serviços de acolhimento as gestantes e para as puérperas.
<b>Ação</b>	Orientações a gestantes sobre a gestação e cuidados pós-parto.
<b>Nível de implementação</b>	PPA/Execução/ monitoramento pelo E-Sus/Aps; possui orçamento e recebe
<b>Orçamento/Financiamento</b>	financiamento federal e municipal.
<b>Metas alcançadas</b>	50% após o planejamento no PPA.

Fonte: Elaboração própria com dados da SEMSA, 2023.

O Programa de Humanização no Pré-natal, Nascimento e Rede Cegonha, apresentado no quadro 13, é desenvolvido em conformidade com as diretrizes federal e estadual, e adaptado para a realidade do município, de acordo com a coordenadora do programa a Sra. S.K.L.C, que conta com 143 (cento e quarenta e três) servidores, para o desenvolvimento de suas atividades, dos quais 16 (dezesesseis) homens, 126 (cento e vinte e seis) mulheres e 01 (um), LGBTQIAPN+. Esses funcionários trabalham executando as ações do programa em todas as UBS urbanas e rurais, interagindo com a população local, a fim de alcançar a meta estabelecida e ações propostas no plano de trabalho descritos no quadro 13.

Cabe destacar que este programa possui orçamento, recebe recurso federal e municipal para sua execução e foi executado em outras edições de PPA Municipal, sendo que a cada edição, tem alcançado um número cada vez maior de mulheres atendidas pelo programa, de acordo com a coordenadora, constatando a sua eficácia e efetividade, apresentando-se como uma política pública contínua, avaliada de acordo com o PNDR. Até a presente data maio de 2023, o programa já atingiu uma meta de 50% tendo como parâmetro o PPA Municipal (2022-2025) e a SEMSA tem firmado parceria com associações, para realizar palestra, oficinas, orientações para as mulheres e meninas em relação ao pré-natal, nascimento de bebê e funcionamento da rede cegonha.

Portanto, ao avaliar os três programas de políticas públicas em relação ao PNDR, na área da saúde da mulher, apresentados nos quadros 11, 12 e 13, constatou-se que, os programas desenvolvidos pela SEMSA são programas continuados de gestão anteriores, nos três níveis administrativos federal, estadual e municipal, que têm sua eficácia comprovada na realização do programa, em função dos resultados apresentados pelo mesmo, impactando positivamente na vida de muitas mulheres na área da saúde no município e sua efetividade confirmada tornando-se políticas públicas continuadas, com quantitativo cada vez menor em relação a

óbitos de mulheres e crianças, quando comparado com resultados de edições anteriores dos programas, gerando resultado positivo para o município de Humaitá-AM.

No que se refere ao programa desenvolvido pela SEMUPI, este não pode ser avaliado totalmente, tendo em vista que é a primeira vez que este programa está no PPA do município, com uma meta até a presente data, ainda abaixo do esperado, porém, com esperança que possa ser alcançada até o final de 2025.

### 3.6.2 Resultado da Pesquisa de Campo nas Organizações Não – Governamentais.

A pesquisa de campo realizada com representantes e lideranças de organizações não governamentais no município de Humaitá apresenta os resultados relacionados a efetividade das políticas públicas voltadas para a autonomia financeira e empoderamento da mulher. Por meio dos questionários aplicados (Apêndice A e B), foram obtidas informações sobre a implementação e impacto das ações direcionadas com esses objetivos, fornecendo uma visão geral do panorama atual e dos avanços alcançados nessa área.

Nos quadros 14 a 18, estão representados os dados obtidos na pesquisa de campo sobre o desenvolvimento das políticas públicas e ações não governamentais para promoção da igualdade de gênero no município de Humaitá, fornecendo uma visualização clara e organizada dos resultados, permitindo uma análise mais detalhada das medidas adotadas e seus impactos.

Quadro 14. Políticas públicas e ações não governamentais para promoção da igualdade de gênero.

<b>Organizações Não Governamentais</b>	<b>Política Pública</b>	<b>Local</b>	<b>Ações</b>
Associação Clube de Mães da Olaria	Programa de geração de emprego e renda	Sede do Clube de Mães	Cursos de Qualificação Profissional para mulheres.
Associação Clube de Mães da Olaria	Valorização da Mulher pessoal e profissional no mercado de Trabalho	Sede do Clube de Mães	Desenvolver atividades que favorecem a qualidade de vida das mulheres associadas e da comunidade em geral, através de projetos com temas específicos para o bem-estar, pessoal e profissional da mulher.
Associação Costurar Artes	Programa de geração de emprego e renda	Prédio cedido pela diocese - Cáritas-Humaitá	Cursos de Qualificação Profissional para mulheres, tais como: Curso de corte e costura, e Curso de artesanatos.
Diocese de Humaitá	Programa da Pastoral da Saúde	Na sede própria da diocese- Caritas	Promover e incentivar o uso de medicina natural; divulgar os benefícios da alimentação alternativa, principalmente para crianças e gestantes; incentivar projetos de hortas comunitárias para a geração de renda; sensibilizar e trabalhar a importância da preservação ambiental.

Diocese de Humaitá	Programa da Pastoral da Criança	Nas comunidades católicas do município de Humaitá	Promover o desenvolvimento das crianças, do ventre materno aos seis anos, por meio de orientações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, fundamentadas na mística cristã que une fé e vida.
Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira-OPIAM	Valorização da mulher indígena: como artesã, agricultora, na culinária, na educação, na cultura, costumes e medicina tradicional	Na sede da FUNAI, em Humaitá	Promover a valorização da mulher indígena, considerando toda a sua diversidade e interesses, visando garantir dignidade e participação cada vez mais expressiva da mulher indígenas nos mais diversos ambientes, bem como, a valorização dos artesanatos, medicina tradicional, costumes/cultura, preservação da língua de origem, e a produção sustentável.
Associação Indígena do Povo de APIJ	Políticas na área de produção sustentável, revitalização da cultura e fortalecimento dos conhecimentos tradicionais: como culinária, medicina tradicional, artesanato e preservação da língua indígena	Na associação da aldeia APIJ	Desenvolver culturas de subsistência, como plantações de roça; desenvolver cultura de transmissão dos valores culturais através de técnicas de produção de artesanatos; promover a valorização da diversidade cultural e dos costumes das diferentes etnias, bem como incentivar a preservação da língua, dos rituais; e na área de medicina tradicional, buscam estimular a prática de medicinas naturais e terapias ancestrais, além de fortalecer a formação de profissionais da área de saúde indígena.
Associação dos produtores do Paraíso	Agroindústria familiar	Comunidade ribeirinha do Paraíso e na feira do produtor rural.	Destacar a relevância do trabalho das mulheres para a sobrevivência de muitas famílias no campo, por meio das atividades produtoras que exercem. E venda de diversos tipos de produtos que plantam na roça e fazem para serem vendidos na feira.
Associação dos moradores do Barro Vermelho	Agroindústria familiar	Comunidade Ribeirinha Barro Vermelho	Destacar a importância do trabalho das mulheres na plantação, produção e venda dos produtos para a sobrevivência e permanência dos agricultores no campo.
Associação da BR319 dos produtores rurais da Cristolândia	Agroindústria familiar	50KM- BR 319	Melhorar o processo produtivo através do uso compartilhado de máquinas e equipamentos no preparo do solo; buscar junto ao IDAM acompanhamento e orientação de correção do solo, adubação, plantio e colheita, por programas de Extensão Rural; Participar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para a venda da produção em escolas e hospitais; diversificar a atividade produtiva por meio da participação da mulher como parceira do homem na execução de todas as etapas.

Fonte: Autoria própria, 2023.

O quadro 14 apresenta um mapeamento das políticas públicas desenvolvidas por 08 (oito) organizações não governamentais, que desempenham um papel fundamental na promoção do empoderamento de mulheres e meninas, abrangendo diversas áreas como econômica, social, saúde, educação e política.

No que diz respeito às políticas públicas na área econômica, no município de Humaitá-AM, destaca-se a atuação de 06 (seis) organizações não governamentais, que desenvolvem serviços de interesse público, com o desenvolvimento de programas e ações voltadas para a promoção da igualdade de oportunidades econômicas entre homens e mulheres. Por exemplo, há iniciativas de incentivo ao empreendedorismo feminino, com foco na agroindústria familiar. Além disso, são desenvolvidos programas visando a equidade salarial, como o Programa de Valorização da Mulher Pessoal e Profissional no Mercado de Trabalho, bem como a Valorização da Mulher indígena. Outra importante ação é a ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho, por meio do Programa de Geração de Emprego e Renda, realizado pelas Associações: Clube de Mães, Costurar e Artes, Produtores do Paraísoinho, Produtores rurais da Cristolândia, Moradores do Barro Vermelho e OPIAM.

As Políticas Públicas desenvolvidas pelas Associações rurais e ribeirinhas, tem como uma das principais finalidades fomentar o empreendedorismo feminino, na agroindústria rural, reconhecendo o potencial e capacidade das mulheres como agentes transformadoras na economia rural. Além disso, a oferta de produtos diversificados contribui para a valorização da produção local e da mulher produtora, como evidenciado no quadro 15.

Quadro 15. Política pública sobre o agroindústrias familiares rurais e ribeirinhas.

<b>Associação Ribeirinha</b>	<b>Produtores do Paraísoinho</b>
<b>Política Pública</b>	Agroindústria familiar.
<b>Objetivo:</b>	Ajudar na qualidade de vida dos produtores rurais, por meio da geração de renda decorrente dos produtos vendidos nas feiras, e, firmar parcerias para angariar fundos para financiar a produção das famílias associadas.
<b>Ação</b>	Destacar a relevância do trabalho das mulheres para a sobrevivência de muitas famílias no campo, por meio das atividades produtoras que exercem. A venda de diversos tipos de produtos que plantam na roça e fazem para serem vendidos na feira.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	Planejamento/Execução, não possui orçamento, a fonte de financiamento é estadual por meio de fomento, tem como parceria a Prefeitura de Humaitá, Fundo de Participação Social-FPS e o IDAM.
<b>Metas alcançadas</b>	75% após o planejamento no plano de governo da atual diretoria da associação.
<b>Associação Ribeirinha</b>	<b>Moradores do Barro Vermelho</b>
<b>Política Pública</b>	Agroindústria familiar.

<b>Objetivo:</b>	Melhorar a condição de vida da comunidade por meio da geração de renda decorrente dos produtos vendidos nas feiras, e, firmar parcerias para angariar fundos para financiar a produção das famílias associadas.
<b>Ação</b>	Destacar a importância do trabalho das mulheres na plantação, produção e venda dos produtos para a sobrevivência e permanência dos agricultores no campo.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	Planejamento/Execução, não possui orçamento, a fonte de financiamento é própria e estadual por meio de fomento, tem como parceria o Fundo de Participação Social-FPS, IDAM e o ICMBIO.
<b>Metas alcançadas</b>	75% após o planejamento no plano de governo da atual diretoria da associação.
<b>Associação Rural</b>	<b>BR 319 dos produtores rurais da Cristolândia</b>
<b>Política Pública</b>	Agroindústria familiar.
<b>Objetivo:</b>	Atender as necessidades dos agricultores familiares da Associação, e, utilizar a mão de obra familiar para reduzir os custos da produção, e, firmar parcerias para angariar fundos para financiar a produção das famílias associadas.
<b>Ação</b>	Melhorar o processo produtivo através do uso compartilhado de máquinas e equipamentos no preparo do solo; buscar junto ao IDAM acompanhamento e orientação de correção do solo, adubação, plantio e colheita, por programas de Extensão Rural; Participar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para a venda da produção em escolas e hospitais; diversificar a atividade produtiva por meio da participação da mulher como parceira do homem na execução de todas as etapas.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	Planejamento/Execução, não possui orçamento, a fonte de financiamento é própria e estadual por meio de fomento, tem como parceria o Fundo de Participação Social-FPS, IDAM
<b>Metas alcançadas</b>	80% após o planejamento no plano de governo da atual diretoria da associação.

Fonte: Elaboração própria com dados das associações ribeirinhas e rural, 2023.

No quadro 15, são apresentados os resultados da política pública do programa agroindustrial familiar desenvolvido por 03 (três) associações de famílias produtoras da zona rural. Dessas associações, 02 (duas) são ribeirinhas, localizadas nas Comunidades do Paraísinho e Barro Vermelho, enquanto a terceira está localizada na Comunidade da Cristolândia, no KM 50, da BR 319.

Uma característica comum entre essas comunidades é a implementação do programa agroindustrial familiar, no qual todas as pessoas são voluntárias nas associações. O principal objetivo dessas iniciativas é melhorar as condições de vida das pessoas da comunidade, por meio da geração de renda proveniente da venda dos produtos nas feiras e estabelecer parcerias para angariar fundos para financiar a produção das famílias associadas.

É importante ressaltar que, de acordo com as entrevistas realizadas nas comunidades, as mulheres desempenham um papel fundamental na execução dos trabalhos nas associações, uma

vez que, são ativas na produção, na comercialização dos produtos e na busca por parcerias e recursos financeiros. Essa participação ativa das mulheres demonstra a importância da valorização e do reconhecimento do seu papel no fortalecimento da economia local:

a) A Associação dos Produtores do Paraíso é composta por 30 famílias associadas, das quais 70% são mulheres e apenas 30% são homens. Essa associação existe há 15 anos e tem desempenhado um papel importante no auxílio às famílias da comunidade, por meio da celebração de convênios e execução de projetos que visam auxiliar financeiramente as famílias da comunidade. A coordenação da associação está a cargo da Sra. M C M A, que está em seu segundo mandato de direção (2/2).

Durante a sua gestão a Sra. M C M A, conseguiu firmar convênios e obter fomento através do Fundo de Promoção Social-FPS. Essa parceria tem facilitado o desenvolvimento das atividades da associação e contribuído para alcançar as metas estabelecidas pela presidente em seu plano de gestão, que até a presente data, maio de 2023, a associação já alcançou 75% das metas estabelecidas, demonstrando o compromisso e a efetividade das ações desenvolvidas pela atual gestão.

b) A Associação dos Moradores do Barro Vermelho é composta por 13 famílias associadas, todas provenientes da família Braga. Diferentemente da associação do Paraíso, a participação masculina nessa associação é maior que a feminina, com 70% de homens e apenas 30% de mulheres. De acordo com o relato do presidente, essa associação existe há 16 anos e tem um homem como presidente e, nos últimos cinco anos tem conseguido crescer e se desenvolver melhor, mas, um dos maiores desafios enfrentados é a questão logística. Pois, durante o período do verão, torna-se impossível chegar à localidade de barco, o que dificulta o escoamento da produção da associação até a cidade.

O alcance das metas estabelecidas no plano de trabalho do atual presidente, encontra-se em 75% dos objetivos propostos. Em 2020, a associação foi contemplada com um fomento do Fundo de Promoção Social (FPS) que possibilitou a aquisição de maquinários para auxiliar na colheita e na fabricação de farinha, como um forno torrador industrial.

c) A Associação dos Produtores da Cristolândia, localizada na BR 319, conta com 40 famílias associadas. Diferentemente das associações rurais ribeirinhas, essa associação tem uma participação paritária de homens e mulheres, com 50% de cada gênero. Portanto, é a primeira associação a buscar a igualdade de gênero em todos os aspectos. Embora seja uma associação nova, com apenas cinco anos de existência, possui um presidente homem, mas a direção é composta tanto por homens quanto por mulheres.

Nesse curto período, a associação já conseguiu adquirir alguns maquinários, como um trator, para auxiliar nas plantações das famílias, sendo esse um dos objetivos da associação: melhorar o processo produtivo por meio do uso compartilhado de máquinas e equipamentos no preparo do solo. Além disso, eles buscam o apoio do IDAM para receber orientações sobre correção do solo, adubação, plantio e colheita, por meio de programas de Extensão Rural. Outro ponto importante é a comercialização dos produtos por meio da participação junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), visando a venda da produção em escolas e hospitais. Por fim, diversificar a atividade produtiva, envolvendo a participação das mulheres como parceiras dos homens em todas as etapas do processo produtivo é o principal objetivo da Associação.

De acordo com o presidente, a associação já alcançou 80% de suas metas, propostas em sua gestão. No entanto, a falta de regularização fundiária na região onde vivem tem dificultado o acesso a crédito rural para investimentos adicionais em seus terrenos, causando um impacto negativo nas famílias associadas, que enfrentam dificuldades de financiamentos da produção.

Ao avaliar a continuidade dessa política pública, constatou-se que, antes de sua implantação, as associações ribeirinhas, não seguiam um padrão de planejamento ou metas estabelecidas e o trabalho era realizado de maneira esporádica. Após a implantação da política, com metas e objetivos definidos, as associações começaram a perceber resultados positivos em suas execuções, mostrando sua eficácia e eficiência. Por outro lado, a associação rural da BR já iniciou seus trabalhos com a política pública explícita, estabelecendo metas e objetivos. Apesar de já terem alcançado alguns objetivos, o retorno financeiro ainda está sendo obtido gradualmente em ambas as associações.

Nessa perspectiva, ainda no âmbito econômico, as associações urbanas, como o Clube de Mães e o Costurar Artes, têm se destacado ao implementar programas de economia solidária, fomentando a geração de emprego e renda, além de promover a valorização da mulher. Essas iniciativas são evidenciadas no quadro 16.

Quadro 16. Política pública do programa economia solidária, geração de emprego e renda, e, valorização da mulher.

<b>1. Associação Urbana</b>	<b>Clube de Mães da Olaria</b>
<b>Política Pública</b>	Programa de geração de emprego e renda.
<b>Objetivo:</b>	Qualificar e gerar renda para as mulheres da associação, da comunidade a todos que procurarem o clube de mães.
<b>Ação</b>	Cursos de Qualificação Profissional para mulheres.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	Planejamento/Execução, não possui orçamento, a fonte de financiamento é própria e estadual por meio de fomento, tem como parceria o Fundo de

	Participação Social-FPS, com o CETAM e a Prefeitura Municipal de Humaitá-AM.
<b>Metas alcançadas</b>	75% após o planejamento no plano de governo da atual diretoria da associação.
<b>Política Pública</b>	Valorização da Mulher pessoal e profissional no mercado de Trabalho.
<b>Objetivo:</b>	Qualificar e gerar renda para as mulheres da associação, da comunidade a todos que procurarem o clube de mães.
<b>Ação</b>	Desenvolver atividades que favorecem a qualidade de vida das mulheres associadas e da comunidade em geral, através de projetos com temas específicos para o bem-estar, pessoal e profissional da mulher.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	Planejamento/Execução, não possui orçamento, a fonte de financiamento é própria e estadual por meio de fomento, tem como parceria o Fundo de Participação Social-FPS, com o CETAM e a Prefeitura Municipal de Humaitá-AM.
<b>Metas alcançadas</b>	75% após o planejamento no plano de governo da atual diretoria da associação.
<b>2. Associação Urbana</b>	<b>Costurar Artes</b>
<b>Política Pública</b>	Programa de geração de emprego e renda.
<b>Objetivo:</b>	Qualificar e gerar renda para as mulheres que participam da associação.
<b>Ação</b>	Cursos de Qualificação Profissional para mulheres.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	Planejamento/Execução, não possui orçamento, a fonte de financiamento é própria e estadual por meio de fomento, tem como parceria o Fundo de Participação Social-FPS, com o CETAM, Diocese, FGV, Sebrae e a Prefeitura Municipal de Humaitá-AM.
<b>Metas alcançadas</b>	75% após o planejamento no plano de governo da atual diretoria da associação.

Fonte: Elaboração própria com dados das associações urbanas, 2023.

O quadro 16 apresenta as atividades desenvolvidas por duas associações que se dedicam à qualificação profissional de mulheres e meninas por meio da oferta de cursos profissionalizantes, como parte de uma política pública de inclusão social.

A primeira associação é o Clube de Mães da Olaria, fundado em 1987, que já profissionalizou mais de 5.000 mulheres desde a sua criação e, a partir de 2015, passou a incluir homens em seus cursos profissionalizantes, buscando promover a igualdade de gênero em conformidade com agenda 2030.

Atualmente, a associação é composta por 99 (noventa e nove) associados, sendo 90% mulheres e 10% homens e, tem como coordenadora uma mulher. Além dos cursos, o Clube de Mães oferece palestras, oficinas e treinamentos relacionados a empoderamento, saúde e empreendedorismo. Após a conclusão dos cursos, as participantes são orientadas a desenvolver atividades individuais ou, aquelas que tem pendor ao empreendedorismo, são orientadas a buscar apoio da Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM) para iniciar um negócio próprio e alcançar independência financeira. Essa política pública é desenvolvida há três gestões no Clube de Mães e está em plena execução e monitoramento, alcançando 75% de

suas metas até maio de 2023, graças às parcerias estabelecidas com a Prefeitura municipal de Humaitá, CETAM e Governo do Estado, através do FPS com 3 (três) fomentos e, ainda, ao empenho da coordenação.

A segunda associação apresentada é a Associação Costurar Artes, que embora seja mais recente, tem demonstrado esforços na busca de parcerias municipais e estaduais, com convênio de fomento com o FPS. Essa associação é composta por 38 (tinta e oito) associados, sendo 7% homens e 93% mulheres, ainda não possui prédio próprio e utiliza prédio cedido pela Diocese de Humaitá para suas atividades. A coordenação é liderada por uma mulher que, tem enfrentado desafios como o comprometimento da equipe e a necessidade de um espaço maior para ofertar os cursos de qualificação profissional com mais conforto e segurança. Essa política pública desenvolvida na Associação Costurar Artes está em plena execução, com um alcance de 75% das metas estabelecidas, conforme o plano de trabalho da atual gestão.

Ao analisar o ciclo de políticas públicas continuadas, observa-se que os programas de geração de emprego, renda e valorização da mulher em ambas as associações têm sido eficazes em sua execução, alcançando as metas estabelecidas e gerando um impacto positivo tanto na vida profissional quanto pessoal das mulheres e meninas envolvidas. Essas atividades geram nas mulheres participantes dos cursos de qualificação profissional conhecimento, e as palestras, e oficinas, fazem com que essas mulheres experimentem melhorias na autoestima, despertando o espírito empreendedor, tornando-as independentes, e empoderadas, contribuindo para a economia local do município.

No mesmo contexto, a Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (OPIAM) e a Associação Indígena do Povo de APIJ também desenvolvem programas voltados para a valorização da mulher indígena, como demonstrado no quadro 17.

Quadro 17. Política pública do programa valorização da mulher indígena.

<b>1. OPIAM</b>	<b>Departamento de Mulheres Indígenas</b>
<b>Política Pública</b>	Valorização da mulher indígena: como artesã, agricultora, na culinária, na educação, na cultura, costumes e medicina tradicional.
<b>Objetivo:</b>	Apresentar a sociedade a importância e valorização da mulher indígena, seus costumes/cultura, seus artesanatos, sua língua de origem.
<b>Ação</b>	Promover a valorização da mulher indígena, considerando toda a sua diversidade e interesses, visando garantir dignidade e participação cada vez mais expressiva da mulher indígenas nos mais diversos ambientes, bem como, a valorização dos artesanatos, medicina tradicional, costumes/cultura, preservação da língua de origem, e a produção sustentável.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	Planejamento/Execução, não possui orçamento, a fonte de financiamento é própria e federal por meio projetos, tem como parceria FUNAI, Prefeitura,

	Ongs Internacionais.
<b>Metas alcançadas</b>	40% após a criação do departamento dentro da OPIAM.
<b>2.Associação Indígenas</b>	<b>Povo de APIJ</b>
<b>Política Pública</b>	Políticas na área de produção sustentável, revitalização da cultura e fortalecimento dos conhecimentos tradicionais: como culinária, artesanato, medicina tradicional e preservação da língua indígena.
<b>Objetivos:</b>	Despertar no indígena a importância da educação na vida das pessoas, principalmente nas mulheres indígenas; Construir escola e posto de saúde diferenciada; Planejamento e demarcação de terras.
<b>Ação</b>	Desenvolver culturas de subsistência, como plantações de roça; desenvolver cultura de transmissão dos valores culturais através de técnicas de produção de artesanatos; promover a valorização da diversidade cultural e dos costumes das diferentes etnias, bem como, incentivar a preservação da língua, dos rituais; e na área de medicina tradicional, buscam estimular a prática de medicações naturais e terapias ancestrais, além de fortalecer a formação de profissionais da área de saúde indígena.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	Planejamento/Execução, não possui orçamento, a fonte de financiamento é própria, federal e internacional, tem como parceria a FUNAI, Prefeitura, Ongs Internacionais da (Suécia e dos EUA).
<b>Metas alcançadas</b>	50% após a criação do departamento dentro da OPIAM.

Fonte: Elaboração própria com dados da OPIAM e da associação APIJ, 2023.

O quadro 17 destaca as políticas públicas voltadas para as mulheres indígenas, cujo objetivo principal é a valorização da mulher indígena em vários seguimentos. As envolvidas são a OPIAM e Associação APIJ, ambas atuam para fortalecer a autonomia dos povos indígenas, por meio de parceria e desenvolvimento de projetos, com ênfase na participação com representatividade da mulher indígena nas instituições governamentais. Em sua entrevista a Sra. E. A., vice-presidente da Associação APIJ e integrante da coordenação do Departamento das Mulheres na OPIAM, destaca a importância da participação das mulheres indígenas em vários segmentos, com foco na educação e busca por melhorias de vida para o povo indígena, por meio de parcerias e convênios com outras instituições e o governo.

Fundada em 2002 e registrada em 2007, a Associação dos povos indígenas do APIJ, conta a participação de todo o povo APIJ e é composta por 91 (noventa e um) indígenas, 60% homens (adultos, jovens e crianças) e 40% mulheres (adultas, jovens e crianças) e desde sua fundação já conseguiu melhorar a qualidade de vida de muitas famílias indígenas, abrangendo aspectos como saúde, educação e acesso à internet. A sede própria da associação no território tem facilitado a conquista de diversas lutas. Atualmente, a associação alcançou 50% de suas metas, graças às parcerias firmadas com a FUNAI e ONGs internacionais da Suécia e dos Estados Unidos, por meio de projetos.

As demandas da associação são encaminhadas para o Departamento de Mulheres da OPIAM, que, por sua vez, repassa para a Coordenação das Organizações Indígenas da

Amazônia Brasileira (COIAB) e, posteriormente, para a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), buscando atender as necessidades do povo indígena.

Criado em 2022, o Departamento de Mulheres da OPIAM, ainda, está em processo de organização e, é composto por mulheres de 11(onze) etnias de três municípios: Humaitá, Canutama e Apuí. Esse departamento tem como objetivo auxiliar as mulheres indígenas em suas demandas diárias e na realização de eventos. Dentre os eventos realizados tem, feiras de exposições de artesanato, oficinas e palestras sobre culinária, medicina tradicional, agricultura, cultura e preservação da língua indígena. Atualmente, o departamento atingiu 25% de suas metas, tendo como parâmetro atual plano de trabalho da OPIAM, onde suas demandas são encaminhadas para a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB) e, posteriormente, para a Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA).

Por fim, ao se fazerem a análise e a avaliação do ciclo de políticas públicas continuadas, voltadas para as mulheres indígenas observam que, embora sejam recentes, já têm apresentado impacto positivo na vida dessas mulheres, pois, tem buscado a valorização das mulheres indígenas e o seu empoderamento.

No contexto das políticas públicas na área de saúde e bem-estar, a Diocese de Humaitá desempenha um papel relevante, conforme descrito no quadro 18. Essa instituição desenvolve programas com o objetivo de melhorar e prevenir questões de saúde, além de se preocupar com o bem-estar geral dos indivíduos. Essas iniciativas alinham-se perfeitamente com as políticas voltadas para as mulheres indígenas discutidas anteriormente, fortalecendo o compromisso de várias organizações em melhorar a qualidade de vida dessas populações.

Quadro 18. Política pública do programa da saúde da Diocese de Humaitá-AM.

<b>Instituição</b>	<b>Diocese de Humaitá</b>
<b>Política Pública</b>	<b>Programa da Pastoral da Saúde</b>
<b>Objetivo:</b>	Promover e incentivar o uso da medicina natural; Divulgar os benefícios da alimentação alternativa; Promover, cuidar, defender, celebrar a vida tornando presente a missão libertadora de Jesus.
<b>Ação</b>	Promover e incentivar o uso de medicina natural; divulgar os benefícios da alimentação alternativa, principalmente para crianças e gestantes; incentivar projetos de hortas comunitárias para a geração de renda; sensibilizar e trabalhar a importância da preservação ambiental
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	Planejamento/execução, não possui orçamento, sua fonte de recurso é própria e não recebe recursos financeiros de nenhuma das três esferas, apenas doações de colaboradores, os quais são os seus parceiros.
<b>Metas alcançadas</b>	80% de acordo com o Plano de Pastoral da Diocese de Humaitá-AM.
<b>Política Pública</b>	<b>Programa Pastoral da Criança</b>

<b>Objetivos:</b>	Despertar e orientar para o compromisso nutricional com as gestantes e crianças, do ventre até aos seis anos de idade; Evangelizar as famílias e ensina os caminhos da palavra de Deus.
<b>Ação</b>	Promover o desenvolvimento das crianças, do ventre materno aos seis anos, por meio de orientações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, fundamentadas na mística cristã que une fé e vida.
<b>Nível de implementação Orçamento/Financiamento</b>	Planejamento/Execução/monitoramento, possui orçamento, recebe recurso financeiro federal, de ongs de outros estados do Brasil e doações de colaboradores locais.
<b>Metas alcançadas</b>	80% de acordo com o Plano de Pastoral da Diocese de Humaitá-AM

Fonte: Elaboração própria com dados da Diocese de Humaitá-AM, 2023.

O quadro 18 evidencia as políticas públicas promovidas pela Diocese de Humaitá, focadas na saúde e bem-estar das pessoas da família, em especial, mulheres e crianças. Essas políticas são implementadas através dos programas da Pastoral da Saúde e Pastoral da Criança.

A Pastoral da Saúde, é apresentada como um programa de políticas públicas internacional, desenvolvido pelas dioceses em todo o mundo, visa promover a medicina natural, conscientizar sobre os benefícios de uma alimentação alternativa, e celebrar a vida. Em Humaitá, um grupo de três mulheres coordena a Pastoral, com uma equipe de nove voluntários, 60% mulheres e 40% homens. O público-alvo é qualquer pessoa que busque ajuda, porém as mulheres são a maioria das pessoas que buscam esse tipo de ajuda.

A Pastoral da Saúde foi instituída no Brasil pela CNBB em 1986 e a mais de 15 anos a Sr.<sup>a</sup> Z.G. C. trabalha como voluntária da pastoral e ressalta a importância da preservação da natureza e da medicina popular. A Pastoral enfrenta desafios como a falta de material, recursos financeiros, e a de voluntários, mas, apesar disso, conseguiu alcançar 80% de suas metas.

A Pastoral da Criança, assim como a Pastoral da Saúde, também é um programa internacional, que tem uma longa história em Humaitá, ajudando milhares de mulheres e crianças. A atual coordenadora, Sra. A. L. S. C. de S., está na sua terceira gestão à frente da pastoral e lidera uma equipe de 150 colaboradores, dos quais 7% homens, 89% mulheres e 4% LGBTQIAPN+. Diferente das demais coordenações essa é a única liderança que recebe gratificação para exercer esse cargo, em função de ter que se deslocar para várias localidades e distritos que fazem parte da Diocese de Humaitá, como Apuí, Manicoré e Distrito da Realidade e Auxiliadora. A Pastoral possui orçamento próprio, recebe financiamento a nível federal, tem como parceiros, doadores locais e de ongs de outros estados do Brasil, mas, enfrenta desafios, como a falta de voluntários e recursos, e, atualmente, alcançou 45% de suas metas estabelecidas no plano de pastoral da Diocese de Humaitá-AM.

Em resumo, ao se analisarem as políticas públicas contínuas voltadas para a saúde das

mulheres e crianças, em relação ao PNDR, observa-se que os programas da Diocese têm um impacto positivo na vida dessas pessoas e no meio ambiente. Ambos os programas enfatizam a preservação do meio ambiente e o cuidado com a vida, desde o útero materno até a idade adulta.

O quadro a seguir (quadro 19) reúne de modo sumarizado o conjunto das políticas públicas, promotora da igualdade de gênero que foram avaliadas, apresentando-se o percentual de atingimento de meta de modo a permitir uma avaliação geral da efetividade dessas políticas no município.

Quadro 19. Síntese das políticas públicas e ações para promoção da igualdade de gênero.

<b>Esfera/Organização</b>	<b>Política Pública</b>	<b>Atingimentos de metas (%)</b>
Municipal, Estadual e Federal: <b>SEMAS</b>	Programa de geração de emprego e renda	35%
Municipal, Estadual e Federal: <b>SEMAS</b>	Programa de enfrentamento a violência-PAEFI	50%
Municipal: <b>SEMAS</b>	Coordenadoria da mulher	0%
Municipal, Estadual e Federal: <b>SEMAPA</b>	Programa de apoio agroindústria	40%
Municipal, Estadual e Federal: <b>SEMCULT</b>	Programa de fortalecimento da economia criativa	50%
Municipal, Estadual e Federal: <b>SEMGAB</b>	Programa de valorização da mulher	55%
Municipal, Estadual e Federal: <b>SEMUPI</b>	Programa de apoio as ações de Educação em Saúde	25%
Municipal, Estadual e Federal: <b>SEMSA</b>	Programa saúde da mulher	75%
Municipal, Estadual e Federal: <b>SEMSA</b>	Programa de humanização no pré-natal, nascimento e rede cegonha	50%
Municipal, Estadual e Federal: <b>Produtores do Paraísoinho</b>	Agroindústria familiar	75%
Municipal, Estadual e Federal: <b>Moradores do Barro Vermelho</b>	Agroindústria familiar	75%
Municipal, Estadual e Federal: <b>Produtores rurais da Cristolândia</b>	Agroindústria familiar	80%
Municipal, Estadual e Federal: <b>Clube de Mães da Olaria</b>	Programa de geração de emprego e renda	75%
Municipal, Estadual e Federal: <b>Clube de Mães da Olaria</b>	Valorização da mulher pessoal e profissional no mercado de trabalho	75%
Municipal, Estadual e Federal: <b>Costurar Artes</b>	Programa de geração de emprego e renda	75%
Municipal e Federal: <b>OPIAM-Dep. De Mulheres</b>	Valorização da mulher indígena: como artesã, agricultora, na culinária, na educação, na cultura, costumes e medicina tradicional	40%

Municipal, e Federal: <b>Associação Indígenas Povo de APIJ</b>	Políticas na área de produção sustentável, revitalização da cultura e fortalecimento dos conhecimentos tradicionais: como culinária, artesanato, medicina tradicional e preservação da língua indígena	50%
Municipal, Estadual, Federal e Internacional: <b>Diocese de Humaitá</b>	Programa da pastoral da saúde	80%
Municipal, Estadual, Federal e Internacional: <b>Diocese de Humaitá</b>	Programa pastoral da criança	80%

Fonte: Autoria própria, 2023.

Observa-se que as políticas públicas e ações para promoção da igualdade de gênero no município de Humaitá-AM, estão aninhadas com as diretrizes da política nacional e estadual, apresentando um percentual de atingimento de metas nas instituições públicas bem abaixo, mais dentro do esperado para aquela política pública, uma vez que, os programas ainda estão no segundo ano da execução, ou seja, em pleno desenvolvimento com o atingimento acima de 50% de suas metas, que tem como término, o ano de 2025 e no que se refere às políticas públicas que apresentaram desempenho inferior a 50% da meta, pode estar relacionado a vários fatores, dentre eles pandemia do “Covid-19”. Quanto às instituições não governamentais essas estão com um alcance maior de suas metas, com taxa superior a 75% para a maioria dos projetos e ações.

### 3.7. Conclusão

O município de Humaitá-AM, apresenta uma realidade diferente de muitos municípios do estado do Amazonas, no que se refere a implementação das Políticas Públicas e iniciativas governamentais e não governamentais para promoção da igualdade de gênero. Notavelmente, tanto as instituições governamentais como as não governamentais, desenvolvem projetos contínuos e efetivos, baseados em estratégias de políticas transversais de gênero, visando garantir a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas. Essas ações se concentram na valorização da mulher (seja ela negra, branca, pobre, indígena, ribeirinha, rural ou urbana) em diversos seguimentos, ressaltando seu papel na sociedade e sua participação direta nas atividades econômicas locais, através da produção e comercialização de produtos, que geram emprego e renda para as famílias, contribuindo para melhoria da qualidade de vida da população local.

As políticas públicas desenvolvidas em Humaitá têm se mostrado como ferramentas essenciais para a inclusão social e o empoderamento das mulheres, pois, buscam promover a independência da mulher em todos os aspectos da vida, como econômica, social, saúde e política, e, ainda, encorajam as mulheres ao empreendedorismo no meio urbano (negócio próprio) e empreendedorismo rural (agroindústria familiar), em conformidade com o proposto no ODS 5 da Agenda 2030.

Por fim, ao se avaliar o ciclo das políticas públicas desenvolvidas no município de Humaitá com base na avaliação proposta no PNDR, pode-se constatar a sua eficácia, efetividade e continuidade. Isso se deve ao fato de tais políticas públicas terem sido desenvolvidas a mais de dois ciclos do Plano Plurianual (PPA) governamental e do Plano de Trabalho das instituições não governamentais. Essas políticas têm demonstrado resultados positivos em sua execução, fomentando o empoderamento de mulheres e meninas, criando condições para a manutenção de seus empregos e a geração de mais oportunidades. Além disso, contribuem para que sejam mais respeitadas nos diferentes setores da sociedade, com avanços significativos no campo social, econômico, político e cultural.

### 3.8. Referências

AMAZONAS, **Plano Plurianual-PPA Estadual 2020-2023**. Manaus. 2019. Disponível em: <<http://cloud.prod.am.gov.br/index.php/s/4LoUsoDW7rwIqoV/download>>, Acesso em: 28 de dez. de 2021.

ANDRADE, Sandra Dos Santos; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; BARZOTTO, Carlos Eduardo. **TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA**. Revista Prâksis. Novo Hamburgo. a. 16, n. 2 mai./ago. 2019.

BRASIL, **Lei Federal N.º 14.192 de 04 de agosto de 2021**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm)>. Acesso em: 30 de out. de 2021.

\_\_\_\_\_, **Lei Federal N.º 4.121, De 27 de Agosto de 1962**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/14121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm)>. Acesso em: 30 de out. de 2021.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Políticas para Mulheres. **Políticas Públicas para as Mulheres**. Brasília, 2012. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2012/politicas\\_publicas\\_mulheres](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2012/politicas_publicas_mulheres)>. Acesso em: 30 de mai. de 2023.

\_\_\_\_\_, **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. SPM-PR, Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/plano-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-2013-2015-spm-pr-2013/>>. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

\_\_\_\_\_, **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM)**. Brasília: SPM, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional\\_politicamulheres.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf)>. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

\_\_\_\_\_, **Constituição da República Federativa do Brasil. (1988)**. Presidência da República, Brasil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.ht](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.ht)>. Acesso em: 30 de out. de 2021.

\_\_\_\_\_, **Medida Provisória N.º 696 de 02 de dezembro de 2015**. Brasília, Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2015/medidaprovisoria-696-2-outubro-2015-781706-norma-pe.html>>. Acesso em: 30 de out. de 2021.

\_\_\_\_\_, **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: Avançar na Transversalidade da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. CEPAL-SPM – Brasília. Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/Genero-no-PPA-2004-2007.pdf>> Acesso em: 10 de jan. de 2022.

\_\_\_\_\_, **Ministério da Mulher, da família e dos Direitos Humanos-MMFDH**. Secretaria Nacional de políticas para Mulheres.2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/secretaria-nacional-de-politicas-para-mulheres>> Acesso em: 05 de fev. de 2022.

\_\_\_\_\_, **Ministério da Mulher-MM. 2023.** Disponível em: <<https://www.gov.br/mulheres/pt-br>>. Acesso em: 05 de mar. de 2023.

COUNCIL. Gender Mainstreaming: **Conceptual framework, methodology and presentation of good practices.** Council of Europe: Final report of activities of the Group of Specialists on Mainstreaming, 2004. Disponível em: [http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/equality/03themes/gendermainstreaming/EG\\_S\\_MS\\_98\\_2\\_rev\\_en.pdf](http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/equality/03themes/gendermainstreaming/EG_S_MS_98_2_rev_en.pdf). Acesso em: 10 de jan. de 2012.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo.** Revista de Administração Pública (RAP). Rio de Janeiro 35(1):119-44, Jan./Fev. 2001.

\_\_\_\_\_, **Gênero e Políticas Públicas.** Estudos Feministas, v. 12, p. 47-71, janeiro-abril de 2004.

FARAH, Marta Ferreira. Santos. et al. **Gênero e política: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015).** cad. EBAPE.BR,v.16, n. 3, Rio de Janeiro, jul/set.2018.

FRANCO, Karin. **Especialistas destacam as consequências da Ditadura Militar no Brasil** .Jornal hoje Centro Sul. Paraná, 19.04.2021. Disponível em: < [https://hojecentrosul.com.br/Especialistas\\_destacam\\_as\\_consequencias\\_da\\_Ditadura\\_Militar\\_no\\_Brasil](https://hojecentrosul.com.br/Especialistas_destacam_as_consequencias_da_Ditadura_Militar_no_Brasil)>. Acesso em 06 de nov de 2021.

HUMAITÁ, **Plano Plurianual-PPA Municipal 2022-2025.** Humaitá-AM. 2021.

IPEA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030. ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** p.1- 495. Brasília, 2018. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal/publicações>>. Acesso em: 28 de jun 2021.

\_\_\_\_\_, **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995 a 2015.** IPEA: Brasília/DF, 2017. Disponível em:<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_d\\_e\\_genero\\_raca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_d_e_genero_raca.pdf)> Acesso em: 28 de jun 2021.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al. **Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil.** 2018. Brasília. Disponível em: < <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2297>>. Acesso em: 16 de dez. de 2021.

ONUMULHERES.**Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres.** Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onumulheres/diretoria-regional/>>Acesso em: 27 de dez. de. 2021.

PAPA, Fernanda de C. **Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil – percursos de uma pré-política.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

PEIXOTO, Betania. et al. **Avaliação econômica de projetos sociais**. 1 ed. São Paulo: Dinâmica Gráfica e Editora, 2012.

REINACH, Sophia. **Gestão transversal de políticas públicas no âmbito federal brasileiro: uma leitura inicial**. Dissertação de mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

RUA. Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências de Administração / UFSC; [Brasília]; CAPES: UAB, 2009.

SEBRAE/MG. **Políticas Públicas: conceitos e práticas** / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte :Sebrae/MG, 2008.

SILVA, Gabriel Antônio do Nascimento; SIMIONI, Carlos Alberto. **Estudo de Caso sobre Gênero e Políticas Públicas de Equidade de Gênero em Garanhuns-PE em 2019**. Revista Humanidades em Perspectivas, Curitiba, v. 3, n. 7, p. 5-19. 2021.

VITALE, Denise., and NAGAMINEM Renata, eds. **Gênero, direito e relações internacionais: debates de um campo em construção** [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, 351 p. ISBN: 978-85-232-1863-8. <https://doi.org/10.7476/9788523218638>.

## 4. CAPÍTULO II - OS INDICADORES DO ODS 5 PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE HUMAITÁ-AM

### RESUMO

O objetivo deste estudo foi avaliar 02 (duas) metas e os 06 (seis) indicadores sociais do ODS 5 sobre a igualdade de gênero no município de Humaitá-AM. Foi possível analisar a eficácia das políticas públicas mediante a análise de séries históricas com as médias estaduais e municipais no período de 2015 a 2021. Os dados secundários levantados foram dos sistemas de monitoramento do desenvolvimento social, econômico e ambiental, como IBGE, IPEA, DATASUS, ATLAS ODS, SEMSA, TSE, RH da Prefeitura de Humaitá, 4.º Batalhão da Polícia Militar e CDL de Humaitá. Os indicadores avaliados apresentaram dados concretos e mensuráveis sobre evolução das conquistas das mulheres no campo político, econômico e social, observando-se uma maior participação da mulher na sociedade humaitaense. Ainda que estejam surtindo efeitos, estes são de lenta evolução, requerendo-se uma melhora substancial na eficácia as políticas existentes voltadas para as mulheres no município. Constatou-se que ainda há muito a ser fazer. Barreiras, culturas machistas e paradigmas ainda precisam ser quebrados e enfrentados para seja alcançada uma maior participação feminina e para o cumprimento dos compromissos da Agenda 2030 e para a construção de uma democracia plena e equitativa, em direção ao desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** ODS 5; indicadores sociais ; igualdade de gênero.

### 4.1. Introdução

Os modelos de desenvolvimento econômico baseados na exploração insustentável dos recursos naturais são amplamente discutidos em todo o mundo, devido aos impactos negativos que causam aos ecossistemas, e que resultam na degradação ambiental e esgotamento dos recursos naturais. Devido às crises ambientais e ao esgotamento dos recursos naturais, percebe-se que o enfrentamento do desafio da degradação do meio ambiente requer um olhar especial para essas questões. Nesse sentido, a partir do século XIX, merecem destaque os trabalhos que apresentam temas referentes às questões ambientais como “prioritário nas agendas dos Chefes de Estado, Organizações Não-Governamentais (ONGs), populações tradicionais, grupos rurais e urbanos, etc.” (PEREIRA e CURI, 2012).

Como resultado dessa preocupação, a ONU (2021), criou no ano de 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio-ODM, com o objetivo de “promover a dignidade humana, combate à pobreza, fome, doenças, analfabetismo, degradação ambiental e discriminação contra as mulheres”. Contudo, esse objetivo não foi alcançado, fazendo-se necessário criar estratégias para fins de alcançar as metas lançadas no ODM.

É importante destacar que as políticas públicas criadas como estratégias de Estado para alcançar a equidade e inclusão social, e ofertar serviços públicos essenciais (saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento básico), eram orientadas, inicialmente, para uma gestão não democrática, incorporando demandas seletivas de interesse da sociedade civil e do mercado, no processo de formulação das políticas públicas, beneficiando segmentos restritos de trabalhadores (FARAH, 2001). Há de se considerar que as políticas públicas são ações resultantes da atividade política que buscam solucionar de forma pacífica conflitos sociais ou solucionar alguma demanda de interesse da sociedade, ou seja, as políticas públicas são um conjunto de decisões e ações utilizadas pelo poder público na alocação de bens e recursos públicos, com a finalidade de mudar ou transformar uma realidade (RUA, 2009).

Por essa razão, após dois anos de estudos e planejamento, os representantes de Estado de 193 países abraçaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e lançaram-se ao desafio de cumprir a Agenda Global até 2030, por meio de parcerias colaborativas, com a finalidade de erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (CANDIDO et al., 2021). A Agenda Global 2030, é um plano de ação a nível global, que tem como um dos propósitos a conscientização da humanidade em relação ao meio ambiente, a erradicação da pobreza e ao bem-estar de todas as pessoas no presente e para as futuras gerações, no entanto, para que isso aconteça são necessários cumprir os 17 objetivos e as 169 metas traçadas na agenda 2030 (GAMA et al., 2019).

#### **4.2. Agenda 2030 e a igualdade de gênero**

A Agenda 2030 chama a atenção dos Estados como responsáveis pelo respeito, proteção e promoção dos direitos humanos, sobretudo a questão da igualdade entre os gêneros e o empoderamento das mulheres e meninas, para que promova ações transversais com enfoque de gênero (ONU, 2015).

Para alcançar a equidade de gênero e reduzir as diferenças entre homens e mulheres, a ONU (2021), criou no ano de 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio-ODM, com o objetivo de “promover a dignidade humana, combater à pobreza, fome, doenças, analfabetismo, degradação ambiental e discriminação contra as mulheres”. Contudo, esse objetivo não foi alcançado, fazendo-se necessário criar estratégias para fins de alcançar as metas lançadas no ODM. Após dois anos de estudos e planejamento, os representantes de Estado de 193 países abraçaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e lançaram-se ao desafio de cumprir a Agenda Global até 2030 (CANDIDO et al., 2021).

A Agenda Global 2030 para o desenvolvimento sustentável propõe um modelo de desenvolvimento econômico, onde ninguém fica para trás, por meio de um plano de ação mundial coordenada entre governos, empresas, academia e a sociedade civil para alcançar os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas, como um caminho para tornar o mundo mais sustentável e resiliente, com erradicação da pobreza e vida digna para todos, dentro dos limites do planeta (SENA et al., 2016).

Araújo e Lozada (2019) descrevem que para o êxito das metas é necessário o envolvimento e comprometimento de todos os atores envolvidos na esfera governamental internacional, nacional, estadual, municipal e sociedade civil, pois, os objetivos se interligam “de forma equilibradas em três dimensões: social, econômico e ambiental” (IPEA, 2018).

No campo social, o manejo dos recursos naturais deve respeitar os valores culturais das comunidades envolvidas, além de promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a igualdade e justiça social, com políticas públicas de combate à pobreza. No campo econômico, busca-se um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, com a exploração racional dos recursos naturais, alinhado a capacidade de gerar rendas constantes e estáveis, dentro da capacidade do planeta. Por fim, a dimensão ambiental aborda aspectos relacionados ao equilíbrio e manutenção dos ecossistemas, com diversidades de espécies, manejo agroecológico, qualidade do solo, área de vegetação nativa, com a finalidade de garantir a resiliência perante impactos externos (FERREIRA, et al., 2012; SACHS, 2002).

#### **4.3. Objetivo do Desenvolvimento Sustentável – ODS 5**

A Agenda Global 2030 tem como propósito a conscientização da humanidade em relação ao meio ambiente, a erradicação da pobreza e ao bem-estar de todas as pessoas no presente e para as futuras gerações, no entanto, para que isso aconteça são necessários cumprir os 17 objetivos e as 169 metas traçadas na agenda 2030 (GAMA et al., 2019). Dentre os 17 ODS da Agenda 2030, o ODS 5 tem como foco especificamente a “igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, assegurando a elas melhores condições de vida.

Para atender o ODS 5, o Estado buscou formular políticas públicas, por meio de uma gestão democrática participativa, por incluir na agenda política assuntos de interesse da sociedade civil e do mercado, permitindo ampla discussão com a comunidade organizada, ONGs e o setor privado na provisão de serviços públicos, permitindo o controle social (accountability) sobre os serviços públicos (FARAH, 2001).

A construção do ODS 5 decorre de uma longa trajetória de luta pela emancipação

feminina. Em virtude, das lutas travadas por grandes mulheres no decorrer da história, no final do século XIX teve início o reconhecimento da questão da igualdade de gênero, como resultado dos movimentos feministas que marcaram época, como o movimento britânico sufragista (GIFE, 2019). O movimento sufragista tinha como bandeira a luta de mulheres pelo direito civil e político ao voto, sendo que o de maior destaque, foi o liderado por Emmeline Pankhurst, que influenciou movimentos feministas em muitos lugares, dentre eles a Nova Zelândia, que no ano de 1893, foi o primeiro país no mundo a reconhecer o direito do voto feminino (MONTEIRO e GRUBBA, 2017).

Este movimento marcou a luta das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos civis no mundo e, seus militantes se espalharam por diversas nações, em busca de conquistas, em outras áreas do conhecimento, como na política, economia, cultura, artes, etc. Segundo Monteiro e Grubba (2017, p. 264), “a luta das mulheres pelo direito ao voto implicou em torturas, rejeições familiares e levou muitas mulheres a serem crucificadas pela sociedade e, por diversas vezes, terem suas liberdades restringidas”.

Como se pode ver, a luta das mulheres pela igualdade de gêneros, foi sendo conquistado aos poucos, abrindo espaço no mundo inteiro e o conceito de gênero, passa a ser visto de uma forma diferente e não mais como era antes, deixando mais perceptível as atribuições do homem em relação à mulher (SOUZA, 2010). Como era de se esperar, o movimento sufragista ao se espalhar pelo mundo, aos poucos foi abrindo espaço para a liberdade de expressão da mulher, contribuindo para a libertação dos preconceitos construídos por séculos por uma cultura machista.

No Brasil, os primeiros movimentos feministas surgiram durante o século XIX, e tinham como bandeira a luta pela educação feminina, direito ao voto e abolição da escravatura. É importante ter em mente que, a sociedade brasileira era escravocrata e o fato de ser mulher, já se caracterizava um fator de discriminação, independentemente de sua cor ou raça, sofria discriminação e falta de direito a participar de forma ativa na sociedade, só tinha deveres e obrigações. Além disso, as mulheres negras eram mais maltratadas, por serem negras e restringidas exclusivamente a condição de escrava, enquanto a mulher branca aos deveres do lar e do marido (IPEA, 2019).

Sob o mesmo ponto de vista, SOUZA (2010, p. 113) relata que, “o século XIX foi o século em que as mulheres mais foram controladas em seus corpos e sentimentos. Os tratados e os códigos de comportamento se avolumaram, prescrevendo a forma “correta” de se portar ao público”. De acordo com Ceylão et al. (2020), a primeira conquista das mulheres brasileiras

aconteceu no ano de 1827, com o movimento denominado “Meninas são liberadas para frequentarem a escola”, no qual as mulheres foram autorizadas a ingressar nos colégios e estudar além da escola primária. Por conseguinte, no ano de 1879, as mulheres conquistaram o direito ao acesso às faculdades e no ano de 1910, foi criado o primeiro partido político feminino e conseqüentemente o direito ao voto no ano de 1932.

Neste contexto, no ano de 1962 foi criado o Estatuto da Mulher Casada e no ano de 1985, tem a criação da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher no Estado de São Paulo (BRASIL, 1962). Como resultado do processo de mobilização e luta das mulheres, a Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, passa a reconhecer as mulheres como iguais aos homens, e ainda, no ano de 2006 é sancionada a Lei Maria da Penha, que foi um grande marco na vida de muitas mulheres que sofriam e sofrem abuso de seus companheiros. Outra conquista importante foi no ano de 2021, com a Lei Federal N.º 14.192, de 4 de agosto de 2021, que estabelece prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, ao longo das eleições e durante o exercício de direitos políticos e de funções públicas (BRASIL, 2021).

A trajetória de conquista das mulheres na busca de ter seus direitos reconhecidos no decorrer da história, ganhou mais incentivo no Brasil após a IV Conferência Mundial de Mulheres, realizada na China em Pequim no ano de 1995, que contribuiu para a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres-SPM em 2003 no Governo Federal, que, seguindo as orientações de Beijing, a SPM, aderiu o *Gender Mainstreaming*. O qual no Brasil recebeu o nome de *transversalidade de gênero*, que visa a reestruturação de políticas públicas e o compromisso com a igualdade de gênero (MARCONDES et al., 2018).

Neste sentido, a transversalidade de gênero foi “adotada” pela, a SPM como uma “estratégia” a ser seguido na reestruturação e formulação de políticas públicas não só na questão de gênero mais em várias instâncias a nível federal, que visa diminuir a desigualdades de gênero e racial, bem como melhorar os direitos humanos (PAPA, 2012; REINACH, 2013).

Com a implantação no Brasil da transversalidade de gênero na reestruturação de política para as mulheres, as mulheres e a questão de gênero passaram a ter um olhar diferenciado, ganhando mais voz e vez, no dia a dia, percebe-se uma grande demanda de denúncia em relação aos direitos violados da mulher de acordo com a ONU (2021). As mulheres estão perdendo o medo de falar e de denunciar, contudo, ainda existem grandes caminhos a serem percorridos e a Agenda Global 2030, propõe por meio do ODS 5 metas para as políticas públicas para empoderamento de mulheres e meninas a serem alcançados até 2030.

Por fim, para alcançar a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas, faz-se necessário a implementação de políticas públicas, programas, planos, legislação, etc., que sejam sensíveis às questões de gênero e, mais do que isso, tenham como proposta a realização de ações que combatam as causas e as consequências das desigualdades de gênero como requisito fundamental para o alcance das metas do desenvolvimento sustentável.

#### 4.4. Materiais e métodos

O presente estudo foi realizado no município de Humaitá, localizado no sul do estado do Amazonas, pertencente à mesorregião do Sul Amazonense e microrregião do Madeira, faz limites com os municípios de Manicoré ao norte e leste, Porto Velho e Machadinho d'Oeste, no estado de Rondônia, ao sul Tapauá e Canutama ao oeste. O município é banhado pelo Rio Madeira, um dos principais afluentes do Rio Amazonas, com uma população de 57.195 habitantes (IBGE, 2022). A metodologia utilizada na definição dos indicadores utilizados para avaliar 02 (duas) metas e os 06 (seis) indicadores sociais do ODS 5 sobre a igualdade de gênero, no município está apresentado no quadro 20.

Quadro 20. Metas/indicadores sociais do ODS 5

<b>Meta 5.2</b>	Eliminar todas as formas de violências contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
<b>Indicador 5.2.1:</b>	Proporção de mulheres e meninas de 15 anos de idade ou mais que sofreram violência física, sexual ou psicológica, por parte de um parceiro íntimo atual ou anterior, nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade.
<b>Definição</b>	Notificações de violência sexual registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), cuja vítima tenha até 14 anos completos e cujo agressor tenha sido pai, mãe, padrasto, madrastra, irmão, filho, cônjuge, ex-cônjuge, namorado, ex-namorado, amigos/conhecidos, cuidador ou patrão/chefe. Uma mesma notificação pode incluir mais de um tipo de agressor. Uma mesma pessoa pode ser vítima de mais de um caso notificado. São considerados, para notificação, os casos suspeitos ou confirmados de violência.
<b>Fórmula</b>	Número absoluto.
<b>Periodicidade</b>	Anual.
<b>Fonte de dados</b>	Sinan/Ministério da Saúde (MS).
<b>Indicador 5.2.2:</b>	Proporção de mulheres e meninas de 15anos ou mais que sofreram violência sexual por outras pessoas não parceiras íntimas, nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência.
<b>Definição:</b>	Feminicídio é o homicídio de uma mulher por ser do sexo feminino (Lei no 13.104/2015).
<b>Fórmula:</b>	Número de feminicídios registrados nos órgãos estaduais de segurança pública dividido pela população total feminina multiplicado por 100.000.

	<p><b>VS=NFM/PF*100.000</b>  VS= Violencia Sexual  NFM= Número de Femicídio Municipal  PF= População Feminina</p>
<b>Periodicidade:</b>	Anual.
<b>Fonte de dados:</b>	Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
<b>Meta 5.5</b>	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.
<b>Indicador 5.5.1:</b>	Percentual de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais.
<b>Definição:</b>	Indica quantas mulheres se candidataram aos cargos eletivos do Executivo e do Legislativo em níveis federal, estadual e municipal em relação ao total de candidatas a cada um dos cargos.
<b>Fórmula:</b>	<p>Número de mulheres eleitas como deputadas federais multiplicado por 100 e dividido pelo total de eleitos para a Câmara. Número de mulheres senadoras multiplicado por 100 e dividido pelo número total de senadores. Número de mulheres eleitas como deputada estadual multiplicado por 100 e dividido pelo total de vagas da Assembleia Legislativa de cada Unidade da Federação. Número de mulheres eleitas vereadoras multiplicado por 100 e dividido pelo total de vagas da Câmara de Vereadores de cada município do país.</p> <p><b>Fórmula: MP= NMEV*100/VCV</b>  MP= Mulheres no Parlamento  NMEV= Número de Mulheres Eleitas Vereadoras  VCV= Total de Vagas na Câmara de Vereadores</p>
<b>Periodicidade:</b>	Quadrienal.
<b>Fonte de dados:</b>	TSE.
<b>Indicador 5.5.2:</b>	Percentual de mulheres em posições gerenciais.
<b>Definição:</b>	A participação das mulheres em cargos gerenciais corresponde à proporção de mulheres no total de cargos na administração sênior e intermediária, correspondendo às categorias 11 (legisladores e altos funcionários) ou 12 (gerentes corporativos) da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (International Standard Classification of Occupations – ISCO 08), da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O indicador nacional foi construído com dados da PNAD Contínua, nos anos de 2012 a 2016. A PNAD Contínua utiliza, contudo, a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD), que tem compatibilidade a dois dígitos com a ISCO-08. Assim, foram considerados cargos gerenciais todos aqueles classificados no nível 1 – diretores e gerentes – da COD, com exceção dos cargos codificados no nível 1.4 – gerentes de hotéis, restaurantes, comércios e outros serviços.
<b>Fórmula:</b>	<p>Número total de mulheres em cargos gerenciais multiplicado por 100 e dividido pelo número total de pessoas em cargos gerenciais no país, em um determinado ano.</p> <p><b>MPG=NMCG*100/NTPCG</b>  MPG= Mulheres em Cargo Gerencial  NMCG= Número de Mulheres em Cargos Gerencial  NTPCG= Número de Pessoas em Cargos Gerencial</p>
<b>Periodicidade:</b>	Anual.
<b>Fonte de dados:</b>	PNAD Contínua/IBGE.
<b>Indicador 5.5.5:</b>	Proporção de mulheres que ocupam cargos de confiança (DAS) no Poder Executivo municipal, segundo o nível de DAS.

<b>Definição:</b>	Indica quantas mulheres ocupam os cargos de DAS, por nível, em relação ao total de cargos de DAS existentes no âmbito da estrutura da administração pública brasileira (direta e indireta).
<b>Fórmula:</b>	Número de mulheres ocupantes de cargos de DAS, por nível de DAS, multiplicado por 100 e dividido pelo total de cargos de DAS, por nível de DAS. $\text{MOCC} = \text{NMOCC} * 100 / \text{NTCC}$ MOCC= Mulheres em Cargos de Confiança NMOCC= Número de Mulheres em Cargos de Confiança NTCC= Número de Total de Cargos de Confiança
<b>Periodicidade:</b>	Mensal.
<b>Fonte de dados:</b>	Painel Estatístico de Pessoal, do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE).
<b>Indicador 5.5.8:</b>	Proporção de policiais mulheres, militares e civis, segundo Ufs.
<b>Definição:</b>	O indicador contabiliza a quantidade de mulheres em relação ao total dos efetivos ativos da Polícia Civil e da Polícia Militar, instituições no âmbito dos governos estaduais, mais capilarizadas pelo território nacional.
<b>Fórmula:</b>	Número total de mulheres nas polícias Civil e Militar multiplicado por 100 e dividido pelo total de pessoas que compõem os efetivos ativos de cada uma dessas forças. $\text{PMPCM} = \text{MPCM} * 100 / \text{NTPCF}$ PMPCM= Proporção de Mulheres Policiais Civis e Militares MPCM= Número total de Mulheres Policiais Civis e Militares NTPCF= Número de Pessoas que Compõem cada força
<b>Periodicidade:</b>	Anual.
<b>Fonte de dados:</b>	Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic)/IBGE.

Fonte: IPEA, 2018.

Optou-se por realizar um estudo bibliográfico, para seleção prévia dos indicadores capazes de avaliar as políticas públicas de igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas e ainda, as iniciativas da sociedade civil organizada, implementadas no município de Humaitá-AM, avaliando-se aspectos relacionados à eficácia, eficiência e continuidade. Dentre os métodos utilizados para definição dos indicadores, neste estudo, optou-se pela proposta de indicadores do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), que no âmbito nacional, fez o esforço de acolher e avançar nos indicadores já produzidos pelos consensos internacionais, fazendo convergir os diversos acordos globais ao compromisso nacional de efetivar os avanços do ODS 5, impulsionando medidas que visem mudanças (IPEA, 2018).

De acordo com o IPEA (2018), esse método consiste na utilização de indicadores globais já produzidos pelas Nações Unidas, com adequação para abarcar as diferentes realidades relacionadas a igualdade de gênero vivida por mulheres no país, reconhecendo fenômenos interseccionados, com o objetivo de não deixar ninguém para trás.

Os indicadores foram selecionados, a partir de dados secundários levantados dos sistemas de monitoramento do desenvolvimento social, econômico e ambiental, como: IBGE,

IPEA, DATASUS, TSE, ATLAS ODS, Secretaria Municipal de Saúde, Setor Pessoal da Prefeitura, 4.º Batalhão da Polícia Militar e Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL de Humaitá-AM, tendo como base a partir dos anos de 2015 até 2021.

Os dados obtidos possibilitaram construir séries históricas e foram analisados graficamente, buscando-se detectar tendências e padrões de evolução cronológica e temporal desses indicadores, verificando a oscilação ocorrida devida ao acaso e evolução de eventuais lacunas a disponibilização desses dados.

Os dados foram tabulados em uma planilha do programa Microsoft @Excel e padronizados, para fins de análise. Por conseguinte, foram construídos gráficos, para apresentar os resultados, e avaliar as convergências e divergências das políticas públicas para igualdade de gênero no município de Humaitá, com o estabelecido pelo Brasil para o ODS 5.

Ainda que a análise das séries históricas dos indicadores não permita estabelecer uma relação de causalidade entre as políticas efetivamente implementadas no município e os impactos avaliados (i.e., trajetórias de aproximação ou distanciamento das metas) vez que não haveria um grupo de controle, essa abordagem permitiria ao menos identificar, no caso de desempenho insatisfatório, que o conjunto de ações implementadas não foi eficaz.

#### **4.5. Resultados e discussões**

Identificou-se que o ODS 5 possui 38 (trinta e oito) indicadores mundiais, os quais foram adaptados para a realidade brasileira, de acordo com a metodologia proposta pelo IPEA, dos quais foram encontrados dados para apenas 13 (treze) desses indicadores (ATLAS, 2021; IPEA, 2018). Desse universo, foram selecionados e trabalhados 02 (duas) Metas e 06 (seis) indicadores do ODS 5, da Agenda 2030, capazes de avaliar as políticas públicas e ações voltadas para “alcançar a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas” no município de Humaitá, sendo:

**Meta 5.2 (Brasil): Eliminar todas as formas de violências contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos**

*Indicador 5.2.1 - Proporção de mulheres e meninas de 15 anos de idade ou mais que sofreram violência física, sexual ou psicológica, por parte de um parceiro íntimo atual ou anterior, nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade.*

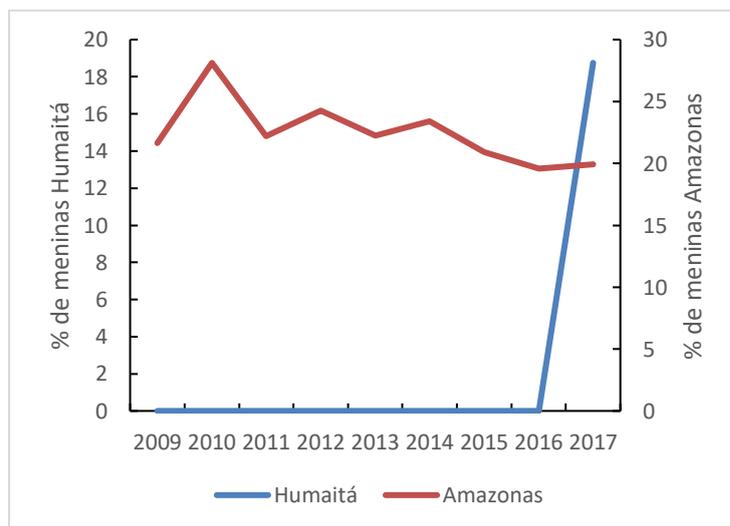
A história mostra a superexploração das mulheres e as lutas contra as desigualdades que

as oprimem, uma vez que, estas não eram reconhecidas e nem valorizadas, vistas apenas como objeto de procriação e, ainda, colocadas no lugar de submissa e rotuladas como frágil e recatada. Devido a essa construção social de uma cultura de descrédito das mulheres pobres, negras, pardas, indígenas, independentes e livres, pode-se impor atribuições sociais de submissão às mulheres, até que houvesse uma ruptura nos acordos de classes entre homens e mulheres, onde as violências físicas e sexuais tornaram-se socialmente aceitas e a violência patriarcal ou sexista passou a ser utilizada como meio de dominação masculina (OLIVEIRA et al., 2021).

Para Oliveira et al. (2021), ao analisar a situação da mulher brasileira, não se deve fazer de forma isolada, deve-se considerar diferentes marcadores sociais como: o gênero, a raça, a etnia, a classe social, a posição econômica, a escolha religiosa, a sexualidade, a identidade de gênero e o lugar onde moram, com a finalidade de permitir um olhar interseccional, devido às múltiplas formas de opressão e discriminação que essas mulheres estão submetidas.

Os dados apresentados na figura 2, extraídos do Atlas ODS da UFAM (2023), mostram uma série histórica no período de 2009 a 2017, tanto no município de Humaitá, quanto no estado do Amazonas, com o percentual de meninas de até 15 anos sujeitas à violência sexual cometido por familiares ou conhecidos.

Figura 3. Gráfico de percentual de meninas de até 15 anos sujeitas à violência sexual cometido por familiares ou conhecidos



Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas ODS, (2023).

Esses dados demonstram que o número de registros de ocorrências em que meninas sofreram algum tipo de violência sexual no estado do Amazonas, desde que a série histórica começou a ser desenhada no ano de 2009, têm em média um percentual de 21,66%. No ano de 2010, esse percentual sofreu um aumento de 23%, com percentual de 28,12%. No ano seguinte (2011) sofreu uma

diminuição de 20,08% do número de casos registrados, para o percentual de 22,19%. No ano de 2012, houve um aumento no número de caso registrados, com um percentual de 24,25%. Já no ano de 2013, esse percentual voltou a diminuir com um percentual de 22,23%, voltando a aumentar no ano de 2014, com um percentual de 23,41%. Enfim, a partir no ano de 2015, pode-se notar uma redução no quadro de violência sexual de meninas com um percentual de 20,89% no ano de 2015, sendo acompanhado pelos anos subsequentes, 2016 e 2017, com percentuais de 19,58% e 19,91%, respectivamente. No que se refere ao município de Humaitá este apresentou no ano de 2017, primeiro ano da série histórica do município, um percentual de 18,75%, percentual esse abaixo da média estadual.

O aumento de casos notificados, pode estar relacionado a políticas públicas transversais, envolvendo os diversos órgãos da administração pública, como escolas, Secretaria de Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar, Ministério Público e Polícia Civil, criando um ambiente de acolhimento para as vítimas, encorajando a denunciar os agressores. Ao analisar o contexto, observa-se que no Brasil, segundo dados do IBGE (2016), na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2015, três a cada dez meninos e meninas iniciam a vida sexual entre 13 e 15 anos e a mesma pesquisa aponta que o maior percentual de taxa de gravidez de meninas entre 10 e 14 anos está localizado na Região Norte do País.

De acordo com IBGE (2016), a Secretaria de Vigilância em Saúde, por meio do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes - VIVA, com dados disponíveis através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan, mostra um panorama da violência sexual no Brasil, na qual a faixa etária de 10 a 14 anos, ocupa o segundo lugar, com 10,5% das notificações, sendo que as meninas são as maiores vítimas na violência sexual e essa violência, geralmente, é causado no ambiente intrafamiliar e os agressores na maioria das vezes são seus tutores, submetendo sua autoridade sobre a vítima, geralmente crianças e adolescentes. Essa mesma pesquisa mostra que nos casos de abusos praticados, o percentual de 26,6% foi praticado por namorado (a) /ex-namorado (a), 21,8% por amigo(a), 11,9% por pai/mãe/padrasto/madrasta e 19,7% por outros familiares.

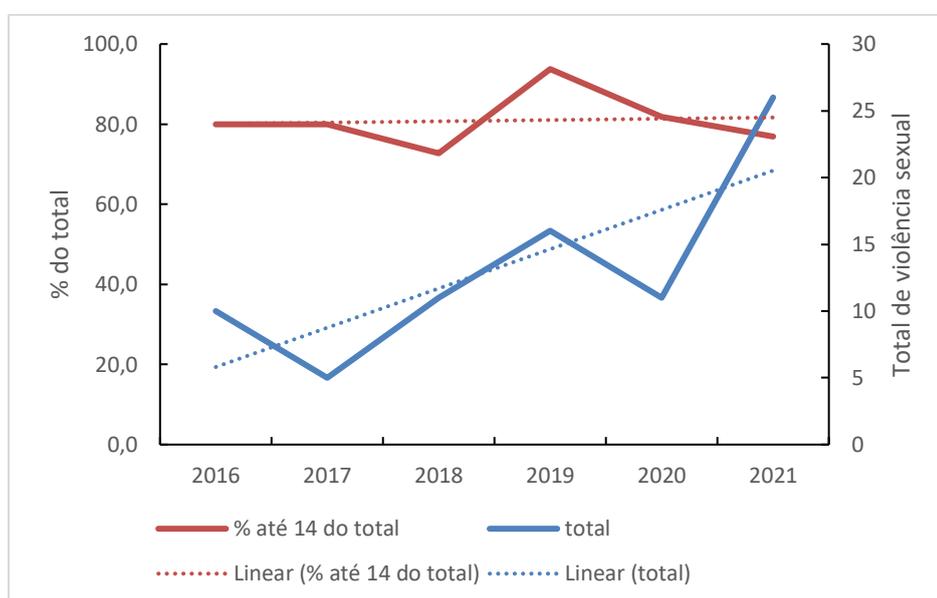
***Indicador 5.2.2 - Proporção de mulheres e meninas de 15 anos ou mais que sofreram violência sexual por outras pessoas não parceiras íntimas, nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência***

O IPEA (2019), utiliza os indicadores como forma de monitoramento para apresentar/medir o número de violências que muitas mulheres/meninas sofrem, e, trabalhar esses resultados de maneira que possa diminuir os tipos de violências sexuais que elas sofrem. Infelizmente no Brasil, “não se realiza pesquisa de vitimização regular, nacional e oficial, meio considerado o mais adequado para a medição da violência na sociedade” (IPEA, pág. 10, 2018).

O que se tem como opção são os registros administrativos dos órgãos de instituições que fazem os registros desses atendimentos, onde se pode fazer uma medição, e assim trabalhar/criar estratégias de combates a esses tipos de violências.

Neste sentido, o indicador 5.2.2 foi elaborado com informações da Secretaria Municipal de Saúde do município de Humaitá, referente ao número de notificações registradas de violência sexual sofrida por meninas até 14 anos ou mais de familiares, conhecidos ou desconhecidos, no período de 2016 a 2021, conforme mostra a figura 4.

Figura 4. Gráfico do total e do percentual de meninas de até 14 anos em relação ao total sujeitas à violência sexual



Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas ODS (2023)

A figura 03 indica que número total de mulheres e meninas sujeitas à violência sexual, acometidas por familiares, conhecidos ou desconhecidos indicando uma tendência de aumento do número de casos desde 2016, com grande aumento durante a pandemia (236% em 2021). O percentual de meninas até 14 anos se mantém em torno de 25% (1/4 das vítimas). Embora a análise dos indicadores leve a conclusões inequívocas, não é fácil de explicar o porquê deste crescimento. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, Relatório “Visível e Invisível”, o aumento pode ter ocorrido por três possíveis hipóteses: a) a falta de continuidade do financiamento das políticas de proteção à mulher; b) os impactos da pandemia nos serviços de acolhimento e proteção às mulheres; e c) ascensão de movimentos ultraconservadores na política brasileira, com crescimento dos crimes de ódio (ANUÁRIO, 2023).

Essas três possíveis hipóteses podem ter contribuído para o aumento do crescimento da violência, somadas à ampliação da educação e a participação da mulher em vários setores públicos e privados da sociedade, contribuindo para que mulheres/meninas estejam mais confiantes, tenham mais coragem de denunciar os atos de violências sexuais que porventura vierem a sofrer, com influência diretamente nos registros de notificação daquela localidade.

**Meta 5.5 (Brasil): Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública**

**Indicador 5.5.1** - *Percentual de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais.*

As lutas das mulheres por espaço na sociedade ocorrem desde os séculos XIX e XX, com a organização de debates e lutas políticas que exigia a participação feminina e a igualdade de direitos entre homens e mulheres que culminou com a primeira onda feminista. Os movimentos feministas serviram de sustento teórico para as lutas das mulheres, contra a discriminação e desigualdade sociais masculinas (OLIVEIRA et al., 2021; MONTEIRO e GRUBBA, 2017).

Esses movimentos e lutas foram fundamentais para as conquistas políticas, econômicas, culturais e sociais em favor das mulheres. No campo político, as conquistas se deram por meio do movimento, como o das Sufragistas, que deu as mulheres o direito civil e político ao voto (MONTEIRO e GRUBBA, 2017). Além disso, as mulheres ao longo de suas lutas conquistaram direitos à educação, trabalho e poder político, alcançando visibilidade e concretizando os direitos adquiridos, com aumento da participação feminina em vários setores da sociedade (SILVA e SIMONIAN, 2006).

Para combater essa disparidade, o Brasil a cada legislatura estabeleceu uma porcentagem mínima de mulheres candidatas, com reserva percentual de candidaturas em eleições, nos partidos políticos, que se tornou obrigatório com a Lei N.º 12.034, de setembro de 2009, com o sistema de cotas. Essas cotas visam incentivar a inclusão das mulheres na política e garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas perspectivas sejam representadas nas decisões políticas do país, requerendo ainda, a promoção de um ambiente inclusivo nos partidos políticos, o empoderamento das mulheres e o combate às barreiras e estereótipos de gênero que ainda existem na sociedade brasileira (IPEA, 2019).

A participação feminina em cargos eletivos é uma questão fundamental para garantir a

representatividade e igualdade de gênero na política, que pode ser verificado nas legislaturas dos anos de 2012 a 2020 (figuras 5 a 8), para as eleições municipais.

Figura 5. Gráfico de candidatos a prefeito (%) Figura 6. Gráfico de prefeitos eleitos (%)



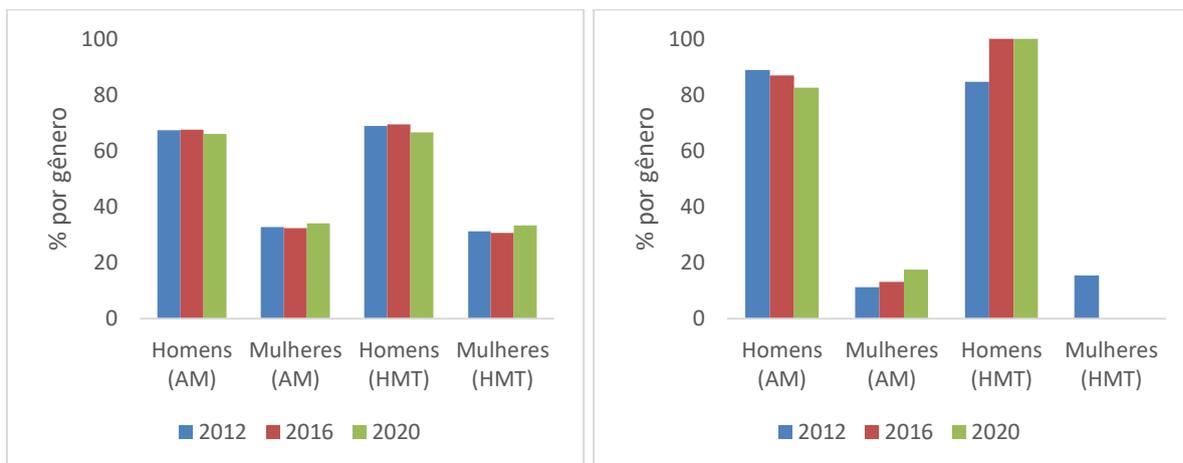
Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2023).

Os dados apresentados (figura 5) referem-se à quantidade de homens e mulheres candidatos (as) ao cargo de chefe do poder executivo, nos municípios do estado do Amazonas, com destaque o município de Humaitá-AM, em três pleitos de eleições (2012, 2016 e 2020). Constatou-se que o estado do Amazonas nos três pleitos teve um percentual de 90% de candidatos do sexo masculino, ou seja, a quase totalidade. Ao passo que o município de Humaitá apresentou um percentual de 100% de candidatos homens, nas três ocasiões.

Em consequência dessa composição de candidatura, ao analisarem-se os três pleitos eleitorais no estado do Amazonas e no município de Humaitá, observou-se que tanto nos municípios do Estado como no município de Humaitá, há uma predominância esmagadora de candidatos do sexo masculino eleitos em todas as eleições municipais. O percentual de prefeitas eleitas não supera 10%.

No âmbito do poder legislativo, o quadro não se altera significativamente. Isso mostra que apesar de grandes avanços na área política ainda existe uma disparidade muito grande em relação a questão de gênero, o homem ainda é predominante, na maioria dos assentos tanto do executivo municipal como nos parlamentos, conforme apresenta as figuras 7 e 8.

Figura 7. Gráfico de candidatas a vereador (%) Figura 8. Gráfico de vereadores eleitos (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2023)

A figura 7 apresenta a quantidade de mulheres que concorrem a cargo eletivo no parlamento municipal, nos pleitos de 2012, 2016 e 2020, no estado do Amazonas e no município de Humaitá. Pode-se verificar que embora no total das candidaturas a participação das mulheres alcance os 30% exigidos por lei, o mesmo nível percentual não é alcançado entre os eleitos e eleitas. Ao analisarem-se os dados referentes aos candidatos eleitos para os parlamentos municipais nos três pleitos eleitorais (figura 8), observou-se que o número de vereadores eleitos do sexo masculino no estado do Amazonas oscilou entre 82 e 88%. Quanto ao município de Humaitá, apenas no pleito de 2012 houve candidatas eleitas.

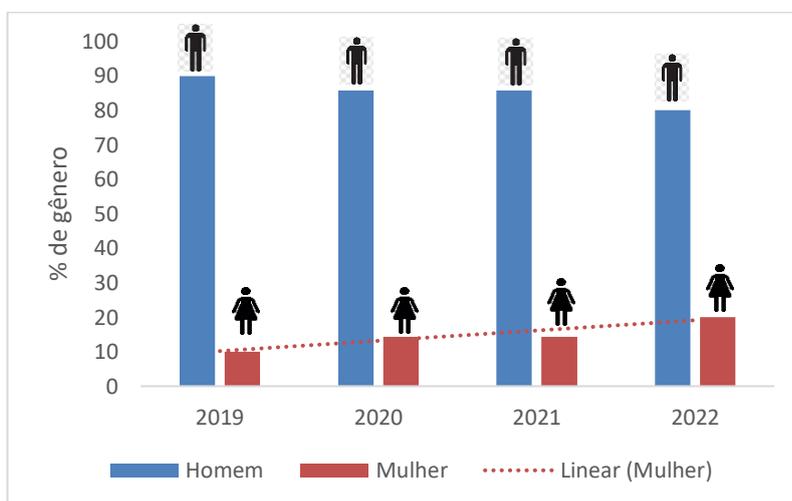
Esses dados revelam a existência de uma disparidade de gênero na representação política, tanto no estado do Amazonas como no município de Humaitá, demonstrando um grau de desconfiança muito grande do eleitorado na capacidade da mulher em relação à política, além disso, os partidos políticos demonstram apenas cumprir um requisito legal, para atender a Lei N.º 12.034, de setembro de 2009, completando a legenda do partido com cota de mulheres, quando deveriam promover maior participação das mulheres aos cargos eletivos.

Por fim, a participação feminina é muito importante para a construção de uma democracia plena e equitativa, razão pela qual há necessidade de maior participação de mulheres em cargos de lideranças e de tomada de decisões na esfera pública brasileira, uma vez que, a participação feminina nos cargos eletivos é baixa e, esse não é um problema apenas dos municípios, mas, de todas as esferas político-administrativa do país, em virtude do percentual de cadeiras ocupadas nos Parlamentos Federal e Estadual serem baixas, com estados que não possuem mulheres representantes no Parlamento Federal (IPEA, 2019).

### **Indicador 5.5.2 - Percentual de mulheres em posições gerenciais**

A mulher tem ocupado papel muito importante na sociedade moderna, contribuindo de forma significativa para o bem-estar dos núcleos familiares e a composição da renda familiar e, ainda, seus avanços por espaços no mercado de trabalho, as tem levado a alcançar postos que antes eram destinados apenas aos homens (SILVA e SIMONIAN, 2006). De acordo com Candido et al. (2021), os dados do censo demográfico do IBGE (2000-2010) apresentam o aumento do número de mulheres trabalhadoras no mercado formal. Embora crescente, esse número ainda é baixo quando comparado com os trabalhadores do sexo masculino, conforme apresenta a figura 9.

Figura 9. Gráfico percentual de mulheres em posições gerenciais-CDL de Humaitá-AM



Fonte: Elaboração própria com dados da CDL de Humaitá-AM, (2023).

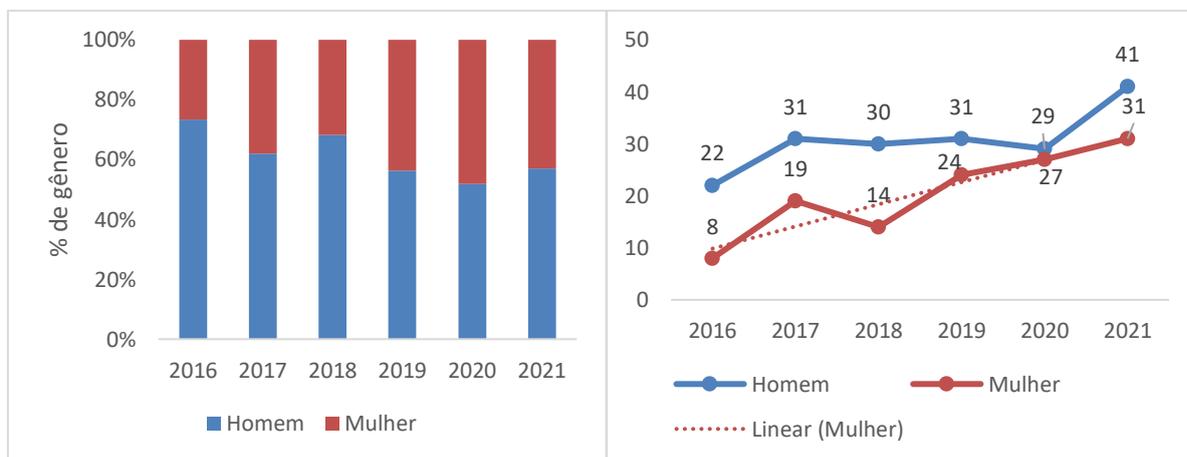
A figura 9 apresenta um retrato da participação feminina em cargos gerenciais de acordo com informações da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL no município de Humaitá-AM, nos quais a participação de mulheres corresponde em média a menos de um terço dos cargos gerenciais, no período analisado de 2019 a 2022. No ano de 2022, o número de cargos de gerentes registrados na CDL diminuiu para 100 cargos, dos quais, 80 eram ocupados por homens, representando um percentual de 80%, enquanto a participação feminina apresentou um crescimento, com um percentual de 20%, o maior dessa série histórica. Observa-se que há uma predominância masculina nos cargos de gerência, com poucos avanços para o equilíbrio na distribuição dos cargos gerenciais, requerendo o desenvolvimento de políticas transversais de gênero com o envolvimento da sociedade civil, a fim de criar condições para que as mulheres possam alcançar cargos mais elevados dentro das empresas privadas, aos moldes do que acontece nos órgãos governamentais.

A explicação pode estar relacionada ao que escreveu Oliveira et al. (2021), ao descrever que a mulher brasileira não deve ser vista de forma isolada, devido às múltiplas formas de opressão e discriminação que essas mulheres estão submetidas. Observa-se que a mulher contemporânea continua sendo explorada, e muitas vezes tem dificuldade de conciliar o trabalho formal remunerado e os deveres do lar, em virtude da necessidade das famílias, requerendo que as mesmas levem uma jornada de trabalho dupla e muitas vezes até tripla, porque, embora tenha um trabalho remunerado necessário para a manutenção do lar, continua sendo mulher, mãe e dona de casa.

**Indicador 5.5.5 - Proporção de mulheres que ocupam cargos de confiança (Direção e assessoramento superior - DAS) no Poder Executivo municipal, segundo o nível de DAS.**

A participação de mulheres que ocupam os cargos de confiança no Poder Executivo do município de Humaitá-AM ainda é menor em comparação ao número de homens na mesma função como apresentam as Figuras 10 e 11, que representam a proporção dos cargos de confiança na série histórica dos anos de 2016 a 2021.

Figura 10. Gráfico ocupantes de cargos de confiança (%), Figura 11. Gráfico ocupantes de cargos de confiança .



Fonte: Elaboração própria com dados do RH da Prefeitura de Humaitá-AM, (2023)

As figuras 10 e 11 apresentam diferentes perspectivas da representatividade de mulheres e homens em cargo de confiança no poder executivo do município de Humaitá-AM. Observa-se que, no ano de 2016, dos 30 (trinta) cargos de confiança disponíveis, apenas 8 (oito) cargos foram preenchidos por mulheres, ou seja, apenas 27%. No ano de 2017, houve um aumento do número de cargos de confiança disponíveis, com a disponibilidade de 50 (cinquenta) cargos.

Nesse período, observou-se que houve um aumento da participação de mulheres com a ocupação de 38% dos cargos disponíveis.

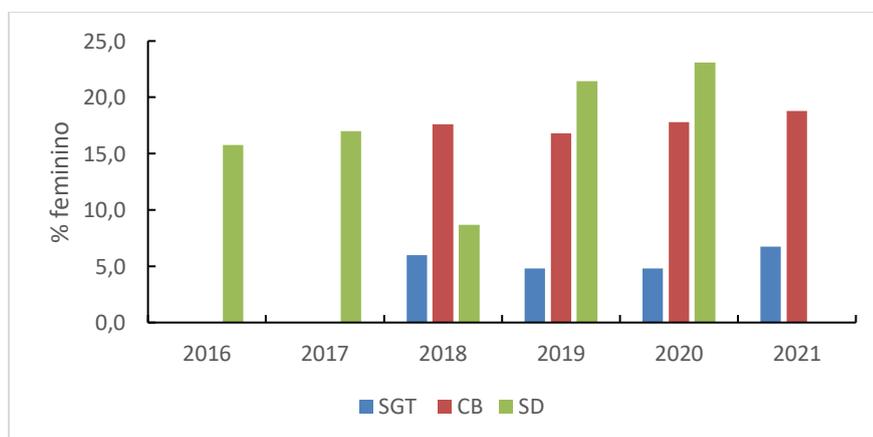
No ano de 2018, houve uma diminuição do número de cargos de confiança disponíveis, trazendo consigo uma diminuição da participação feminina com um percentual de ocupação de apenas 32% dos cargos disponíveis. Já no ano de 2019, a participação das mulheres voltou a crescer, com ocupação de 44% dos cargos ofertados. Em 2020, a participação feminina continuou avançando com o percentual de 48%. Por fim, no ano de 2021, com uma nova gestão, e com o aumento dos cargos de confiança, o percentual de ocupação nos cargos de confiança por mulheres diminuiu para 43% de ocupação dos cargos disponíveis. Assim, observou-se que ainda que tenha havido oscilações, a tendência no período observado foi de um leve e gradual aumento da participação feminina em cargo de confiança.

**Indicador 5.5.8 - Proporção de policiais mulheres, militares e civis, segundo UF.**

De acordo com a Folha de São Paulo (2020), o Brasil possui um corpo efetivo de 403.681 de policiais militares nos Estados brasileiros, sendo 357.501 do sexo masculino e 46.180 do sexo feminino, representando 12% do efetivo de mulheres. No estado do Amazonas o efetivo de policiais mulheres é 1.036 (praças e oficiais), com um percentual de 12%, igual à média nacional, em relação ao sexo masculino que representa 7.534, um percentual de 88%. Este percentual pode variar de acordo com a necessidade, podendo ser maior ou menor o número de vagas destinado a mulheres nos concursos públicos de cada estado.

A participação das mulheres vem aumentando gradativamente no efetivo das tropas de policiamento ostensivo, conforme pode ser verificado na série histórica de 2016 a 2021 (figura 12), no município de Humaitá-AM.

Figura 12. Gráfico de policiais mulheres militares no município de Humaitá.



Fonte: Elaboração própria com dados da PM do 4.º Batalhão Humaitá-AM, (2023).

A figura 12 apresenta um retrato do quadro de policiais militares (homens e mulheres) no município de Humaitá-AM, na série histórica de 2016 a 2021. Segundo dados fornecidos pelo 4.º Batalhão de Polícia Militar de Humaitá-AM, o corpo efetivo da tropa composta da seguinte forma.

Em 2016 e 2017, do total de militares, as mulheres estavam incluídas apenas dentre os soldados com 15,8% no primeiro ano e 17,0% no segundo. Em 2018, o total de militares diminuiu para 204, e o número de mulheres aumentou em relação ao ano anterior, com mulheres nas três patentes, pela primeira vez. Nos anos seguintes, 2019 e 2020, os percentuais de participação de mulheres permaneceram estáveis e sempre menor quanto maior a patente.

A pesquisa mostra uma variação na distribuição de gênero ao longo dos anos analisados, com um aumento gradual da presença do corpo feminino da polícia militar do Amazonas, instalada no 4.º Batalhão de Polícia Militar, com um percentual de participação feminina 12,7%. Ainda que reduzida, essa média é ligeiramente superior à média nacional que tem uma representatividade de apenas 12% de mulheres. Considerando as patentes de forma separada, a participação das mulheres é menor quanto maior a patente, tendo um percentual de 3,7% de sargentos, 11,8% de cabos e 14,3% de soldados. Os dados mostram que nessa corporação de policiais militares do 4.º Batalhão de Polícia Militar, as mulheres não têm representatividade nos cargos de comando e chefia.

#### **4.6. Conclusão**

Neste capítulo II, foram apresentadas (02) duas metas e (06) seis indicadores propostas no ODS 5 da Agenda 2030, para a igualdade de gênero, o qual permitiu avaliar a eficácia e eficiência das políticas públicas em Humaitá-AM para o enfrentamento e promoção da igualdade de gênero, mediante a comparação das séries históricas com as médias estaduais e municipais.

Os indicadores avaliados representam dados concretos e mensuráveis sobre a evolução das conquistas de espaço pelas mulheres na sociedade humaitaense. Com resultados positivos, os dados indicam a eficácia das políticas públicas eficazes, já existentes, voltadas para as mulheres no município. No entanto, reconhece-se que, embora haja alguns avanços lentos, ainda há muito a ser feito e, barreiras, culturas machistas e paradigmas a serem quebrados e enfrentados.

Por fim, observou-se que no município de Humaitá-AM, a participação feminina é muito importante para a construção de uma democracia plena e equitativa, razão pela qual há necessidade de maior participação de mulheres em cargos de lideranças e de tomada de decisões na esfera pública ou privada. Que apesar da modernidade muitas mulheres continuam sendo exploradas, seja em casa ou no trabalho, sendo necessário continuar a mobilização, implantação de mais políticas públicas, pois todos merecem igualdade, independentemente do gênero.

#### 4.7. Referências

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo. Ano 17 - 2023  
ISSN: 1983-7364.

**ATLAS dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Amazonas.** Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA). Manaus: UFAM/PPGCASA, 2021. Disponível em: <<https://www.atlasodsamazonas.ufam.edu.br/>>. Acesso em: 23 mai. de 2023.

ARAÚJO, Rogério; LOZADA, Cláudia. **Agenda ODS de 2030 da ONU: Avanços e retrocessos no Brasil - ODS 2.** [s. l.], p. 1-17, maio 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/.pdf>. Acesso em: 21 dez. de 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CONSELHO FEDERAL SERVIÇO SOCIAL (CFESS) e ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS. 2009.

BRASIL, **Lei Federal N.º 14.192 de 04 de agosto de 2021.** Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm)>. Acesso em: 30 de out. de 2021.

\_\_\_\_\_, **Lei Federal N.º 4.121, De 27 de Agosto de 1962.** Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/14121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm)>. Acesso em: 30 de out. 2021.

\_\_\_\_\_, **Constituição da República Federativa do Brasil. (1988).** Presidência da República, Brasil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.ht](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.ht)>. Acesso em 30 de out de 2021.

CANDIDO, Wesley Pereira; CANGUÇU, Luan Ribeiro. **Análise da ODS 5: igualdade de gênero nas organizações.** Curitiba, V. 3, n. 3. p. 2349-2363, jul./set.2021. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJB/article/viewFile/33926/26530>>, Acesso em: 15 de jan. de 2022.

CEYLÃO, Camila et al. **Manual Roda de Conversa feminista.** 09 de mar 2020. Disponível em <<https://materiais.nossacausa.com/manual-roda-de-conversa-feminista>>. acesso em: 27 de jul. de 2021.

COUNCIL. Gender Mainstreaming: **Conceptual framework, methodology and presentation of good practices.** Council of Europe: Final report of activities of the Group of Specialists on Mainstreaming, 2004. Disponível em: [http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/equality/03themes/gendermainstreaming/EG\\_S\\_MS\\_98\\_2\\_rev\\_en.pdf](http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/equality/03themes/gendermainstreaming/EG_S_MS_98_2_rev_en.pdf). Acesso em: 10 de jan. de 2012.

FARAH, Marta F. S. **Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo.** Revista de Administração Pública (RAP). Rio de Janeiro 35(1):119-44, Jan./Fev. 2001.

FARAH, Marta F. S. et al. **Gênero e política: panorama da produção acadêmica no Brasil**

(1983-2015). cad. EBAPE.BR,v.16, n. 3, Rio de Janeiro, jul./set. 2018.

FARAH, Marta Ferreira Santos; MARCONDES, Mariana Mazzini. Transversalidade de gênero em política pública. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 1, 2021.

FERREIRA, J. M. L. et al. **Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas**. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v.33, n. 271. P.12-25. nov./dez. 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Mulheres representam 12% do efetivo da Polícia Militar no Amazonas**. Folha de São Paulo 2020. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/mulheres-representam-12-do-efetivo-da-policiamilitar-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 06 de jun. de 2023.

GAMA, D. G. da; BAPTISTA, J. A. de A.; NOVAIS, R.A.B de. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Análise da ODS 5**. FATECLOG, Guarulhos-SP, JUN de 2019.

IPEA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030. ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. p.1- 495. Brasília, 2018. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal/publicações>>. Acesso em: 28 de jun 2021.

\_\_\_\_\_, **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua**. Brasília. 2019. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td\\_2528.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td_2528.pdf)>, Acesso em: 05 de jan. de 2022.

\_\_\_\_\_, **Cadernos ODS. ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**. Brasília: EPUB, 2019. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal/publicações>>. Acesso em: 15 de out. de 2021.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados/População estimada 2022**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/humaita/panorama>>. Acesso em: 15 de dez. de 2022.

**Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)>, Acesso em: 20 de jan. de 2022.

\_\_\_\_\_, **Pesquisa nacional de saúde do escolar:2015. 2016**. Disponível em < [https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/PENSE\\_Saude%20Escolar%202015.pdf](https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/PENSE_Saude%20Escolar%202015.pdf)>.Acesso em 22 de jun. de 2023.

LAKATOS, Eva. Maria.; MARCONI, Maria. Andrade. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al. **Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil**. 2018. Brasília. Disponível em: < <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2297>>. Acesso em: 16 de dez. de 2021.

MONTEIRO, Kimberly; Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. **A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de suffragettes às sufragistas**. Direito E

Desenvolvimento, 2017. João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 261-278.

OLIVERA, Margarita et al. **A dimensão de gênero no *Big Push* para a Sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira.** Disponível em:< <https://repositorio.cepal.org/br>> Acesso em: 06 de mai. de 2021.

ONU (Organização das Nações Unidas) (2015), **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** (A/RES/70/1), Nova Iorque, Publicação das Nações Unidas.

ONU. **Atividades de apoio ao avanço dos ODS no Brasil.** 2021. Disponível em: <<https://www.unglobalcompact.org/interactive/countries/24>> Acesso em: 27 de dez. de 2021.

PAPA, Fernanda de C. **Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil – percursos de uma pré-política.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

REINACH, Sophia. **Gestão transversal de políticas públicas no âmbito federal brasileiro: uma leitura inicial.** Dissertação de mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

RUA. Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências de Administração / UFSC; [Brasília]; CAPES: UAB, 2009.

SALVIANO, Marcos Figueiredo; PELLEGRINO, Giampaolo Queiroz. Análise de tendências temporais em séries históricas de variáveis meteorológicas no Brasil utilizando o método Contextual Mann-Kendall (CMK). **In: MOSTRA DE ESTAGIÁRIOS E BOLSISTAS DA EMBRAPA INFORMÁTICA AGROPECUÁRIA**, set., 2013, Campinas. Resumos. Brasília, DF: Embrapa, 2013. p. 122-125.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEBRAE/MG. **Políticas Públicas: conceitos e práticas /** supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

SENA, et.al. **Medindo o invisível: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca.** Revista Ciência & Saúde Coletiva. volume 21 número 3 - 2016.

SILVA, Chistian Nunes da Silva; SIMONIAN, Ligia T. L. **A Questão De Gênero: Um Breve Estudo no Estuário Amazônico.** PAPERS DO NAEA N.º 200. Belém-PA. Dezembro de 2006.

SOUZA, E. de. **Bandeiras feministas na luta pela igualdade de gênero.** Revista Espaço Acadêmico. São Leopoldo – RS. v. 9, n. 108, p. 111-119. maio de 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou as ações planejadas e implementadas por organizações governamentais e não governamentais, com vistas nos objetivos e metas propostos no âmbito do ODS 5, da Agenda 2030, que tem como foco a “igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas”, no município de Humaitá, situado no Sul do estado Amazonas.

No Capítulo I verificou-se, as políticas públicas voltadas para mulheres/meninas implementadas no município de Humaitá, as quais apresentam a eficácia, efetividade e continuidade dessas políticas públicas no município, que, em ambos os casos das organizações governamentais e não governamentais alavancam/contribuem para o empoderamento das mulheres, apesar dos desafios encontrados. Observou-se ainda, que as estratégias de políticas de transversalidade de gêneros existentes no município buscam garantir a promoção social, econômica, política e cultural, além das políticas públicas e ações governamentais e não governamentais existentes no município de Humaitá-AM.

No Capítulo II, os indicadores avaliados apresentaram dados sobre evolução da conquista, do espaço da mulher na sociedade humaitaense, apesar de ser pequeno crescimento, as políticas públicas existentes estão surtindo efeitos, apresentando resultados positivos em seu desenvolvimento, gerando impactos na área econômica, social e cultural, alcançando efetividade e eficácia, tornando-se políticas públicas continuadas. Contudo, o estudo mostrou que na área política é gritante a desigualdade de gênero, uma vez que, as mulheres não têm representatividade no parlamento municipal, que pode ser explicado pela desconfiança do eleitorado na capacidade da mulher em relação à política, mas, essa realidade não é só de exclusividade do município e nem do estado do Amazonas, mas sim, a realidade do Brasil.

Por fim, o objetivo deste estudo foi avaliar a efetividade e a eficácia das políticas públicas e ações governamentais e não governamentais no município de Humaitá, por ser um município da região Sul do estado do Amazonas, ter uma fronteira agrícola, possuir acesso aos demais estados do país, possuir garimpos no curso do rio madeira e ainda conflitos agrários, ocasionados pela disputa de posse de terras, requerendo a implementação de políticas públicas efetivas para alcançar a igualdade de gênero.

Constatou-se que apesar dos percalços, o município está buscando alcançar a igualdade de gênero com alinhamento das políticas públicas, sendo executadas no município, tentando mudar a realidade de mulheres e meninas residentes em áreas urbanas e rurais, em conformidade com a proposta do ODS 5, da Agenda Global 2030 para o desenvolvimento sustentável a qual propõe um modelo de desenvolvimento econômico, onde ninguém fica para trás.

## 6. REFERÊNCIAS

AMAZONAS, **Plano Plurianual-PPA Estadual 2020-2023**. Manaus. 2019. Disponível em: <<http://cloud.prod.am.gov.br/index.php/s/4LoUsoDW7rwIqoV/download>>, Acesso em: 28 de dez. de 2021.

**ATLAS dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Amazonas**. Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA). Manaus: UFAM/PPGCASA, 2021. Disponível em: <<https://www.atlasodsamazonas.ufam.edu.br/>>. Acesso em: 23 mai de 2023.

BRASIL, **Lei Federal N.º 3.873, de 20 de março de 2013**. Brasília, Disponível em: <[http://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2013/8328/8328\\_texto\\_integral.pdf](http://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2013/8328/8328_texto_integral.pdf)>. Acesso em: 30 de out de 2021.

\_\_\_\_\_, **Lei Federal N.º 12.034 de 29 de setembro de 2009**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112034.>](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.>) Acesso em: 23 mai de 2023.

CASA CIVIL DA REPÚBLICA. **Guia da Política de Governança Pública**. Brasília.2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/guia-da-politica-de-governanca-publica>> Acesso em: 23 de mar de 2023.

DEMO, Pedro. Pesquisa e informação qualitativa. 2.ed. Campinas: Papyrus, 2001.

FARAH, Marta Ferreira Santos; MARCONDES, Mariana Mazzini. Transversalidade de gênero em política pública. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 1, 2021.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem? **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 26, p. 79-104, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed.** – São Paulo: Atlas, 2002.

HUMAITÁ, **Plano Plurianual-PPA Municipal 2022-2025**. Prefeitura Municipal de Humaitá. AM 2022.

IPEA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030. ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. p.1- 495. Brasília, 2018. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal/publicações>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

\_\_\_\_\_, **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua**. Brasília. 2019. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td\\_2528.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td_2528.pdf)>, Acesso em: 05 de jan. de 2022.

\_\_\_\_\_, **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995 a 2015**. IPEA: Brasília/DF, 2017. Disponível em:<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_d\\_e\\_genero\\_raca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_d_e_genero_raca.pdf)> Acesso em: 28 out. de 2021.

\_\_\_\_\_,. **Avanços e Desafios da Transversalidade nas Políticas Públicas Federais Voltadas para Minorias**. In: IPEA. Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas, v. 3. Brasília: Ipea, 2009, p. 779-795.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados/População estimada 2021**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/humaita/panorama>>. Acesso em: 15 de dez de 2021.

\_\_\_\_\_, **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)>, Acesso em: 20 de jan. de 2022.

LAKATOS, Eva. Maria.; MARCONI, Maria. Andrade. Fundamentos metodologia científica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MANDL, Ulrike; DIERX, Adriaan; ILZKOVITZ, Fabienne. **The Effectiveness and Efficiency of Public Spending**. European Communities. Economic Papers 301, February, 2008.

MARINHO, Alexandre; FAÇANHA, Luís Otávio. **Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. 2001. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2328> . Acesso em: 23 de mar. de 2023.

MANAUS (AM). **Editai N.º 008/2022 – Programa Cunha – C,T&I**. FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS – FAPEAM. AMAZONAS. Disponível em: < <http://www.fapeam.am.gov.br/editais/editai-n-o-0082022-programa-kunhacti-no-amazonas/> >. Acesso em: 02 de jun. de 2023.

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. **“Desenvolvimento regional sob a perspectiva de gênero: atuação organizada de mulheres nos governos do Amazonas e Tocantins”**. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 16, n. 2, p. 262-283, dez. 2013. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1076> ISSN: 2179-7536. DOI: 10.5801/ncn.v23i2.7184. Acesso em: 25 de jul. de 2023.

OLIVERA, Margarita et al. **A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira**. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org>> . Acesso em: 27 de dez. de 2021.

OLIVEIRA, Cleber Andolfato de; CORONA, Hieda Maria Pagliosa. **A Percepção Ambiental como Ferramenta de Propostas Educativas e de Políticas Ambientais**. Revista Científica ANAP Brasil, 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, Péricles José; INÁCIO, José Miguel. A Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher no Município de Cidade de Humaitá/Amazonas através da Perspectiva da Criminologia Crítica. Revista Buriti: Direito, Sociedade e Sustentabilidade. V. 04 n. 1, p. 32 – 50, 2021.

REIS, Ana Paula dos et al. **Desigualdades de gênero e raça na pandemia de Covid-19: implicações para o controle no Brasil**. Saúde debate | Rio de Janeiro, V. 44, N. Especial 4, P. 324-340, 2020.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências de Administração / UFSC; [Brasília]; CAPES: UAB, 2009.

SILVA, Chistian Nunes da Silva; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. **A Questão De Gênero: Um Breve Estudo no Estuário Amazônico**. PAPERS DO NAEA N.º 200. Belém-PA, 2006.

SÍGOLO, Vanessa Moreira; GAVA, Thais; UNBEHAUM, Sandra. **Equidade de gênero na educação e nas ciências: novos desafios no Brasil atual**. cadernos pag, 2021.

SOUZA, Ezequiel de. **Bandeiras feministas na luta pela igualdade de gênero**. Revista Espaço Acadêmico. São Leopoldo – RS. v. 9, n. 108, p. 111-119, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto. Nivaldo. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

## APÊNDICE

### Apêndice A – Pesquisa de Campo - Formulário

Avaliação das Políticas Públicas e Ações Não Governamentais referente ao ODS 5, no  
Município de Humaitá-AM

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

<b>1.1 ÓRGÃO RESPONSÁVEL:</b>	
<b>1.2 UNIDADE RESPONSÁVEL:</b>	
<b>1.3 POLÍTICA PÚBLICA:</b>	
<b>1.4 PROGRAMA:</b>	

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1.1 Nome: \_\_\_\_\_

1.2 Função: \_\_\_\_\_

#### 2. NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO:

PPA     Planejamento     Execução     Monitoramento     Outros

#### 3. TEM ORÇAMENTO

Sim     Não

#### 4. FONTE DE FINANCIAMENTO

Federal     Estadual     Municipal     Privado/Próprio

#### 5. METAS ALCANÇADAS

0%     25%     50%     75%     100%

#### 6. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

6.1 \_\_\_\_\_

6.2 \_\_\_\_\_

#### 7. OBJETIVOS PROPOSTOS

7.1 \_\_\_\_\_

7.2 \_\_\_\_\_

#### 8. DESAFIOS ENCONTRADOS

8.1 \_\_\_\_\_

8.2 \_\_\_\_\_

#### 9. PARCERIAS ESTABELECIDAS PARA ALCANCE DAS METAS DOS PROGRAMA

Polícia Civil     Ministério Público     SEMSA     SEMAS/CREAS     OSCIP

Outros \_\_\_\_\_

## Apêndice B – Pesquisa de Campo - Formulário

### Empoderamento Feminino nas Instituições do Município de Humaitá-AM

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**1. DADOS DA INSTITUIÇÃO:** \_\_\_\_\_

**2. RAMO DE ATIVIDADE:** ( ) Exército ( ) Marinha ( ) Polícia Militar ( ) CDL  
( ) Guarda Municipal ( ) Diocese ( ) CASAI ( ) Produtores Rurais ( ) OSC  
( ) Prefeitura Municipal ( ) Secretaria Municipal

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

3.1 – Nome: \_\_\_\_\_

3.2 – Função: \_\_\_\_\_

### 4. PERFIL DOS COLABORADORES/FUNCIONÁRIOS

4.1 – Quantitativo de funcionários/colaboradores: \_\_\_\_\_

4.2 – Quantitativo de homens: \_\_\_\_\_

4.3 – Quantitativo de mulheres: \_\_\_\_\_

4.4 – Quantitativo LGBTQIA+: \_\_\_\_\_

4.5 – Cargos/Função ocupados por:

CARGO/FUNÇÃO	HOMEM	MULHER	LGBTQIA+
Secretário/Gerente			
Coordenador/Diretor			
Administrativo (nível superior)			
Administrativo (nível médio)			
Recepcionista			
Serviços Gerais			
Outro(a): _____			

4.6 – Renda estimada dos trabalhadores para o mesmo cargo:

CARGO/FUNÇÃO	HOMEM	MULHER	LGBTQIA+
Secretário/Gerente			
Coordenador/Diretor			
Administrativo (nível superior)			
Administrativo (nível médio)			
Recepcionista			

Serviços Gerais			
Outro (a) _____			

4.7– Público beneficiário: ( ) Homem ( ) Mulher

4.8 – Quantitativo de Pessoas pertencentes a Organização: \_\_\_\_\_

<b>CARGO/FUNÇÃO</b>	<b>HOMEM</b>	<b>MULHER</b>	<b>LGBTQIA+</b>
Sócio/Beneficiário			
Coordenador/Diretor			
Funcionários/Colaboradores			

## Apêndice C – Termo Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Organização Governamental)

O (A) Sr.(a) está sendo convidado (a) a para participar da pesquisa referente ao Projeto intitulado OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE HUMAITÁ-AM, de responsabilidade da pesquisadora Andreza Siqueira dos Santos, mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, localizado no Setor Sul do Campus Universitário no Centro de Ciências do Ambiente, no endereço: Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000-Coroado, pelo o telefone (97) 98116-1195, e-mail: [andrezasiqueiradosantos5@gmail.com](mailto:andrezasiqueiradosantos5@gmail.com), e de seu orientador Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira no mesmo endereço citado acima.

Este Projeto de Pesquisa tem como objetivo avaliar as políticas públicas locais e as iniciativas da sociedade civil para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, tendo como referência as metas e os indicadores estabelecidos para ODS 5 da Agenda Global 2030, no município de Humaitá no sul do estado do Amazonas, entre os anos de 2015 e 2021. Para isso, será realizado uma pesquisa de campo, com aplicação de formulários e realização de entrevistas semiestruturadas, bem como, o registro fotográfico em caso de autorização pelo participante da pesquisa (art. 9º da Resolução CNS N.º 510/2016).

Toda pesquisa com seres humanos envolve a possibilidade de riscos que resultam da apreciação dos seus procedimentos metodológicos e do seu potencial de causar danos maiores ao participante do que os existentes na vida cotidiana, devendo o pesquisador estar atento aos riscos que a pesquisa pode acarretar aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, adotando medidas de precaução e proteção, com a finalidade de evitar danos ou atenuar seus efeitos (art. 18 e art. 19 da Resolução CNS N.º 510/2016). Caso o participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização (§2º, art. 19 da Resolução CNS N.º 510/2016).

Será garantido ao participante decidir se sua identidade será ou não divulgada, bem como, quais serão, dentre as informações que forneceu, as que poderão ser tratadas de forma pública, ou se ele optará pelo sigilo e confidencialidade da sua identidade. Caso o participante opte pela manutenção do seu anonimato, cabe ao/à pesquisador/a descrever os procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção dos dados e a não estigmatização dos participantes da pesquisa. Neste sentido, para garantir o sigilo (inciso IV, art. 17 da Resolução CNS N.º 510/2016), o trabalho será organizado por meio de números e letras, para que os sujeitos da pesquisa não sejam identificados no momento do ciclo de encaminhamento do questionário, garantindo assim o sigilo, confidencialidade e preservando a identidade dos participantes. Ressalta-se que o pesquisador respeitará a opção do participante quanto à manutenção do seu sigilo e da sua privacidade ou pela divulgação de sua identidade e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública, durante todas as suas fases, mesmo após o término da pesquisa (inciso V, art. 9º; inciso IV art. 17 da Resolução CNS N.º 510/2016).

A pesquisadora responsabiliza-se por preservar o direito de assistência ao participante da pesquisa, por

danos imateriais decorrente, direta ou indiretamente por eventuais danos decorrentes da participação no estudo ao participante (inciso II e VIII, do art. 2º; e §2º art. 19, da Resolução CNS N.º 510/2016).

Compromete-se ainda a assegurar o direito a indenizações e ressarcimento com cobertura material para reparação de qualquer dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa ou de seu acompanhante, quando for necessário. Sendo que serão imediatamente verificados pelos responsáveis da pesquisa e providenciados a reparação dos danos. (inciso VII, do art. 2º; inciso VI e VII, do art. 9º e §2º art. 19, da Resolução CNS N.º 510/2016).

Dentre os benefícios advindos neste estudo destaca-se a contribuição para os gestores governamentais e organizações não governamentais, apresentando o papel das políticas públicas para a equidade de gênero, implementadas pelos governos: Federal, Estadual, Municipal e instituições não governamentais presentes no município de Humaitá-AM, bem como o estágio de desenvolvimento em que se encontram, observando aspectos relacionados a relevância, coerência, eficácia e eficiência, do critérios de ouro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE, apresentando também as convergências e divergências para a implantação dessas políticas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas no município de Humaitá-AM. Serão respondidas as perguntas que o (a) Sr. (a) souber e quiser responder, além disso, o Sr. (a) terá total liberdade de pedir explicações ao pesquisador. Se depois de consentir sua participação o (a) Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes, durante ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem qualquer penalidade ou prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa e não receberá nenhuma remuneração por prestar informações. Os resultados produzidos com a pesquisa serão analisados e publicados nos meios científicos, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato ainda entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFAM), localizado na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone fixo: 3305-1181, ramal 2004, e-mail: cep.ufam@gmail.com. O CEP/UFAM, criado pela Portaria do Reitor N.º 558/1999 e aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (CONEP), é uma comissão constituída por treze membros das várias áreas do conhecimento, e um representante dos usuários, que tem por finalidade a avaliação da pesquisa com seres humanos em nossa Instituição, em conformidade com a legislação brasileira regulamentada pela CONEP. Esta missão é dividida em duas ações principais: a orientação aos pesquisadores e a análise dos projetos encaminhados.

Considerando o exposto no art. 9º da Resolução CNS N.º 510, de 2016, em que trata sobre terem sua privacidade respeitada; de terem garantida a confidencialidade das informações pessoais; e de decidirem, dentre as informações que forneceram, quais podem ser tratadas de forma pública, o participante decidiu por:

- ( ) Sim, autorizo a divulgação da minha imagem e/ou voz;
- ( ) Não, não autorizo a divulgação da minha imagem e/ou voz;
- ( ) Autorizo a gravação, mas não a divulgação de minha imagem e/ou voz.

Este documento é emitido em duas vias, sendo uma assinada pelo pesquisador responsável e a outra pelo participante da pesquisa, ambas as partes ficam com uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

## CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

Rubricas:

\_\_\_\_\_(Participante)

\_\_\_\_\_(Pesquisador)

## Apêndice D – Termo Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Organização Não Governamental)

O (A) Sr.(a) está sendo convidado (a) a para participar da pesquisa referente ao Projeto intitulado OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE HUMAITÁ-AM, de responsabilidade da pesquisadora Andreza Siqueira dos Santos, mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, localizado no Setor Sul do Campus Universitário no Centro de Ciências do Ambiente, no endereço: Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000-Coroado, pelo o telefone (97) 98116-1195, e-mail: [andrezasiqueiradosantos5@gmail.com](mailto:andrezasiqueiradosantos5@gmail.com), e de seu orientador Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira no mesmo endereço citado acima.

Este Projeto de Pesquisa tem como objetivo avaliar as políticas públicas locais e as iniciativas da sociedade civil para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, tendo-se com referência as metas e os indicadores estabelecidos para ODS 5 da Agenda Global 2030, no município de Humaitá no sul do estado do Amazonas, entre os anos de 2015 e 2021. Para isso, será realizado uma pesquisa de campo, com aplicação de formulários e realização de entrevistas semiestruturadas, bem como, o registro fotográfico em caso de autorização pelo participante da pesquisa (art. 9º da Resolução CNS N.º 510/2016).

Toda pesquisa com seres humanos envolve a possibilidade de riscos que resultam da apreciação dos seus procedimentos metodológicos e do seu potencial de causar danos maiores ao participante do que os existentes na vida cotidiana, devendo o pesquisador estar atento aos riscos que a pesquisa pode acarretar aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, adotando medidas de precaução e proteção, com a finalidade de evitar danos ou atenuar seus efeitos (art. 18 e art. 19 da Resolução CNS N.º 510/2016 e resolução CNS N.º 304 de 2.000). Caso o participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização (§2º, art. 19 da Resolução CNS N.º 510/2016).

Será garantido o participante decidirá se sua identidade será ou não divulgada, bem como quais serão, dentre as informações que forneceu, as que poderão ser tratadas de forma pública, ou se ele optará pelo sigilo e confidencialidade da sua identidade. Caso o participante opte pela manutenção do seu anonimato, cabe ao/a pesquisador/a descrever os procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção dos dados e a não estigmatização dos participantes da pesquisa. Neste sentido, para garantir o sigilo (inciso IV, art. 17 da Resolução CNS N.º 510/2016 e resolução CNS N.º 304 de 2000), o trabalho será organizado por meio de números e letras, para que os sujeitos da pesquisa não sejam identificados no momento do ciclo de encaminhamento do questionário, garantindo assim o sigilo, confidencialidade e preservando a identidade dos participantes. Ressalta-se que o pesquisador respeitará a opção do participante quanto à manutenção do seu sigilo e da sua privacidade ou pela divulgação de sua identidade e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública, durante todas as suas fases, mesmo após o término da pesquisa (inciso V, art. 9º e inciso IV, art. 17 da Resolução CNS N.º 510/2016).

A pesquisadora responsabiliza-se por preservar o direito de assistência ao participante da pesquisa, por danos imateriais decorrente, direta ou indiretamente por eventuais danos decorrentes da participação no estudo ao participante (Inciso II e VIII, do art. 2º e, §2º art. 19, da Resolução CNS N.º 510/2016).

Compromete-se ainda a assegurar o direito a indenizações e ressarcimento com cobertura material para reparação de qualquer dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa ou de seu acompanhante, quando for necessário. Sendo que serão imediatamente verificados pelos responsáveis da pesquisa e providenciados a reparação dos danos. (Inciso VII, do art. 2º; Inciso VI e VII, do art. 9º e §2º art. 19, da Resolução CNS N.º 510/2016).

Dentre os benefícios advindos neste estudo destaca-se a contribuição para os gestores governamentais e organizações não governamentais, apresentando o papel das políticas públicas para a equidade de gênero, implementadas pelos governos: Federal, Estadual, Municipal e instituições não governamentais presentes no município de Humaitá-AM, bem como o estágio de desenvolvimento em que se encontram, observando aspectos relacionados a relevância, coerência, eficácia e eficiência, do critérios de ouro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE, apresentando também as convergências e divergências para a implantação dessas políticas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas no município de Humaitá-AM. Serão respondidas as perguntas que o (a) Sr. (a) souber e quiser responder, além disso, o Sr. (a) terá total liberdade de pedir explicações ao pesquisador. Se depois de consentir sua participação o (a) Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes, durante ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem qualquer penalidade ou prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa e não receberá nenhuma remuneração por prestar informações. Os resultados produzidos com a pesquisa serão analisados e publicados nos meios científicos, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato ainda entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFAM), localizado na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone fixo: 3305-1181, ramal 2004, e-mail: cep.ufam@gmail.com. O CEP/UFAM, criado pela Portaria do Reitor N.º 558/1999 e aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (CONEP), é uma comissão constituída por treze membros das várias áreas do conhecimento, e um representante dos usuários, que tem por finalidade a avaliação da pesquisa com seres humanos em nossa Instituição, em conformidade com a legislação brasileira regulamentada pela CONEP. Esta missão é dividida em duas ações principais: a orientação aos pesquisadores e a análise dos projetos encaminhados.

Considerando o exposto no art. 9º da Resolução CNS N.º 510, de 2016, em que trata sobre terem sua privacidade respeitada; de terem garantida a confidencialidade das informações pessoais; e de decidirem, dentre as informações que forneceram, quais podem ser tratadas de forma pública, o participante decidiu por:

- ( ) Sim, autorizo a divulgação da minha imagem e/ou voz
- ( ) Não, não autorizo a divulgação da minha imagem e/ou voz
- ( ) Autorizo a gravação, mas não a divulgação de minha imagem e/ou voz

Este documento é emitido em duas vias, sendo uma assinada pelo pesquisador responsável e a outra pelo participante da pesquisa, ambas as partes ficam com uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

## CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

Rubricas:

\_\_\_\_\_(Participante)

\_\_\_\_\_(Pesquisador)

## ANEXO

### Anexo A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética da CONEP

COMISSÃO NACIONAL DE  
ÉTICA EM PESQUISA



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE HUMAITÁ-AM

**Pesquisador:** ANDREZA SIQUEIRA DOS SANTOS

**Área Temática:** Estudos com populações indígenas;

**Versão:** 4

**CAAE:** 64137722.0.0000.5020

**Instituição Proponente:** Centro de Ciências do Ambiente

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.042.595

##### Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_19858\_40.pdf, de 02/09/2022) e do Projeto Detalhado (Projeto\_da\_Mestranda\_Andreza\_Siqueira\_dos\_Santos.pdf, de 01/12/2022).

##### RESUMO

O percurso metodológico seguirá uma pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo de cunho exploratória e descritiva, requerendo uma abordagem quantitativa e qualitativa. Primeiramente será feito um mapeamento das políticas públicas de gênero nacionais, estaduais, municipais, e das iniciativas locais e da sociedade civil implementadas ou em implementação no município de Humaitá-AM. Pesquisa de campo, com visitas e entrevistas com representantes e lideranças de organizações governamentais e não governamental. Posteriormente, serão construídas séries históricas de 2015 a 2021 dos indicadores do ODS

-5(5.2.2; 5.5.1/5.5.2; 5.5.5/5.5.8; 5.a.3/5.a.4) no total 7 indicadores. Com os dados secundários levantados a partir de bases públicas governamentais dos sistemas de monitoramento do desenvolvimento social, econômico e ambiental, como IBGE, IPEA, DATASUS, ATLAS, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, IDAM, ADAF, PPA do Estado do Amazonas período de 2020 à 2023, PPA do município de Humaitá período de 2022 à 2025 e CDL Humaitá-AM, os quais irão compor as metas e indicadores para alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. A proposta do estudo é selecionar indicadores ambientais, sociais e econômicos, capazes de avaliar as políticas públicas de igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas e ainda, as iniciativas da sociedade civil organizada, implementadas no município de Humaitá-AM, observando aspectos relacionados a relevância, coerência, eficácia e eficiência, do critérios de ouro da OCDE. A proposta seguirá a metodologia descrita pelo IPEA, com a finalidade de avaliar as metas e os indicadores sociais de equidade de gênero, apresentados no ODS5.

##### Considerações Finais a critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

**Situação:** Protocolo aprovado.

<b>Endereço:</b> SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar	<b>CEP:</b> 70.719-040
<b>Bairro:</b> Asa Norte	<b>Município:</b> BRASÍLIA
<b>UF:</b> DF	<b>E-mail:</b> conep@saude.gov.br
<b>Telefone:</b> (61) 3315-5877	

## Anexo B – Termo de Anuência da Prefeitura de Humaitá-AM

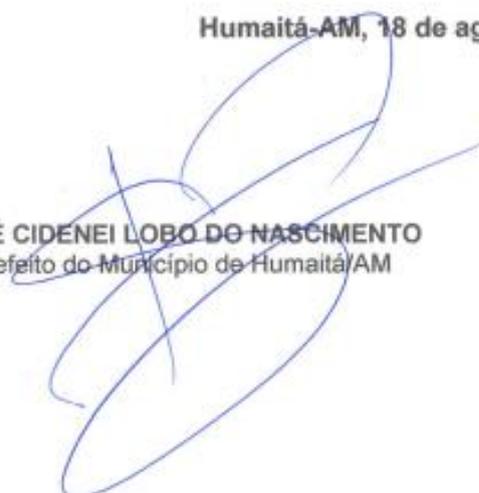


GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HUMAITÁ  
GABINETE DO PREFEITO  
*"Humaitá Rumo Ao Progresso"*

### TERMO DE ANUÊNCIA Organização Governamental

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado " Os Objetivos do desenvolvimento Sustentável nas Políticas Públicas para a redução das desigualdades de Gênero no Município de Humaitá-AM, de responsabilidade da pesquisadora Andreza Siqueira dos Santos, mestrandia do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, localizado no Setor Sul do Campus Universitário no Centro de Ciências do Ambiente, no endereço: Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000-Coroado, pelo o telefone (97) 98116-1195, e-mail: [andrezasiqueiradosantos5@gmail.com](mailto:andrezasiqueiradosantos5@gmail.com), e de seu orientador Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira no mesmo endereço citado acima. Assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Humaitá-AM, 18 de agosto de 2022.

  
JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO  
Prefeito do Município de Humaitá/AM